



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

A ARQUITECTURA HUMANIZADA DO QUARTEIRÃO. ACESSIBILIDADES



*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura*

Por

José Manuel Marelo Massa

Outubro de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

A ARQUITECTURA HUMANIZADA DO QUARTEIRÃO. ACESSIBILIDADES

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura*

Orientador: Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho

Co-orientador: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne

Por

José Manuel Marelo Massa

I. AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado do esforço de um ano de dedicação e de investigação, que teve como base a aprendizagem na Universidade Católica Portuguesa, no polo de Viseu ao longo destes últimos anos. Agradeço aos colegas, funcionários e todos aqueles que partilharam os momentos nesta etapa da minha vida académica e em particular a todos os docentes que me facultaram o seu conhecimento.

Um sincero agradecimento:

Ao Professor Doutor, António da Silva Ferreira de Carvalho e ao Professor Doutor, Gonçalo de Sousa Byrne, pela orientação e incentivo;

Às pessoas da família, pais e irmãos;

E em especial a minha filha, Adriana Massa, pela compreensão da minha ausência.

Por opção do autor, o presente trabalho está escrito em gramática antiga.

II. RESUMO

O presente trabalho centra-se no tema principal das acessibilidades. A obra trata da investigação, análise e uso da metodologia de projecto, na procura da melhor solução arquitectónica. Posteriormente materializada pela tipologia do edifício em quarteirão gerando o pátio interior, como modelo de resolver as necessidades das novas tendências contemporâneas ao nível da habitação multifamiliar, com suporte em projectos de referência e casos de estudo. Pretendemos com a proposta da forma de quarteirão, proporcionar espaços colectivos dotados de características que atuam como intensificadoras de relações sociais e de vizinhança. Logo espaços mais humanos. Desde a escala do bairro até à escala da habitação.

Pela importância atribuída à cidade na organização do espaço dos territórios, iniciamos o trabalho à procura do entendimento do que foi, o que é, e o que será cidade. Cremos que ao compreender a relação que o cidadão tem mantido ao longo da história com o ambiente urbano, garante dados úteis que permitem melhorar cada vez mais o habitat da cidade, proporcionando equilíbrio, qualidade de vida e existência saudável. Estamos cientes de que será útil reflectir sobre a globalização instalada nas cidades e as consequências das transformações sociais e físicas, associadas. Diversos factores, entre os quais a longevidade, contribuem para que população idosa não pare de aumentar. Dados recentes mostram que envelhecimento e a natalidade têm efeitos modificadores da sociedade actual. Cenário que deixa anteceder mudanças que vão alterar a situação nos mais diversos aspectos como os cuidados de saúde ao urbanismo. Torna-se imperativo proporcionar habitação com qualidade não só para os idosos, mas para todos, numa lógica multigeracional. Pensar a arquitectura na óptica de prever acessibilidades, em ambientes interiores e exteriores. Que incentive a interacção perante a diversidade de indivíduos tendo em vista a sua inclusão. Reflectir sobre os locais e elementos físicos que compõem a estrutura urbana sensível na cidade como os centros históricos, o quarteirão e as áreas verdes, palcos de interacções sociais que estão em transformação. O local de intervenção incide na cidade de Viseu e abrange a Freguesia de São José. Explorar este território desde a análise até a apresentação da solução de intervenção com um desenho urbano que expressa a vontade de ordenar e hierarquizar. Através de um plano estruturado, que encara a cidade como espaço contínuo. Com objectivo de transformar o espaço fragmentado e de vazio urbano desqualificado num tecido urbano coeso.

Palavras-chave: Cidade, globalização, envelhecimento, acessibilidade, *design* inclusivo, quarteirão, unidade habitacional.

III. ABSTRACT

This work focuses the main theme of accessibility. It deals with the research, analysis and use project as methodology, in search of the best architectural solution. Subsequently certified by the typology of the building block for generating the inner courtyard as a model to address the needs of emerging contemporary trends at the level of multifamily housing, supported on reference projects and case studies. The proposed plan by the form of the block, providing public spaces endowed with characteristics that act as enhancer of social relations and neighbourship. A more human space. Since the scale to the scale in the neighborhood of housing.

The importance attributed to the city in the spatial organization of the territories, began in the search of understanding of what was, what is, and what will be the city in the future. We believe that by understanding the relationship that the citizen has maintained throughout history with the urban environment, provides useful data that allow increasingly improve the habitat of the city, providing balance, quality of life and healthy existence. We are aware that it will be useful to reflect on globalization installed in cities and the consequences of the social and physical, associated. Various factors, including longevity, contribute to the elderly not stop increasing. Recent data show that aging and birth rates have modifying effects of today's society. Scenario that leaves precedes changes that will change the situation in various aspects such as health care urbanism. It is imperative to provide quality housing not only for seniors but also for everyone, a multigenerational logic. Thinking in architecture to predict optical accessibility in indoor and outdoor environments. That encourages the interaction of diversity of individuals with a view to their inclusion. Reflect on the locals and physical elements that make up the urban structure sensitive in the city as historic centres, the block and the green areas, stages of social interactions that are changing. The site focuses intervention in Viseu and covers Freguesia de São José explore this territory from analysis to the presentation of the solution of intervention with an urban design that expresses the will to sort and prioritize. Through a structured plan, which sees the city as a continuous space. In order to transform the fragmented space and urban void disqualified a cohesive urban fabric.

Keywords: City, globalisation, aging, accessibility, inclusive design, block, housing unit.

IV. ÍNDICE

0. Introdução

0.1. Objectivo/objecto de estudo.....	7
0.2. Justificação e motivação.....	8
0.3. Metodologia e organização.....	9

I. ABORDAGEM TEÓRICA

Capítulo 1 | A cidade

1.1. Definição.....	11
1.2. História.....	14
1.3. Relação indivíduo/cidade.....	17

Capítulo 2 | A Globalização

2.1. As consequências da universalidade.....	19
--	----

Capítulo 3 | O Envelhecimento: Efeitos na sociedade

3.1. Envelhecimento Universal.....	21
3.2. Envelhecimento em Portugal.....	24
3.3. Envelhecimento em Viseu.....	26

Capítulo 4 | A arquitectura: Espaços de manifestação/relação social

3.1. O centro urbano.....	28
3.2. O quarteirão (pátio).....	32
3.3. O verde urbano.....	37

Capítulo 5 | Espaço para todos: Interiores/exteriores

5.1. Acessibilidades.....	39
---------------------------	----

II. REFERÊNCIAS

Capítulo 6 | Estudo de Caso

6.1. Caracterização dos estudos de caso.....	41
6.2. Estudo de caso nº1: Complexo Oriente, Lisboa-Promontório.....	41
6.3. Estudo de caso nº2: Urbanização Horta da Porta, Évora-G. Byrne.....	46
6.4. Estudo de caso nº3: Edifício Manresa, Barcelona, Espanha-Narch.....	53

III. OBJECTO DE ESTUDO

Capítulo 7 | Caracterização da área de análise/ intervenção

7.1. Localização e caracterização geral.....	57
7.2. Análise física e morfológica.....	58
7.3. Contexto histórico.....	61
7.4. Expansão urbana de Viseu.....	63
7.5. Mobilidade.....	64
7.6. Caracterização da estrutura edificada/não edificada.....	67
7.7. Planos urbanos e condicionantes.....	76

IV. CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

Capítulo 8 | Proposta

8.1. Proposta Urbana.....	78
8.2. Desenvolvimento (sector da proposta): Quarteirão/edifício/unidade habitacional e envolvente próxima.....	93
8.3. Espaços à escala humana.....	101

V. Conclusão.....	117
--------------------------	------------

VI. Referências Bibliográficas.....	119
--	------------

VII. Índice de figuras.....	127
------------------------------------	------------

VIII. Bibliografia de figuras.....	131
---	------------

IX. Anexos.....	137
------------------------	------------

0. INTRODUÇÃO

0.1. Objectivo/objecto de estudo

O estudo aqui apresentado foi desenvolvido no âmbito do Projecto final do 2º ano do 2º ciclo do Mestrado Integrado em Arquitectura, ano lectivo 2012/2013 é o resultado do trabalho de dois semestres da cadeira de Projecto. Repartido em Projecto Integrado Urbano no 1º semestre, que se caracterizou pela observação, análise e apresentação da proposta urbana individual de uma área específica do território da cidade de Viseu, na freguesia de São José. Posteriormente, no 2º semestre em Projecto Integrado de Renovação, foi escolhido um sector da proposta urbana inicial e procedeu-se ao seu desenvolvimento ao nível dos espaços públicos envolventes, da estrutura física dos quarteirões, da arquitectura dos edificios e das unidades de habitação.

No decorrer do trabalho que se desenrolava no perímetro urbano da cidade de Viseu procurou-se constantemente uma relação entre o subtema de investigação “a arquitectura humanizada do quarteirão” e a solução do Projecto nas diversas fases e aspectos, como novas formas de habitar contemporâneas, numa lógica de pensar as “acessibilidades”, como tema principal.

Pretendemos na elaboração deste trabalho, traçar uma trajectória de análise, reflexão e de crítica, com base num discurso direccionado para temas em crescente interesse e discussão, no contexto da sociedade actual. Temas importantes como globalização, o envelhecimento demográfico mundial, *design* inclusivo, etc. São explanados ao longo do estudo, numa tentativa de perceber como aconteceram ao longo dos tempos em diferentes localizações do globo, e ainda saber o que foi feito para alterar essas tendências de crescimento, tendo sempre presente o caso concreto de Portugal.

Temas que são entendidos por alguns estudiosos como males que se encontram no seio da cidade, cada vez mais densamente povoada e de maior dimensão física, o meio ideal de se reproduzirem e entrar em dissonância com a parte humanizada e natural do território da metrópole, gerando assim problemas de ordem social, económica, ambiental e outros.

Ao estudar Viseu, esta cidade passa a ser encarada como uma entidade já não abstracta mas a materialização cultural de quem habita este território. Trataremos de verificar ao longo deste trabalho se ao juntar a proposta da edificação física à componente social, achamos a fórmula para conhecer a génese de cidade.

0.2. Justificação e motivação

De uma forma geral a cidade, tem sido ao longo dos tempos um laboratório de experiências por parte do urbanismo e da arquitectura. Por vezes ambas as disciplinas são apontadas como responsáveis pela ruptura do desenvolvimento urbano (dispersão e fragmentação) e o social em simultâneo com outros factores tais como: o aumento das populações, o aumento significativo do automóvel, o desenfreado número de vias, etc.

Quem tem nas mãos o poder de projectar a cidade tem que possuir sensibilidade para observar a realidade e aprontar a melhor solução de forma a equilibrar a relação do indivíduo com o espaço que o rodeia. Nessa perspectiva, o criador no ambiente urbano deve conceber espaços interiores e exteriores, objectos e coisas, funcionais e acessíveis, e principalmente que possam ser usufruídas/vividas por todos: idosos, jovens, pessoas portadoras de deficiências, problemas de saúde, de mobilidade condicionada, etc. Sem a exclusão de qualquer grupo. Deverá esse criativo optar por dirigir o dimensionamento desses espaços a um grupo concreto? Ou simplesmente, por razões económicas, face a conjunturas do país, optar por não resolver esses problemas? Estará na hora de deixar de pensar só nos problemas maiores (quantitativos) de inclinação tecnocrata que preocupam esta etapa contemporânea e dar uma maior importância a realização de uma arquitectura que considere as particularidades humanas e sociais. Saber o porquê! Tentaremos aclarar essas questões no decorrer do trabalho.

No entanto poderemos argumentar que uma resposta com uma filosofia de tendências mais humanista estará no recuo na história da arquitectura, quiçá no regresso às fontes clássicas de saber.

0.3. Metodologia e organização

A metodologia adoptada tem como finalidade demonstrar o método por nós aplicado para intervir na cidade de Viseu. Inicialmente procedeu-se a análise do território da área de intervenção com a finalidade de detectar problemas ao nível da arquitectura, do urbanismo, da fragmentação física ou social, etc. Feitas diversas visitas ao local, nomeadamente ao terreno e área circundante ao mesmo tempo procedeu-se a recolha de informação, através do registo gráfico e escrito.

O Cruzamento da visão dos factos no local, com saber teórico das pesquisas bibliográficas e investigação de casos de estudo e exemplos de referências de obras que consideramos do melhor que foi feito em projectos de intervenção no território da cidade nesta área de arquitectura e urbanismo. Após a análise e discussão são apuradas as conclusões sobre o tema.

Optámos por fazer a organização da obra, estruturando todo o trabalho realizado em três partes que se subdividem em oito capítulos e estes últimos ainda divididos por diversos pontos de separação de assuntos. Desta forma, tem início na primeira parte um quadro teórico que suporta a pesquisa. Consiste o primeiro capítulo numa aproximação do conceito de cidade com um breve percurso na história, com o intuito de tentar compreender o aparecimento das primeiras cidades a evolução e relação com o indivíduo que nela habita.

No actual contexto surgem temas que condicionam, ou desviam mesmo a rota da identidade, e da imagem tradicional das cidades, pelos mais diversos motivos, tendo como objectivo a procura de uma cidade cada vez mais global. Isto é demonstrado no segundo capítulo em que é abordado o impacto da universalidade no contexto de Portugal.

Entendemos que a arquitectura deve acompanhar as mudanças sociais, deste modo, no terceiro capítulo reflectimos sobre os efeitos de uma sociedade em mudança ao nível do envelhecimento mundial, no facto português e posteriormente ao nível da microescala da cidade em estudo de Viseu, tendo como base demonstradora os dados mais recentes.

O quarto capítulo descreve os espaços públicos mais sensíveis na cidade, como os centros históricos, o elemento tipológico do quarteirão e as áreas verdes. Espaços e elementos físicos que são o palco de interacções sociais que estão em transformação.

No quinto capítulo tenta reportar a temática das acessibilidades, no exterior/interior dos espaços, desde a habitação ao espaço urbano, através dos estudos e de directrizes propostas por autores nos seus países e que podem ser um contributo para o presente trabalho, na procura de facilitar a mobilidade e a inclusão de todos os indivíduos nesses espaços.

Segue-se a Segunda parte a que corresponde o sexto capítulo e onde apresentamos três casos de estudo de obras de referência contemporânea na nova habitação colectiva. Entendemos serem de fundamental interesse para o projecto pela forma como foi resolvida a solução urbana, os programas usados e em que contextos.

A terceira parte do trabalho relaciona-se com o objecto de estudo, através da análise e desenvolvimento da área de intervenção ou do espaço delimitado, na cadeira de projecto Integrado Urbano. Assim com sétimo capítulo, pretendemos caracterizar de uma forma geral as existências no local nas mais diferentes vertentes, desde a topografia, passando pela morfologia, até aos planos que condicionam o projecto, retirando os pontos fracos e as potencialidades da zona.

Com a quarta e última parte respeitante ao oitavo capítulo, apresentamos a proposta urbana para o local, exposta de forma global e posteriormente a proposta edificada de renovação levada ao detalhe da unidade habitacional. A procura de responder com a solução mais adequada, com base na teoria apreendida nos estudos desenvolvidos nos capítulos anteriores, para cada espaço, considerado como ponto fraco na fase de análise. Avançando tendo sempre presente o sítio e as das características de identidade únicas do local, como os elementos primários existentes. Esforçar-nos-emos por responder com uma proposta coerente que não esqueça a parte respeitante a imagem, linguagem arquitectónica, o papel da transformação da paisagem e a importância do verde no bem-estar e saúde do indivíduo em ambiente urbano.

I. ABORDAGEM TEÓRICA

Capítulo 1 | A cidade

1.1. Definição

Refere Beaujeu-Garnier (1997) que, até à Revolução Industrial, no Séc. XIX era fácil definir cidade. No entanto, a partir daí, instalou-se uma confusão na interpretação desse conceito. Anteriormente numa fase pré-industrial, as primeiras cidades eram pequenas e compactas, na fase pós-industrial, tornaram-se grandes centros de construção em altura.

A cidade para Beaujeu-Garnier, baseava-se: “Concentração de homens, de necessidades, possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação...), com capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objecto.” (Beaujeu-Garnier, J., 1997, p.11).

Cresce a dificuldade em definir cidade à medida que esta se torna cada vez mais complexa, nos mais diversos aspectos. Para José Mattoso (1987), do ponto de vista histórico, e perante as teorias mais correntes, a definição de cidade aponta para aspectos de ordem: Demográfica-número de homens que abriga, Económica- tipo de actividades aí praticadas e Topográfica-grau de concentração das suas moradas.

Para Leonardo Benevolo (1998, p. 15) “A palavra cidade é adoptada em dois sentidos para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Próximo Oriente e desde então se identifica com a sociedade civil; ou então para indicar o cenário físico desta sociedade.”

“Enquanto objecto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que necessitam; é o lugar onde todos os contactos de toda a natureza são favorecidos e maximizados os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas” (Beaujeu-Garnier, J., 1997, p.11).

Verificamos anteriormente que Beaujeu-Garnier tem um entendimento da cidade mais direccionado para a dimensão económica e as interacções de bens e serviços entre o interior e com exterior da cidade. Já outros autores têm uma visão de cidade como obra de arte, Goita

entendia que “...a cidade não é uma obra de arte - um artefacto- mas sim qualquer coisa que constantemente se está fazendo e desfazendo. É por consequência um processo vivo.” (Goita F.,1982, p.205).

Ao definir termo «cidade», a União Europeia (2011, p.1), diz remeter para uma unidade administrativa ou a uma determinada densidade populacional. Entende que por vezes, é feita uma distinção entre vilas «towns», (entre 10 000 e 50000 habitantes) e cidades «cities», de maiores dimensões (acima de 50000 habitantes), ou de forma mais geral referir-se ainda a percepções de um modo de vida urbano e a características culturais ou sociais específicas, bem como a locais funcionais de actividades e trocas económicas.

Como verificamos não é simples definir o conceito de cidade pela complexidade actual da mesma, no entanto apreendemos que cidade é sem dúvida a expressão espacial das relações que nela acontecem a nível económico, político, social e cultural de uma determinada sociedade ao longo da sua história [Fig. 1-3].

Vista aérea | Cidade de Londres



Figura 1 | Fonte: (High Photography/Rex Features, 2012)

**Vista aérea da cidade antiga de Londres |
Estação de Waterloo 1917**



Figura 2 | Fonte: (Alan Richardson, 2009)

**Vista aérea da cidade moderna de Londres |
Estação de Waterloo 2006**



Figura 3 | Fonte: (Alan Richardson, 2009)

1.2. História

As cidades são um dos fenômenos mais complexos que acompanham a história da humanidade, desde o seu aparecimento há milhares de anos, como expressão de uma dada sociedade e de um propósito. Através de diversos traços, como matemáticos, geométricos e outros, na tentativa de chegar à harmonia.

Segundo Beaujeu-Garnier (1997), o nascimento das cidades tem como base três motivos possíveis, logo na escolha inicial: Económicos, Políticos e Defensivos. Na escolha por motivo Económico, refere-se por exemplo a riqueza contida no solo de um determinado local. Entendemos que outros motivos haverá na escolha do território para edificação das cidades, desde sagrados, religiosos, a localização do sítio em relação a importantes percursos terrestres, fluviais e marítimos.

Todas as cidades têm uma personalidade própria, desta forma são diferentes umas das outras, como resultado de sucessivas acções criativas, de sequências de construções e intervenções nos espaços urbanos, ao longo dos tempos. Tais acções remetem para a ideia de composição urbana, num sentido mais amplo de organização de funções e que resultam numa determinada expressão formal, o qual permite a identificação dessa sociedade.

Alguns autores consideram como primeiras cidades Jericó e Çatal Huyuk [Fig. 4,5] (VI milénio a.C.), por serem edificações realizadas nesse período, por razões culturais. Delfante (1997) não está de acordo, porque embora estas estejam encerradas entre muros, são aglomerados resultantes por razões defensivas, desta forma não as considera cidades, porque em teoria entendia que a transformação de aglomerado em cidade, era ” [...] quando as peças que a compõem estão dispostas no terreno de suporte segundo uma vontade expressa, de modo a criarem um equilíbrio e harmonia.” (Delfante, 1997, p. 23). Na opinião deste autor, só posteriormente em Uruk isso acontece, pois a disposição dos templos e zigurates erigidos nessa mesma cidade, parecem obedecer a um plano preconcebido, resultando no que viria a ser chamado mais tarde de ordenamento do território.

As primeiras cidades ou partes das cidades eram adaptadas ao lugar, à paisagem e à rua. A cidade era desta forma entendida como um todo. A “polis” grega, considerada uma das peças mais importantes do urbanismo, como centro de vida política, particularmente o espaço do “ágora” como local privilegiado de vida urbana na época.

Mapa de representação da selecção das cidades pré-históricas | Na Turquia



Figura 4 | Fonte: Mapa (Çatalhöyük Research Project, nd.)

Vista da antiga cidade de Çatalhöyük | Durante as escavações de James Mellaart (1962/1965)



Figura 5 | Fonte: (James Mellaart, nd.)

Mais tarde na idade média, parques de lazer, passeios urbanos e as “bastides” cidades novas, são igualmente importantes na história do urbanismo.

Nas praças italianas como Siena, surge já preocupação em dar resposta às necessidades colectivas da época, não só ao nível funcional, mas também ao nível estético, através da colocação dos diferentes elementos arquitectónicos no espaço, tendo como objectivo o prazer do espírito e do olhar.

Na cidade de Bergamo, evidencia-se a articulação do espaço público com edifícios envolventes de carácter público. Aqui a arquitectura confere ao sítio um ambiente monumental com uma linguagem arquitectónica considerada um dos motivos responsáveis do êxito na composição.

Ao analisar as cidades antigas, Delfante (1997) concluiu:

“Quando a arquitectura se preocupa com o desenho urbano e com as suas limitações sem ter necessidade de uma qualquer vista global ou desenho de conjunto, tudo parece concebido com uma sensibilidade tal que se obtém uma harmonia no conjunto construído.” (Delfante C., 1997, p. 384). No entanto com a revolução industrial a situação mudou, de tal forma que o autor aponta também responsabilidades à arquitectura no contributo que teve, na desordem e na ausência de harmonia no enquadramento urbano.

Refere igualmente o autor, que uma das principais doenças dos nossos dias é a tendência em recheiar os tecidos urbanos das cidades por composições-objectos, com a única finalidade de obter notoriedade mediática para quem projecta, destruindo desta forma os tecidos urbanos, atacando a integridade dos locais e dificultando por sua vez a vida aos usuários desses mesmos espaços.

Delfante refere, como exemplo de uma boa composição urbana, a cidade de Nancy, tendo em conta a escala da cidade e o duplo equilíbrio encontrado na parte antiga com a nova, através da ligação por um eixo valorizado pela relação do espaço do campo, e que na opinião dele resultou num conjunto atraente.

Faz uma crítica ao pouco tempo que por vezes se gasta na fase de análise de um determinado local de intervenção, como sendo um dos factores negativos quando se procede a concepção de espaços na cidade.

Apesar da existência da cidade ser útil para o indivíduo viver em comunidade, para poder trabalhar e progredir, os problemas inerentes à vida na cidade são ainda muitos. São igualmente muitos os historiadores (como Charles Delfante e Leonardo Benevolo) que se preocupam com os problemas da cidade. Pretendem demonstrar que a solução está na história do desenvolvimento e da evolução. Ou seja, na história de tudo o que foi realizado até aqui, pois segundo esses mesmos autores é essa a razão fundamental da identidade das diferentes cidades e que faz nascer o sentimento de pertença na existência das comunidades.

Para Benevolo L. (1998, p.15), “ [...] o cenário físico de uma sociedade é mais duradouro do que a própria sociedade e pode ainda encontrar-se – reduzido a ruínas ou em pleno funcionamento – quando a sociedade que o produziu já há muito desapareceu.”

Delfante expõe algumas soluções, ainda que fragmentadas na sua opinião, mas que de certa forma entende ele que sejam um contributo na resolução de alguns dos problemas da cidade actual, assim “ [...] apenas uma visão do conjunto pode permitir que a cidade em migalhas, magma informe, possa sair do inextricável imbróglio em que a nossa época, depois da Revolução Industrial, a lançou.” (Delfante C., 1997, p. 413).

Com as informações acima expostas, nomeadamente na problemática das cidades, não é importante saber quais são consideradas as primeiras cidades. O nosso objectivo aqui é reconhecer que a civilização humana procurou ao longo da história (desde que o indivíduo passou a ser sedentário) pensar na harmonia dos seus aglomerados e nas suas construções. A

difícil tarefa é feita pelos arquitectos e urbanistas que têm tentado desenhar as cidades na procura chegar a cidade “ideal” perante o dilema que os confunde: devem ter uma atitude racional na elaboração dos melhores espaços para viver ou deixar a cidade crescer naturalmente, conforme as dinâmicas sociais próprias e não intervirem de forma decisiva.

A tal impossibilidade em criar a cidade “ideal” parece que está dependente de diversos factores como localização, contexto, das forças presentes na cidade, dinâmicas económicas, sociais, etc. Factores que vão influenciar a cidade quanto a forma, ao seu desenho e outras características. Ora naturalmente a cidade é palco dinâmico de conflitos e tensões logo não é fácil aos projectistas agradarem a todos os habitantes. Desta forma estes responsáveis devem esforçar-se na procura do equilíbrio urbano de sociedades mais justas, com dinâmicas orgânicas anti segregadoras e pela atribuição de qualidade de vida a todos os habitantes.

1.3. Relação indivíduo/cidade

A importância deste ponto prende-se com a tentativa de perceber o vínculo que o indivíduo mantém com a cidade até aos nossos dias. Julgamos que, conhecendo a essência do homem citadino, mais fácil será projectar os espaços urbanos por ele utilizados.

Henri Laborit (1971) através de uma análise da história das cidades e das diversas causas que estão inerentes à progressiva urbanização, verificou que o ser humano nem sempre foi urbanizado, e que as cidades foram produções por ele concebidas ao longo da sua existência. Assistiu-se ao longo da história a uma urbanização à escala mundial, pelos mais diversos motivos, como a procura de melhor nível de vida. Estes motivos contribuíram para o êxodo das populações rurais em direcção às cidades.

A cidade começa por perder a sua primitiva função de responder a necessidade de protecção do meio ambiente e dos animais selvagens ou seja de arranjar espaço para as construções. Começa a tornar-se uma mercadoria, em objecto de troca, com o objectivo de aumentar o lucro. Assim, a cidade existe como um grupo social, cuja finalidade não é construir a cidade funcional, mas sim viver e manter a sua estrutura de comércio e de troca.

Henri Laborit (1971) vai mais longe e compara a cidade a um meio onde as classes sociais mais poderosas dominam o espaço ao seu gosto, assim “A cidade não é um organismo, mas

representa um dos meios utilizados por um organismo social para controlar e manter a sua estrutura”

Segundo o autor, a cidade contemporânea é o reflexo das classes dominantes na arrumação dos espaços, aumentando o domínio, das propriedades dos objectos e causando a sedimentação socio-económica. Numa linha de pensamento (que nos parece demasiado fatalista) diz que deste modo assiste-se a destruição do ambiente e até mesmo ao desaparecimento da espécie humana se este tipo de comportamento persistir. Continua o autor explicando a ideia, que o indivíduo na cidade actual demonstra o comportamento mais primitivo em dominar o seu semelhante. Originando classes sociais dominantes na procura do lucro, sem olhar a meios, produzindo problemas complexos ao nível do urbanismo, que vão desde o poder de especulação imobiliária até ao poder de transformar a cidade ao seu gosto.

Nesta evolução de que a cidade faz parte integrante, [Fig. 6,7] o urbanismo não é apenas um problema para os especialistas e técnicos que têm a função de alojar as pessoas, o problema é também da vida humana e dos comportamentos das hierarquias no seio da sociedade. Assim só conhecendo os comportamentos do indivíduo, se fará o bem para a espécie e por conseguinte se fará melhor arquitectura e melhor urbanismo. Ideia que subscrevo de acordo com o autor, quando afirma que não é bom caminho quando se utiliza o “ [...] urbanismo como fórmula experimental: façamos uma cidade e logo veremos o que lá se passa” (Laborit, H. 1971).

O homem e a cidade | Metro de Londres



Figura 6 | Fonte: (Time Travelleron, 2013)

A evolução da cidade | Xangai



Figura 7 | Fonte: (Time Travelleron, 2013)

Capítulo 2 | A globalização

2.1. Consequências da universalidade

O fenómeno da globalização parece ser um motivo de interferência no contexto das cidades ao longo dos séculos. Procuraremos de seguida verificar se essa universalização também encontrou (e de que forma) repercussão no território Português.

Para Boaventura de Sousa Santos, (2002) assistiu-se nas últimas três décadas, a uma intensificação dramática das interações transnacionais no respeitante à globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, ocorrendo simultaneamente a propagação da informação e de imagens através dos Mídias e a deslocação de grandes massas de trabalhadores migrantes, refugiados ou turistas à escala mundial.

Existem múltiplas definições sobre globalização. Trata-se da globalização mundial, entendida um fenómeno complexo. Desta forma optamos por expôr a visão de Giddens. O autor designa globalização, como “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa ” (Giddens 1990, p.64).

A globalização económica, cultural e política, na procura pelas cidades de um lugar no mapa mundial são os efeitos de uma sociedade em globalização. A certificação atribuída pela UNESCO é isso mesmo, exemplo de tornar património da humanidade a propriedade exclusivo de um local, com base em critérios globais, para benefício cultural de todos.

A certificação do património natural ou edificado com o objectivo de o manter para as gerações vindouras é um efeito positivo da globalização. Mas nem sempre os resultados dessa universalização são positivos. Certo é que a globalização instalou-se, com efeitos positivos ou negativos e parece permanecer. Mais do que nunca a polémica está na ordem do dia. Julgamos que a sociedade tem que se adaptar a este fenómeno também designado por “aldeia global” espaço em que os sistemas procuram ser universais, qualquer que seja o sítio no planeta e em qualquer cultura.

Para este estudo interessa o tema da globalização no plano da arquitectura e do urbanismo das cidades. Vejamos que no caso da sociedade portuguesa, a universalização conduziu a

consequências na imagem urbana. Portugal caminhou ao longo dos tempos, influenciado pela arquitectura que se fazia em outros países, e vice-versa. Intromissão talvez de forma mais intensa quando surgiram os princípios e regras a nível mundial, como o caso da carta de Atenas de 1933, por altura do 4º congresso em que foi elaborado um documento do urbanismo depois da análise de 33 cidades, que segundo os membros do (CEU) Conselho Europeu de Urbanistas, (2004) “ [...] que contém uma visão prescrita sobre desenvolvimentos das cidades, com áreas de habitação e trabalho de alta densidade, ligadas por sistema de transportes de massas eficazes.”. Princípios racionalistas e funcionalistas de aposta numa coerência entre cidades em rede ajudou a alterar de forma homogénea tanto os espaços de habitar, como os edifícios e a imagem das cidades. Essa influencia das experiencias que aconteciam um pouco por toda Europa, vão mudar a trajectória da arquitectura tradicional das diferentes nações.

A pergunta que se coloca é se um dia todas as cidades vão ter a mesma imagem? Ou haverá uma resposta do regionalismo crítico na procura de preservar o carácter próprio de cada cidade, como forma de contrariar a homogeneização.

Com a publicação da nova Carta de Atenas, em 2003. Os urbanistas mencionam a força da globalização, que se espalha pelo mundo e pela Europa “Europeização”, influenciando a vida também deste continente. A cultura, as preocupações de salvaguarda do património, a importância direccionada para o homem como habitante/utilizador da cidade, numa sociedade em mudança. Expõem uma visão mais coerente da cidade, onde o cidadão toma decisões e utiliza as novas tecnologias de comunicação e informação. Apresentam um ideal de urbanista mais preocupado com as questões humanistas e científicas, na procura do consenso e respeito pelas diferenças dos indivíduos.

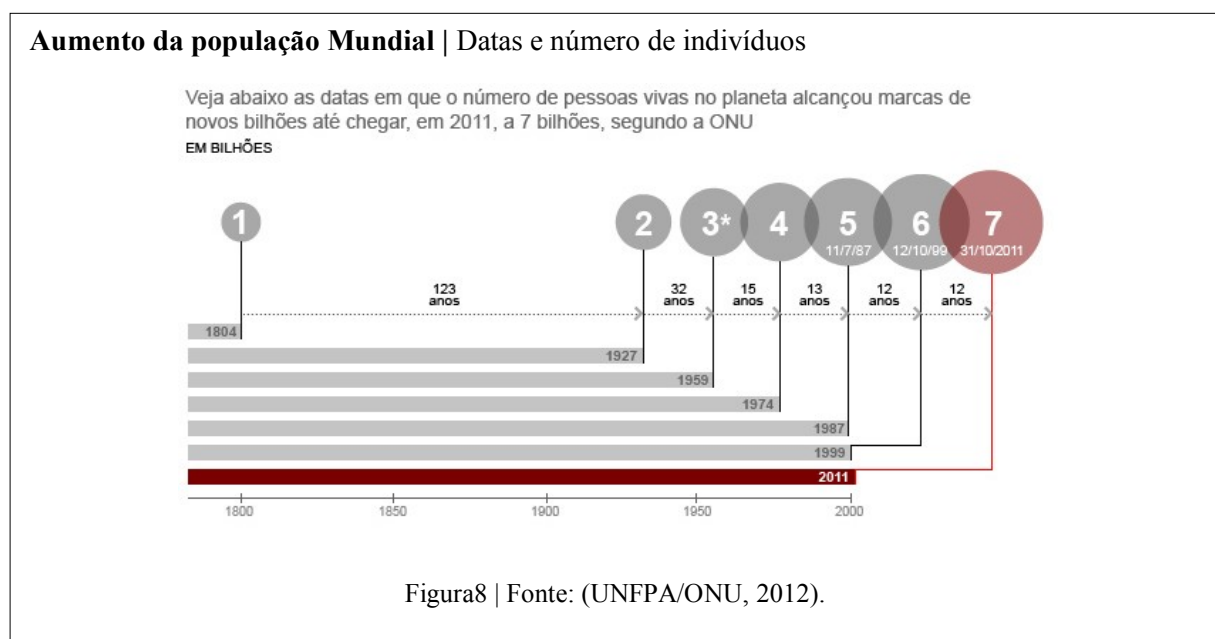
Mas convém apurar que as preocupações com a escala humana se encontram já explícitas na Carta de Atenas, de 1933 “ O dimensionamento de todas as coisas no dispositivo urbano só pode ser regido pela escala humana” IPHAN (1933, P. 29). Ostenta a mesma carta que a chave do bom urbanismo tem como objectivo dotar a cidade de quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular.

Capítulo 3 | O envelhecimento: Efeitos na sociedade

3.1. Envelhecimento Universal

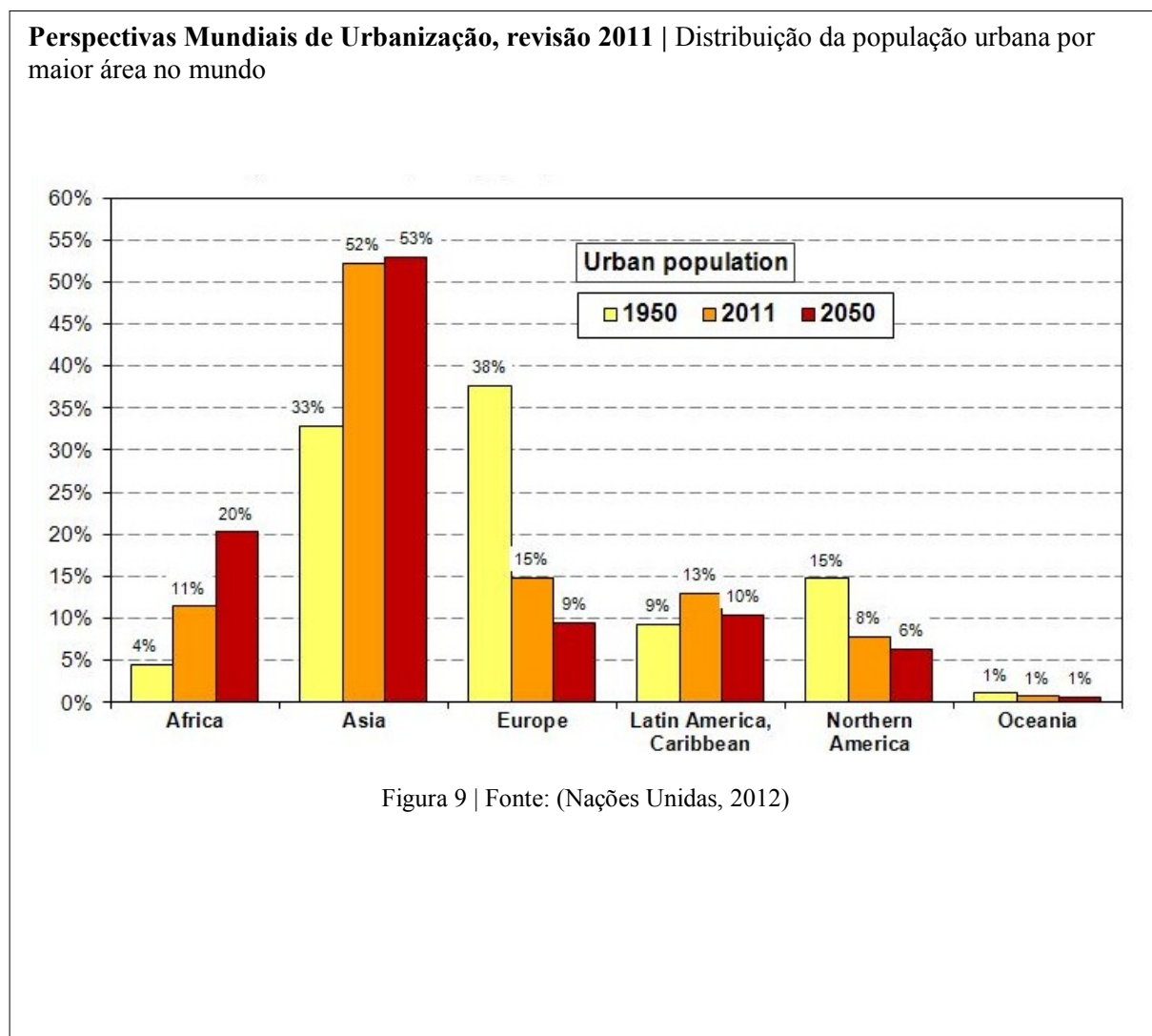
O envelhecimento dos indivíduos é uma questão que assume grande importância, no contexto das sociedades actuais, nomeadamente nas populações localizadas na zona mais Ocidental do globo. As alterações sociodemográficas são referidas como factores responsáveis pelo crescente envelhecimento.

Segundo as informações da UNFPA, no Relatório sobre a Situação da População Mundial (2011, p. 2), a Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas, fornece dados acerca dos fenómenos recentes que se prendem com o rápido crescimento da população mundial. Tanto que existiam cerca de 300 milhões de pessoas há 2.000 anos, depois disso seguiu-se um longo período de mais de 1.600 anos para que a população duplicasse para 600 milhões. Por altura de 1950 teve início um rápido crescimento da população, que resultou numa população estimada em 6,1 bilhões no ano de 2000, colocando a população mundial perto das duas vezes e meia a população de 1950. A redução da mortalidade nas regiões menos desenvolvidas e o declínio da fecundidade na maior parte do mundo estão a afectar a taxa de crescimento global da população que atingiu o pico de 2,0%, no período compreendido entre 1965-1970. A partir dessa data, tem vindo a decrescer conforme está representado inferiormente. [Fig. 8].



A mesma fonte concluiu que globalmente, as pessoas estão mais jovens, mas também mais envelhecidas do que antes. O facto do envelhecimento da população está acontecendo em todos os países do mundo, no entanto em diferentes fases de transição de país para país. Actualmente em alguns dos países mais pobres, altas taxas de fecundidade dificultam o desenvolvimento e continuam na pobreza, enquanto alguns dos mais ricos mantêm baixos níveis de fecundidade e a reduzida quantidade de pessoas.

Recorrendo aos dados mais recentes, das Nações Unidas (2012) verifica-se que em 2011 das 6.974.036 (milhares) de pessoas em todo o mundo mais de metade 3.632.457 (milhares) dessa população vive em contexto urbano, concretamente (52,1%) pelo que em (2050) a mesma fonte estima que a percentagem aumente para (53%), razão do interesse do tema do comportamento demográfico na sociedade [Fig. 9].



Recapitulando, o envelhecimento acontece pelos mais distintos factores, como os políticos, sociais ou culturais, médicos, demográficos, económicos, etc. No entanto o termo envelhecimento demográfico aparece agora com mais frequência no centro de discussão. É denotado por alguns estudiosos o responsável pelos males da actual sociedade.

Maria João Rosa, (2012), não está totalmente de acordo, pois entende que o envelhecimento numa sociedade está subjacente a outros problemas emergentes, e que por vezes são implementadas medidas políticas meramente paliativas (como o incentivo à natalidade), que não tem surtido efeitos relevantes. A autora explica que o verdadeiro problema da sociedade envelhecida reside no que se devia ter feito quando se iniciava o processo de envelhecimento; como potenciar os seus benefícios e como transpor o bloqueio do significado atribuído à idade. Defende ainda que o potencial do conhecimento dos mais idosos não está a ser devidamente aproveitado, mesmo sabendo que a conjuntura da sociedade assenta no conhecimento e por conseguinte sabendo que o aumento da idade significa mais conhecimento. Entende a autora que a aposta passa por dotar as comunidades de mais dinamismo económico, social e outros.

Duas tendências globais surgem no séc. XXI, o envelhecimento da população e a urbanização, pois à medida que se dá o crescimento das cidades aumenta a percentagem de residentes com idade superior a 60 anos. Conforme verificamos nos dados mais recentes da OMS, assistimos a um rápido envelhecimento no mundo, pelo que no período entre 2012 com 11%, duplicou para 22% em 2050, passando de 809 743 (milhões), para 2031 337 (milhões). Acontece pela primeira vez na história do homem há uma inversão da pirâmide etária pela existência de mais idosos que crianças entre (0-14 anos), ver o quadro [Fig. 10].

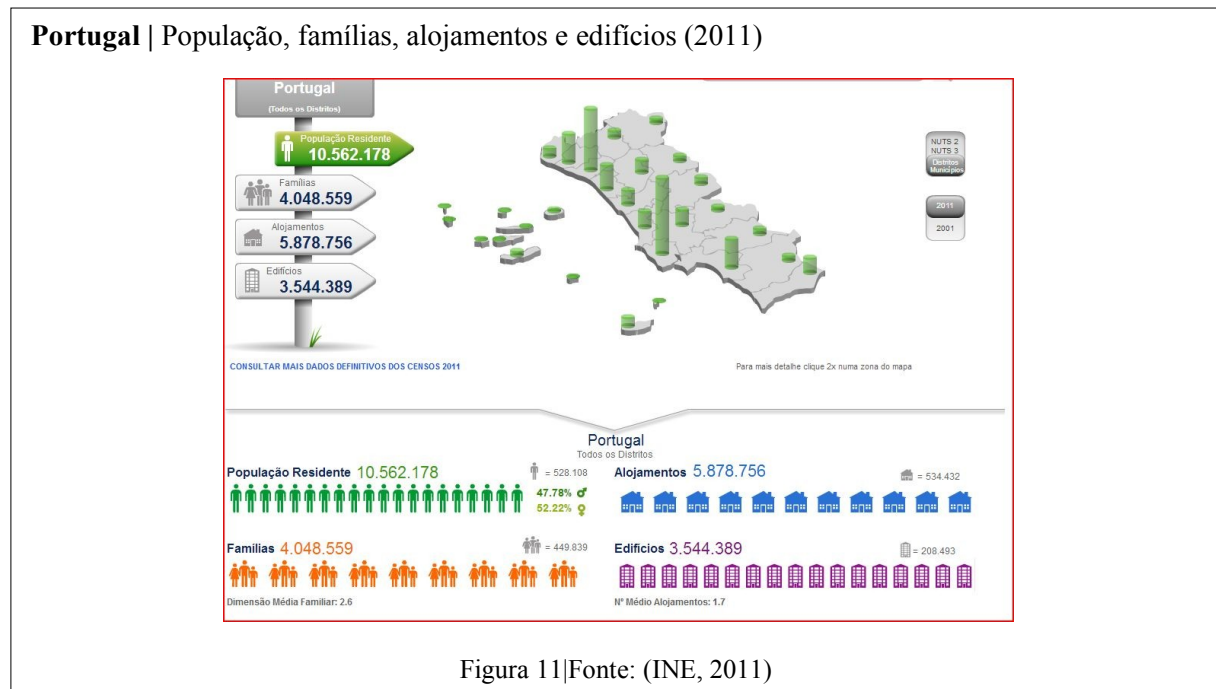
Envelhecimento da População idosa | População idosa em Portugal e no mundo

Country or area	Population aged 60 years or over		Share of persons aged 80 years or over ¹				Sex ratio, 2012 (men per 100 women)		Life expectancy at age 60, 2010-2015		Proportion currently married, 60 years or over ^{2,3}		Proportion living independently, 60 years or over ^{2,4}		Old-age support ratio ⁵		Proportion in labour force, 60 years or over ⁶		Statutory retirement age		
	Number (thousands)		Proportion of total population (percentage)		aged 80 years or over (percentage)		60+	80+	Men	Women	Men	Women	Men	Women	2012	2050	Men	Women	Men	Women	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	
WORLD	809 743	2031 337	11	22	14	20	84	61	18	22	81	50	40	39	8	4	42	20	
More developed regions ^B	279 287	418 326	22	32	20	29	75	52	21	25	78	47	75	73	4	2	26	15	
Less developed regions ^D	530 455	1 613 011	9	20	11	17	89	71	18	20	82	50	28	25	11	4	50	22	
Least developed countries ^C	46 389	181 568	5	11	8	10	86	81	16	17	85	38	12	13	16	9	68	43	
Portugal	2 606	3 792	24	40	20	29	76	57	21	25	84	53	8	61	58	8	4	2	30	19	65

Figura 10 | Fonte: (OMS, 2013)

3.2. Envelhecimento em Portugal

Ao fazer uma leitura dos dados da população em 2011, em Portugal, podemos dizer que em todos os Distritos a população contabilizada é de 10.565.178 residentes [Fig. 11].



Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, em 2011, 61% da população portuguesa vivia em contexto urbano [Fig. 12].

OMS, Região Europeia: resumo estatísticas| Portugal (2002 - 2012)

Indicator	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
adults aged >= 15 years (%)											
Population (in thousands) total	10396	10439	10478	10511	10537	10556	10570	10581	10590	10598	10604
Population median age (years)											41.81
Population proportion under 15 (%)	15.86	15.76	15.68	15.6	15.52	15.44	15.35	15.25	15.15	15.04	14.92
Civil registration coverage of births (%)										>90	
Population proportion over 60 (%)	21.92	22.04	22.16	22.36	22.58	22.83	23.12	23.42	23.73	24.06	24.39
Gross national income per capita (PPP int. \$)										24440	
Total fertility rate (per woman)										1.33	1.32
Population living in urban areas (%)									61	61	
Annual population growth rate (%)											-0.1

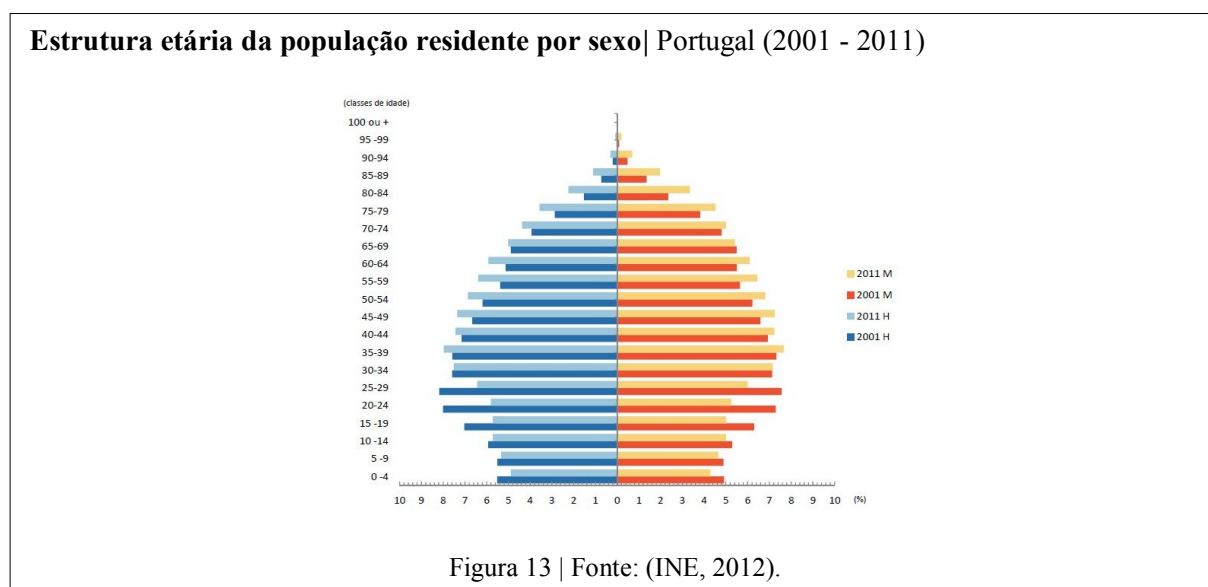
Figura 12| Fonte: (OMS, 2012).

Segundo a circular normativa do Ministério da saúde, número 13/DGCG, 2004, em Portugal, a baixa da fecundidade e o prolongamento da vida, este último devido ao desenvolvimento em geral e em particular ao nível das ciências da saúde, contribuíram para o actual estado de envelhecimento da população, aumentando a esperança de média de vida em aproximadamente 30 anos no decorrer do séc. XX.

Portugal segundo o INE apresenta em 2012, um total de 2.606 (milhares) de pessoas idosas (60 anos ou mais) o que equivale a 24% da população, que segundo as estimativas irá aumentar em 2050, para 40% num universo de 3.792 (milhares), ver anteriormente [Fig. 7].

Como já referimos anteriormente, o potencial humano dos mais velhos, segundo Maria João Valente Rosa (2012), não está a ser utilizado e o caso de Portugal é um bom exemplo do que a autora pensa. Portugal que apresentava uma população das menos envelhecidas entre a maioria dos países da UE27. Presentemente o panorama inverteu-se e o território coloca-se, pela rapidez do processo de envelhecimento, no patamar dos países mais envelhecidos na Europa e no Mundo.

Conforme os dados apresentados pelo INE, 2012, os desequilíbrios evidenciados na década passada são agora mais acentuados na estrutura etária da população referente a 2011. A base da pirâmide que corresponde a população mais jovem diminui e aumenta o topo que representa o acréscimo da população idosa. Olhando para o gráfico seguinte verificamos a realidade dos factos [Fig. 13].



3.3. Envelhecimento em Viseu

No caso concreto da cidade de Viseu, a maior parte das freguesias apresentam indicadores de aumento da população idosa, em 2001 residiam na cidade 93 501 indivíduos, tendo aumentado a cifra no ano de 2011 para os 99 274. Relativamente ao número de idosos com 65 e mais anos, aumentou de 14 131, para 18 488 respectivamente (INE Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Centro, p.122).

De igual modo no caso da freguesia em estudo situada nos limites da cidade, São José apresentava em 2001, 101 idosos, e em 2011, assistimos a um aumento para 146, o que traduz uma variação de 44,7%, numa freguesia com uma população na ordem 5 395 residentes (INE Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Centro, p.107).

Estes resultados são dados importantes para serem percebidos como ponto de partida na tentativa de minorar/resolver os problemas inerentes à problemática do envelhecimento. Pelo facto de ser do interesse de todos, em particular para aqueles profissionais que projectam a cidade, desde o arquitecto ao urbanista. Estes ao serem confrontados com os problemas subjacentes ao envelhecer da população, do envelhecer natural de cada indivíduo e os diferentes graus de complicações ao nível da saúde que isso acarreta, tenham sempre presente que os espaços das cidades não devem funcionar como obstáculos para as pessoas idosas, e em particular antevejam o acesso a esses locais por pessoas portadoras de mobilidade condicionada.

Capítulo 4 | A arquitectura: Espaços de manifestação/relação social

Não poderíamos falar em espaços de manifestação/relação social sem entender o que foi feito no domínio da arte da arquitectura. Especificamente o papel do arquitecto, nas suas intervenções no território, na procura da ordem da construção arquitectónica, através das transformações físicas de um determinado ambiente existencial. A arquitectura procurou preencher as necessidades do ser humano no espaço ao longo dos tempos. Com início quando ele precisou de construir abrigos para protecção do ambiente bravo. Agora de feição mais evoluída e sofisticada, insiste na demanda de proporcionar regras ou formas ao nível da habitação, convivência, segurança e outras actividades de satisfação que o individuo necessita no dia-a-dia.

Interessa com este capítulo ter uma noção do que é a arquitectura. Reconhecemos muitas definições sobre arquitectura, que evoluíram até aos nossos dias, pelos autores como Vitruvius a Palladio, até Lúcio Costa. Decidimos escolher a citação de William Morris, de 1881, pois representa o essencial da definição do tema em apreço. Morais (1995, P.20) cita (Leonardo Benevolo, 1972) no livro, introdução a arquitectura “ [...] A arquitectura abarca a temática de todo o ambiente físico que circunda a vida humana [...] A arquitectura é o conjunto das modificações e alterações introduzidas sobre a superfície da terra de acordo com as necessidades humana [...] ”

Não poderíamos estar mais acordo com João Sousa Morais (1995), quando escreve sobre a definição de arquitectura, considerando-a actualmente mais abrangente, pois está associada ao habitar e a vivência do espaço, ultrapassando mesmo a dimensão física. Transpõe assim esse limites físicos e procura entender o contexto, o caracter do lugar (sempre único) “o *genius loci*”. Rompe a esfera do que era considerado como seu domínio e preocupa-se com o ambiente vivido: das ruas, praças, pontes, jardins, etc. Assim, arquitectura surge como relação entre o homem *versus* lugar. Neste caso o lugar é a cidade, à qual deve a sua existência à arquitectura. Essa forte afinidade é estruturante na produção dos elementos arquitectónicos no espaço ou seja, no ambiente natural/artificial. Componentes do meio físico que podem ser alteradas através de novas relações, logo os sentidos levam a novas interpretações do lugar.

As duas áreas, arquitectura e o urbanismo têm feito um esforço, no longo da sua existência em irradiar muitos dos problemas que afectam as cidades. Nos capítulos anteriores referimos alguns desses pontos negros, nomeadamente o aumento da população em meio urbano e o envelhecimento. Serão de seguida apresentados, por esta ordem, os espaços elementares da cidade que interessa explorar no presente trabalho. Os centros urbanos, espaços dos quarteirões e espaços verdes. Detentores de problemas como congestionamento, a poluição, a ocupação desenfreada, a gentrificação, o abandono dos centros, a segregação espacial e social que ocorre nos pátios dos quarteirões de carácter privado, os escassos espaços verdes nas cidades, etc.

4.1. O centro urbano

O centro urbano é um espaço público onde os problemas (acima referidos) são motivo de preocupação nas cidades actuais. Problemas que podem causar tanta influência na imagem da cidade. Imagem tal que pôde mesmo colocar em causa a seu desenvolvimento.

Ao abordarmos a cidade como espaço de relações sociais, pareceu-nos pertinente começar pela cidade medieval, detentora de diferentes funções urbanas (multifuncional), em que existia a dificuldade em fazer uma divisão dessas mesmas funções, que faziam parte de uma intrincada malha e relacionada entre si, delimitadas por muralhas, mas onde subsistia a diversidade social.

Com o crescimento das cidades, por altura do Renascimento e da Industrialização, deu-se a separação espacial das funções, nas margens da cidade antiga em todas as direcções, permanecendo a habitação no interior das muralhas.

Com a deslocação das indústrias para as periferias assiste-se a ficção da classe média e da classe alta nos centros urbanos. A perda de dinamismo e de plurifuncionalidade foi evidente no espaço central da cidade, veio ainda contribuir para a decadência e para a necessidade de tomada de medidas de salvaguarda, considerando as zonas do casco histórico como património.

O centro ganhava valor a diversos níveis, pela atracção, as pessoas fixaram-se nos centros é o regresso da sobreposição espacial das funções que parece remeter para a fase inicial do

crescimento das cidades, mas no entanto a função residencial continuava em condições de degradação.

“Hoje podemos dizer que temos nas grandes cidades várias situações típicas: Os *Velhos Centros*, corresponde em regra aos Centros Históricos; Os *Centros*, com maior ou menor policentrismo e resultado do processo de urbanização do século que ainda estamos a viver; e as *Periferias*, mais ou menos heterogêneas, mas em progressivo crescimento”. (Fernandes,1994, p.37)

Voltando atrás no que acabamos de dizer e partilhando a opinião do professor de Design (Papanek, V., 1997, p.117), referindo-se às comunidades criadas em épocas anteriores baseavam-se num objectivo básico “ [...] o objectivo moral específico que conferia significado e sentido a todo o planeamento e *design*. A Antiguidade Clássica procurou o sentido de harmonia e equilíbrio; o objectivo medieval era a realização mística; o Renascimento lutou pela elegância das proporções e épocas mais recentes pelo Iluminismo esclarecido. Os construtores sabiam exactamente o que pretendiam.”

Ora, também estamos convictos de que a algo está a acontecer de errado nas actuais cidades, pela falta de coesão, por vezes ausência de centro, perda de encantamento que outrora tinham, fruto de um antigo urbanismo em busca do tal objectivo o núcleo comum, que a apesar dos diferentes estilos ao longo da história, incluíam elementos básicos que formavam uma comunidade, com para a sociabilidade com (estalagens, recintos desportivo, etc.) para a espiritualidade (igrejas ou templos), como desenvolvimento do intelectual (escolas, museus, etc.) e para a política (camaras municipais). E com estas quatro bases surgia a quinta actividade, a comercial com a implementação do (mercado).

Continuando com as principias ideias de Victor Papanek, acerca do esquecimento da maioria dos urbanistas actuais na pressa de eliminar os obstáculos ao trânsito têm aos poucos eliminado as comunidades, afirma que todas as boas cidade estão onde o transito foi obrigado a parar, desde cidades implantadas nos sopés ou cumes das montanhas, margens dos lagos, etc. Aponta como cidades espectaculares Veneza, Banguécoque ou Manhattan.

Victor Papanek, entende que os peritos devem aprender com os ensinamentos do passado, e com humildade não estudar o que existe de mais moderno (Loa Angeles ou Milão), mas sim estudar o que ainda há de mais antigo como (Boston ou Siena). Aponta ainda duas directrizes aos projectistas da cidade para melhorar a qualidade de vida moderna “Primeiro tem que

mudar a sua actual hierarquia de valores, pensando menos e não mais no planeamento do trânsito, e concentrando-se antes no comércio e no planeamento da comunidade. Em segundo lugar, têm de se virar para um novo conjunto de peritos. Dado os urbanistas das cidades mais vanguardistas serem responsáveis pelas aberrações mais notórias – Brasília, Camberra e Otava [...]” (Papanek, V.,1997, p.120).

Directrizes mais aprofundadas são apontadas por (Fernandes, 1994), como preocupação a actual e incompreensível dificuldade do homem, nomeadamente dos responsáveis técnicos, em particular dos políticos em corrigir as linhas de uma cultura urbana de rigor técnico e científico, onde tenha lugar a qualidade estética e funcional aliada a ética e a afectividade. A solução passará pela procura do equilíbrio entre atracção e rejeição da cidade, com conhecimento e saber pedagógico e uma gestão rigorosa.

Em relação ao desenvolvimento urbano a nível mundial, as estatísticas da organização, The Worl Bank, 2013, apresenta um estudo em relação ao intervalo de tempo correspondente entre 1990-2012. Os indicadores apontam para uma população a viver nas cidades, respectivamente entre os 43% e 53%, demonstrando um aumento da percentagem na ordem 2,1%, e em crescimento no futuro. Em relação a zona Euro, apresenta valores para o mesmo período entre 71% e 76%, com uma percentagem de crescimento de 0,6%.

No entanto o relatório da União Europeia (2011, p.2), sobre política regional, diz que no último século, a Europa passou de um continente essencialmente rural para um predominantemente urbano, pelo que estima que cerca de 70% da população da União Europeia, aproximadamente 350 milhões de pessoas, vive em aglomerações urbanas. Aumento da população nas urbes, conflitos entre o homem e o automóvel, o ritmo acelerado da tecnologia e a consequente dificuldade de adaptação humana à cidade, e muitos outros problemas, agravam a crescente complexidade de vida urbana.

Para Carina Gomes, (2007) a evolução da cidade, no respeitante ao processo de urbanização desde o seu aparecimento, causou enormes mudanças no modo de vida cidadão. Características como a liberdade individual, a insegurança, a instabilidade, a solidão, o individualismo, o egoísmo, e o anonimato, passam a ser analisados por autores como Simmel e Wirth, pela forma como poem em causa as formas tradicionais de cultura e pelo efeito que estabelecem de fragmentação e segmentação a nível social nas grandes e modernas metrópoles.

Citando um dos Sociólogos, Georg Simmel refere como “Os problemas mais profundos da vida moderna provêm da pretensão do indivíduo de resguardar a autonomia e a peculiaridade da sua existência em face das prepotências da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida” (Simmel, G. 2009, p.3).

Os centros urbanos, mais concretamente os centros das cidades de longa história, são para diversos autores, espaços favoráveis à manifestação de relações sociais próximas, de redes de vizinhança, solidariedade e de sentimentos de pertença.

Os antigos centros são portadores de potencialidades que convém presentemente explorar, nomeadamente os “ [...] centros de cidades de longa história, revelam-se espaços particularmente interessantes de articulação entre as dimensões apenas aparentemente contraditórias das culturas e dos modos de vida urbanos” (Gomes C., 2007, p. 5).

O fenómeno de crescimento urbano e da mobilidade parecem responsáveis pelo declínio das relações de vizinhança, mas para alguns autores, como Jean Rémy e Liliane Voyé (1994) a vizinhança, está ainda bem patente em contexto urbano, nomeadamente em bairros tradicionais aonde o sentimento de pertença aparece aliado ao símbolo da história e da memória dos grupos.

A cidade contemporânea diversificada comporta formas distintas de sociabilidade. Por vezes palco da dualidade de relações sociais, possibilita a existência das relações distantes, onde se insere o individualismo, e ao mesmo tempo que emergem (em desvantagem) as relações próximas de vizinhança e de solidariedade. Esta solução tem como propósito tentativa de contrariar esta tendência, através de diversos de partidos arquitectónicos que proporcionem usos e lazer à comunidade desde a envolvente urbana à unidade habitacional do edifício.

Por isso julgamos que um bom entendimento relativamente ao funcionamento (a diversos níveis) dos centros das cidades em geral, em comparação com a cidade de Viseu ao longo dos tempos, ajudará a clarificar uma solução para o espaço do território expectante onde se desenvolve o presente projecto intervenção.

4.2. O quarteirão (Pátio)

Surgiram problemas nas cidades, desde as primeiras décadas do séc. XIX, em Portugal em relação aos espaços nos interiores dos quarteirões. A Norte na cidade do Porto pelas chamadas “ilhas” e em Lisboa os pátios. Procuraremos saber através obras de diversos autores saber mais sobre as potencialidades do espaço interno gerado pelo quarteirão. Concretamente o efeito do fechar do perímetro do quarteirão, que dá origem a um espaço exterior resguardado pelos edifícios, ou seja a formação de um pátio. Esse espaço que traduz a protecção à escala humana se for convertido em espaço público gera relações de vizinhança.

Para Hilary French, (2006, p. 54) na sua obra, *New Urban Housing*, no século dezanove na cidade de New Iorque os projectistas encontraram uma nova forma tipológica de concepção de edifícios de apartamentos, o novo modelo em quarteirão. *Graham Court* (1901), na rua West, nº79, construído para a família Astor é considerado como o primeiro quarteirão a ter um jardim no interior com dimensão razoável.

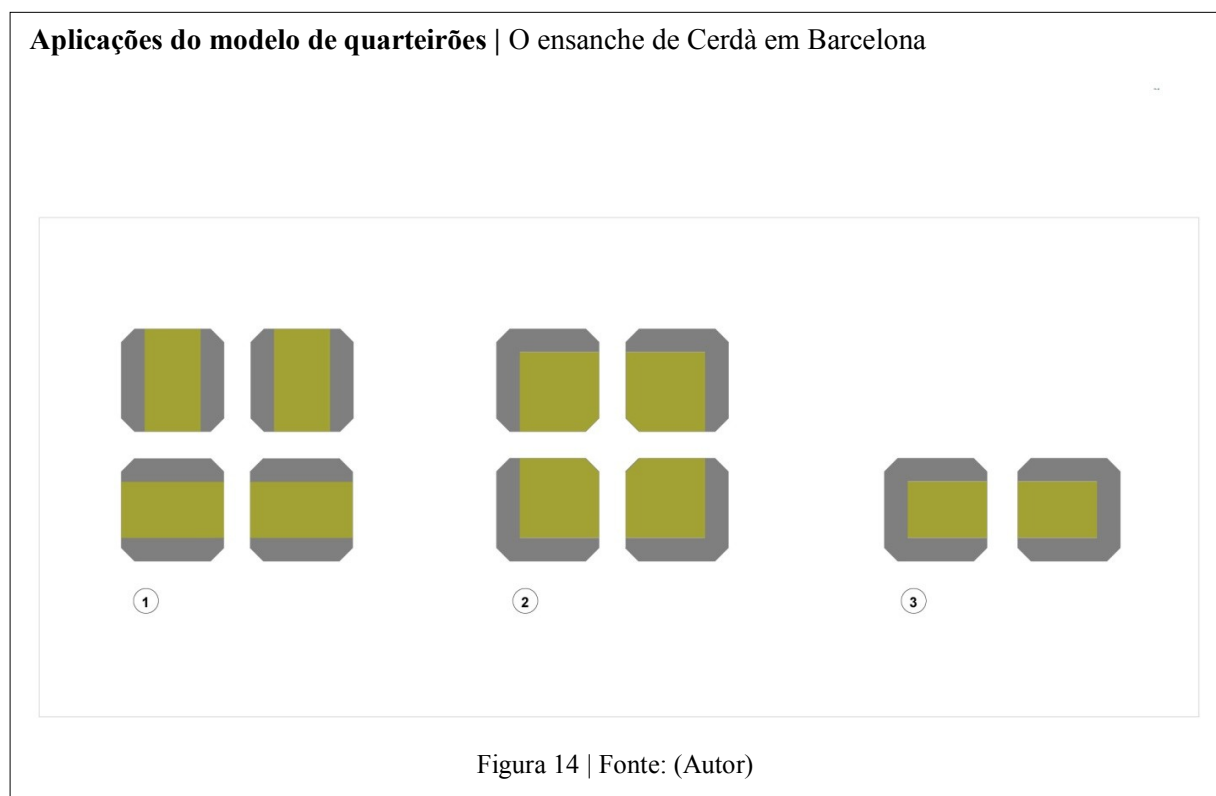
Por volta de 1859 em Barcelona, aparece pelas mãos de Ildefonso Cerdà, uma diferente concepção urbana. Usa a racionalização na forma de desenhar a cidade, cria um traçado regulador característico através de uma quadrícula com uma área aproximada de 7Km de extensão, cuja base é uma grelha de 113,3 metros, e onde os cruzamentos que formam os quarteirões são interceptados por duas grandes diagonais.

Para João de Sousa Morais (1995, p.198) o Modelo de Cerdà (Consistia na cidade como um todo) O quarteirão como ”modelo” na construção da estrutura urbana aqui é estudado até ao limite das potencialidades urbanísticas, sendo portanto um elemento morfológico que origina a forma da cidade, tendo como possível modelo teórico gerador do traçado a base da figura do octógono.

Para Isabel Sollero Lemos, em 2011, no seu trabalho “Os interiores dos quarteirões: de Cerdà ao 22@” referindo-se ao plano de Cerdà, diz que a preocupação de diminuir os problemas da densidade populacional, de poluição, descongestionamento da cidade, o arquitecto apostou num equilíbrio do conceito de “ruralizar a cidade e urbanizar o rural”. Segundo ela, no caso do meio urbano passava não só por introduzir vegetação nos grandes parques distribuídos no “Ensanche” mas também no interior dos quarteirões em que metade da superfície por eles

ocupados era para a implantação de um pátio central ajardinado para proporcionar não só a calma e o isolamento, mas também introduzir a característica social que o campo proporciona.

Cerdà rompe uma malha regular com a criação de um jogo três modelos de volumes distintos de blocos paralelos em “L” e em “U”. No primeiro caso cria jardins que atravessavam a rua, o segundo caso resultava de um quadrado edificado, atravessado por ruas perpendiculares que uniam os jardins de forma a criar apenas um único e o último caso com edificações mais baixas para serviços ou equipamentos formalizações do pátio [fig. 14].



As vantagens dos grandes pátios exteriores eram muitas. Pela qualidade em termos de intimidade e ao mesmo tempo de vizinhança, de higiene, de ventilação e iluminação natural dos edifícios à sua volta, proporcionavam um microclima favorável a ambiência urbana. Qualidades evidenciadas por Manuel de Solà-Morales (2010, p. 138), quando diz:

“[...] los grandes patios interiores, extensos como plazas, donde la intimidad doméstica se combina con una sensación de compañía vecinal, discreta y distante. Y tiene un microclima envidiable”.

Para Pinard Jacques (1984, p. 373) os pátios são uma concepção radical nova que rompeu com a tradição dos modelos até aí usados.

“En même temps, les halles furent un instrument de renouvellement urbain, qui transforma un quartier médiéval délabré de Paris en un ensemble, raisonné et ordonné, de pavillons et de rues. Industrielles et utilitaires, les Halles centrales illustraient une conception radicalement nouvelle de l'architecture, qui a rompu, en apparence, avec la tradition et les modèles historiques du développement urbain, pour répondre aux nouvelles réalités économiques et nouveaux modes de fonctionnement de la ville. “

“Através de uma evolução histórica, podemos considerar o pátio uma tipologia não formal dentro de um método ideológico diacrónico, como um símbolo de convivência e de relacionamento humano.” Victor Consiglieri (1920-1990) p. 158.

Diz o professor da Universidade Lusíada, Victor Consiglieri que ao longo de uma vasta história de uso, o pátio servia como convivência, desde os claustros dos mosteiros aos pátios do renascimento. Podiam ocupar o exterior, formando largos ou pequenas praças ou ocupar também o interior dos próprios edifícios.

Com diferentes tipos e formas, os pátios Victor Consiglieri (1920/1990, p. 158) “ [...] são o significado de padrões de vida colectiva, para festas e para grupos de populações, dos mais variados estratos sociais, provocando um inteiro intimismo de comunidade fraterna”

Adianta o mesmo autor que Miguel Ângelo utilizou no Capitólio de Roma a forma aberta, já uma evolução formal do tipo burguês, através do pátio renascentista de Vila Júlia, na cidade de Veneza, em forma de planta rectangular com claustros. Em Portugal encontramos essa característica no Palácio Galveias que viria a intitular-se “Cour d Honneur”. No séc. XIX (1870-1890) a configuração foi adoptada nas vilas operárias em Lisboa e arredores como o caso de Xabregas, São Domingos de Benfica, e outros.

Continuando o raciocínio autor acima referido, a tipologia do pátio foi alvo de aplicação por alguns arquitectos modernistas, como Corbusier, Alvar Aalto e Walter Gropius em edifícios de equipamentos. Nos projectos habitacionais que para o presente estudo são de maior importância, temos o caso de Oxford de James Stirling, em que o pátio interno tinha uma generosa dimensão interior de 99 x 99 metros, plano Zuid de Amesterdam, de Berlage em 1915, Rob Kreer em Viena e Berlim e os pátios exteriores tipos “villa”, da autoria de Christian de Portzamparc em Paris.

Segundo os estudos Inês Fernandes (2012) o quarteirão é um elemento tipológico urbano que agrupa as edificações, lotes, logradouros, etc. Delimitado por ruas, dá lugar ao espaço interior o chamado pátio. Mistura e divide os espaços públicos dos privados. A autora na sua obra faz referência ao trabalho de investigação do quarteirão da autoria de Christian Portzamparc (1997) “ A terceira Era da cidade”.

Este autor divide a cidade em três “Eras”, onde a cidade é o elemento organizador, num modelo de cidade, fechado, compacto. Cidade homogénea pela repetição e evolução de modelos semelhantes. A segunda Era estava fundada sobre a inversão da primeira, corresponde a uma época da história alterada pela interrupção e rotura repentina no crescimento e na organização das cidades. E a terceira Era da cidade que corresponde a época actual, com a homogeneidade da linguagem e estilos fragmentada, pela arquitectura de tendência mais global, desprendida das características do lugar e da cultura, aliada a complexidade das técnicas e consequência do ritmo acelerado da sociedade. A terceira Era dá lugar ao designado quarteirão aberto.

Procurando não entrar na polémica sobre o que é ou não é considerado quarteirão. Somos também da opinião que esta nova designação é uma forma de reinventar a rua. A articulação da rede pedonal, as aberturas entre edifícios, da qual resultam vistas para a cidade, para entrada do sol e ventilação. Conduzem a uma arquitectura moderna em que os alinhamentos do edificado são implantados de forma parcial e livre [Fig. 15].

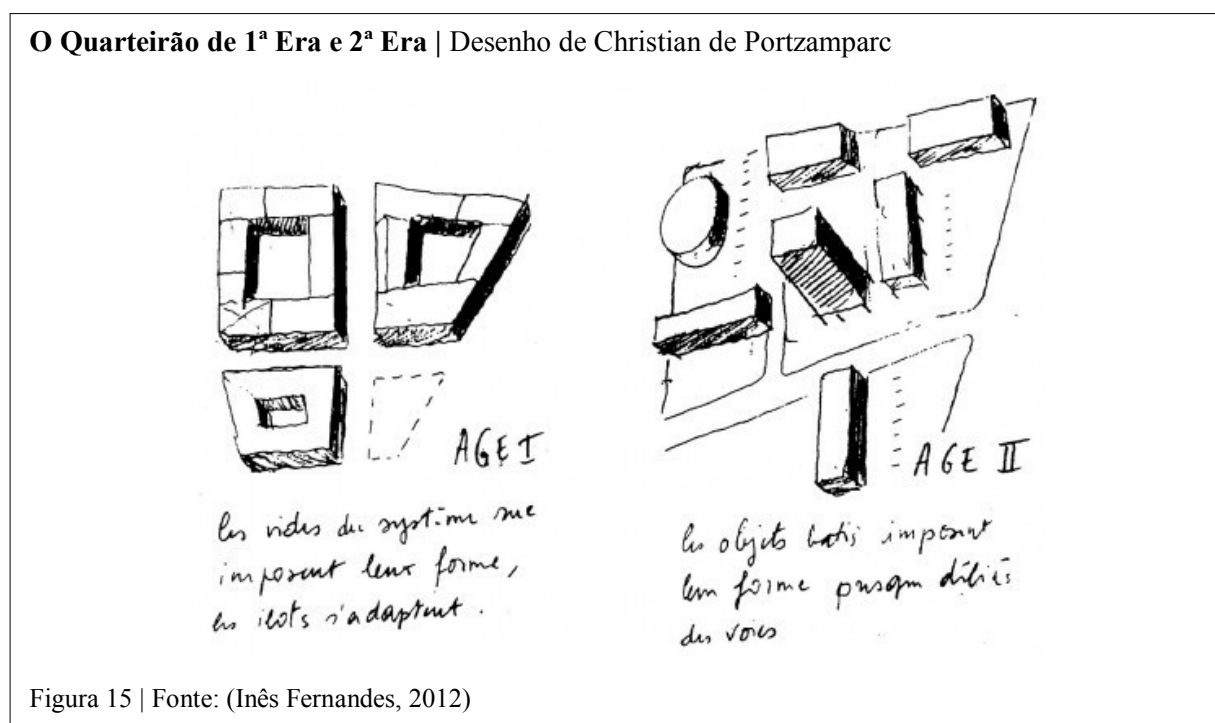
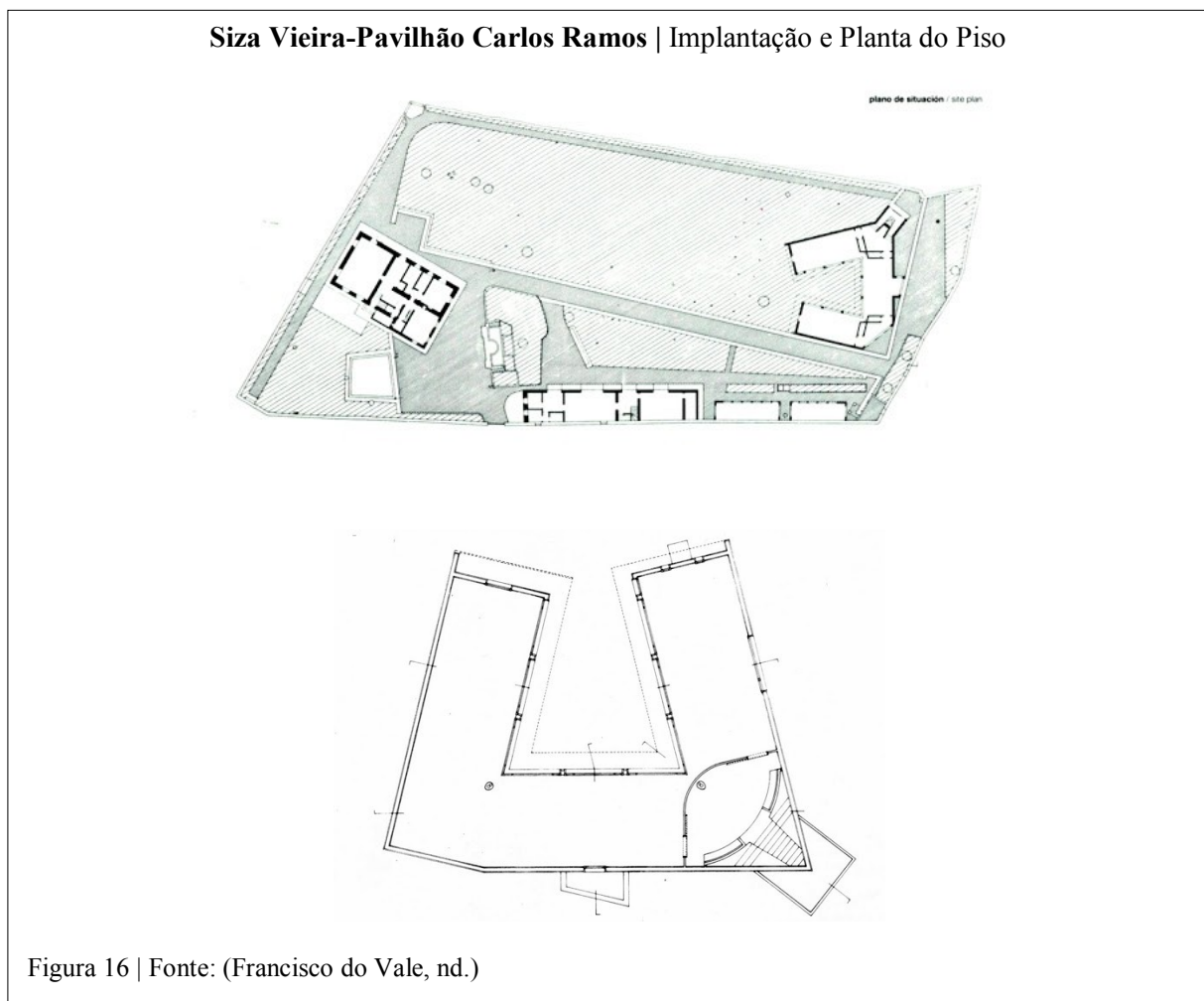


Figura 15 | Fonte: (Inês Fernandes, 2012)

Retomando as ideias de Victor Consiglieri. Este autor aponta como seguidores destes princípios nos anos 1975/76, em Portugal, na cidade de Lisboa, na zona das Olaias, designadamente na Quinta do Bacalhau, da autoria de Manuel Vicente e Siza Vieira, 1990. Princípios exteriorizados no projecto da faculdade de Arquitectura do Porto, em que o desenho apresenta um conjunto de edifícios. Porém um desses edifícios, o pavilhão Carlos Ramos detém uma organização simbólica peculiar [Fig. 16].



Recuando um pouco na história e em território português, Victor Consiglieri (1920/1990, p. 159) falando das características da tipologia ideológica do quarteirão, em relação a evolução aponta três fases distintas no decorrer dos dois últimos séculos na região de Lisboa, em

relação as vivências, entre utentes dos imóveis, arruamentos, logradouros do espaço interno dos quarteirões, Assim segundo o autor:

Uma primeira fase refere-se a baixa Pombalina, constituída por pequenas unidades de imóveis de habitações direito/esquerdo, três a quatro pisos e direccionados para a burguesia abastada.

Uma segunda fase já nos anos 30, chegada à malha urbana, nas avenidas novas e em que os logradouros são amplos espaços abertos que proporcionam convivência humana, coisa que não acontecia no antigo saguão, nesta fase assiste-se a um novo conceito de desafogo dos logradouros, pois que a aposta é a aptidão visual melhor higiene e insolação.

A última e terceira fase, compreende à urbanização do Areeiro e Alvalade, anos 45/50, são nesta altura exploradas novas configurações, onde prevalece a vivência interior pública, com signo de vida privada, Deixa de ter uma volumetria definida e passa a ser zona comunitária, utilizada como local de lazer, contendo por vezes pequenos edifícios no interior como escolas. Desaparece segundo o autor a imagem do quarteirão para dar privilégio aos espaços verdes.

4.3. O verde urbano

Assistimos em todo o mundo a uma crescente preocupação com o verde nas cidades. A arquitectura paisagista procura dar resposta, nomeadamente no que respeita a factores de ordem estética, ambiental e de conforto, tendo como objectivo a melhoria de qualidade de vida no ambiente urbano.

Como é do conhecimento geral os espaços verdes, podem mudar os microclimas locais, diminuindo por vezes a temperatura em vários graus, relativamente a uma cidade densamente povoada, reduzem a poluição, criam zonas de vida selvagem, servem para melhorar a gestão das águas superficiais, etc.

Para Alves (2003), um dos maiores problemas das cidades é a ausência de vegetação, nomeadamente árvores que forneçam sombra. Salaria os benefícios das espécies caducifólias de fundamentais como mecanismo de regulação em termos climáticos nos dias de maior intensidade de calor e a especial riqueza como elemento principal de composição nos espaços públicos. A queda da folha permite a entrada da luz/calor nos dias frios e também pela riqueza na composição espacial, pelos ritmos de luz pela densidade e pela diversidade das formas e dimensões. Actua como um filtro natural ao vento e ao ar, barreira antipoluição e outras

propriedades, na qual destacamos o acentuar do ciclo natural e a noção de tempo, que na cidade se perde e ainda a orientação das pessoas e o valor atribuído à idade das espécies que por vezes passam varias gerações.

A árvore um elemento fundamental na composição da paisagem. Esteticamente quando se trata de edifícios de grande individualismo que são articulados com a proximidade das árvores, vegetação rasteira, ou seja, a massa vegetal faz evidenciar a importância e beleza do edificado.

Capítulo 5 | Espaços para todos: Interiores/exteriores

5.1. Acessibilidades

Assistimos actualmente a uma grande diversidade de pessoas da terceira idade, portadoras de diferentes modificações no organismo e que, de um momento para o outro modificaram o comportamento físico/motor, resultando em restrições para as quais não estavam preparados.

Foram feitos já inúmeros estudos para encontrar soluções de projecto no tocante a melhoria das acessibilidades para os idosos em residências e em edifícios públicos, mas não em espaços públicos. O estudo realizado em 2007 no Brasil, de Marina Grava de Moraes “acessibilidade e inclusão social em escolas” é um exemplo disso.

Dorneles e Bins Ely, (2006) no Brasil, elaboram estudos e pesquisas direccionados para uma área interessante onde existe muito actualmente por conhecer, no tocante ao caso do ambiente exterior das cidades, concretamente em locais onde esses idosos podem praticar exercício físico e outras actividades, com condições ambientais que não existem nos espaços interiores. Dizem as autoras ser o tema da “acessibilidade espacial” um assunto cada vez mais comum no país acima supramencionado, “refere-se à possibilidade de plena integração entre pessoas e os ambientes, sem segregá-las e permitindo que as actividades sejam realizadas com êxito, por todos os diferentes usuários.”.

Segundo as autoras “Para garantir a acessibilidade deve-se abranger as necessidades espaciais de pessoas com as mais diferentes restrições, ou seja, pessoas com limitações em desempenhar actividades devido as suas condições físicas associadas às características dos ambientes” (Dischinger e Bins Ely, 2006).

“Entretanto, as áreas livres também devem ser acessíveis para estes usuários, pois além de possibilitar acesso gratuito e irrestrito a qualquer grupo social, proporcionam ao idoso o contacto com a natureza, facilitam a interacção com outras pessoas, promovem bem-estar físico, permitem a prática esportiva ao ar livre e propiciam contacto com o sol que é um elemento fundamental na formação de vitamina D, essencial para o metabolismo ósseo no corpo humano” (Guyton, 2002, citado em Dorneles e Bins Ely, 2006, p.1).

Apresentam propostas como directrizes de projecto, com finalidade de garantir a acessibilidade espacial, segundo quatro componentes interessantes: Orientação/informação, deslocamento, uso e comunicação.

Para Bins Ely, (2004) a orientação/informação está direccionada para a compreensão dos diferentes ambientes de forma a permitir a qualquer individuo, situar-se/deslocar-se com base nas informações fornecidas pelo ambiente, de ordem sonora, visual e outras. No caso de dificuldade em identificar os ambientes pelos seus pontos, a colocação de mapas e placas de informação é uma alternativa à orientação do usuário nesses espaços.

O deslocamento que corresponde as condições de livre movimento/fluxo, para a autora devem ser garantidos pelas áreas de circulações, nos dois sentidos: vertical e horizontal. Dá como exemplos a colocação de pavimentos regulares e antiderrapantes, rampas e escadas com patamares e corrimões.

Relaciona o caso do uso, com a participação em actividades, utilização dos diferentes equipamentos, objectos e mobiliário, pela qual estes devem garantir através das forma ergonómicas direccionadas para os diferentes usuários, de modo serem compatíveis com a presença/aproximação, como o exemplo do posicionamento da cadeira de rodas junto a mesas de jogos.

Quanto a comunicação entende ser a facilidade de interacção dos diferentes usuários/ambientes, esta pôde ser conseguida pelas configurações no espaço do mobiliário de estar e terminais de informação de computadores.

Apontam exemplos relativos a altura da iluminação nas circulações e em espaços mais representativos, também para as informações gráficas e as alturas de colocação das placas informativas, segundo as normas vigentes, (Dorneles e Bins Ely, 2006).

Consideraram que as cores são fundamentais no caso da restrição visual parcial, e não o individuo completamente cego.

Para os percursos são seleccionados materiais, formas e cores para os pavimentos e para o uso são indicados soluções para que o mobiliário urbano não atrapalhe a circulação e a comunicação entre os indivíduos.

II. REFERÊNCIAS

Capítulo 6 | Estudo de Caso

6.1. Caracterização dos estudos de caso

Os estudos de caso abaixo apresentados surgem da necessidade de compreender como foram resolvidos os pedaços de cidade em diferentes contextos por diferentes especialistas, ao nível da inserção no espaço urbano, características físicas (volumetria, implantação, acessos) dos edifícios, a nível arquitectónico (forma, utilização, tipologias, fachadas) e a organização interna do edifício, com a análise dos pontos fortes/fracos das diferentes unidades habitacionais.

O entendimento destes casos através da análise do aspecto morfológico e de concepção parecem-nos interessante para a formulação de ideias para o Projecto. Atribuímos enorme importância à escolha destes casos, pela forma como a tipologia do quarteirão e o pátio interior é aqui contemporaneamente desenvolvida.

A análise e recolha de material gráfico e de resumo escrito, extraído de revistas da especialidade e de páginas da internet dos respectivos gabinetes de arquitectura. De seguida são apresentados sobre a forma de imagens compostas pelo autor.

6.2. Estudo de caso nº1: Complexo Oriente, Lisboa-Promontório

O primeiro estudo de caso aqui anunciado é referente do gabinete de Arquitectura Promontório.

PROMONTÓRIO

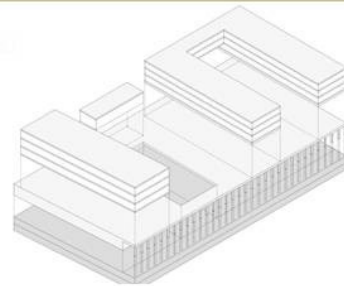
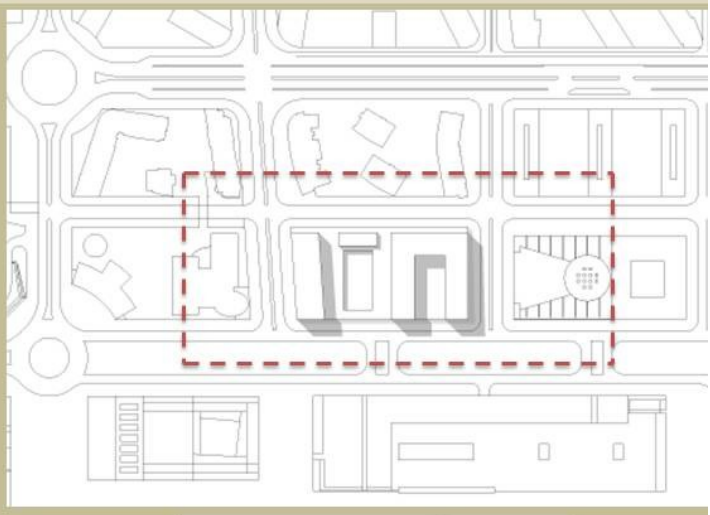
JOÃO PERLOIRO; JOÃO LUIS FERREIRA; PAULO PERLOIRO; PAULO MARTINS BARATA; PEDRO APPLETON

COMPLEXO ORIENTE, Expo 98, Lisboa

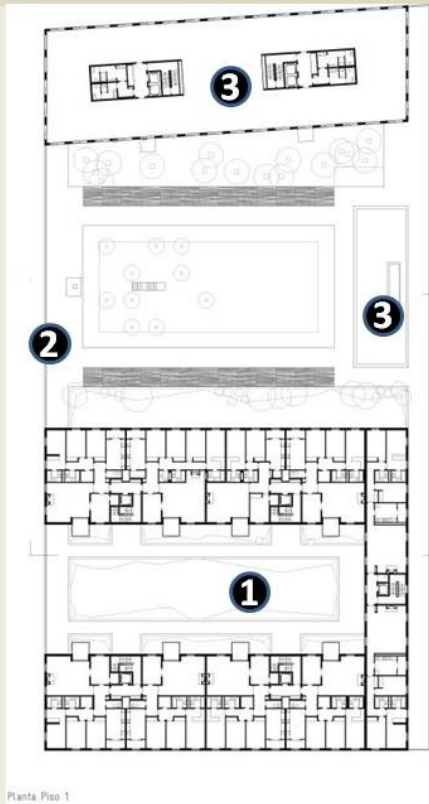
Data do projecto/obra: 1996/2003



Localização



Descrição do projecto



• Volumes assentes numa plataforma contínua sobre a alameda, um (plinto) que estabelece clareza na ligação entre as funções e sem restrição à acessibilidade pedonal.

• O Projecto teve em atenção as 3 esferas do urbanismo contemporâneo:

1. **Habitação** (Blocos em forma de U à cota da plataforma, contém uma passagem em túnel gerando um pátio ajardinado de acesso semi-público aos apartamentos).
2. **Comércio**
3. **Escritórios** (Tipologia em U, reproduzida ao nível da rua, formando uma praça pública, fazendo um coroamento em *mezzanine* ao nível da plataforma. Restaurantes e esplanadas e acessos aos escritórios encontram-se na base da plataforma, gerando um permanente movimento urbano).

• Equilíbrio entre o diferentes unidades de volume dos edifícios e a permeabilidade espacial.

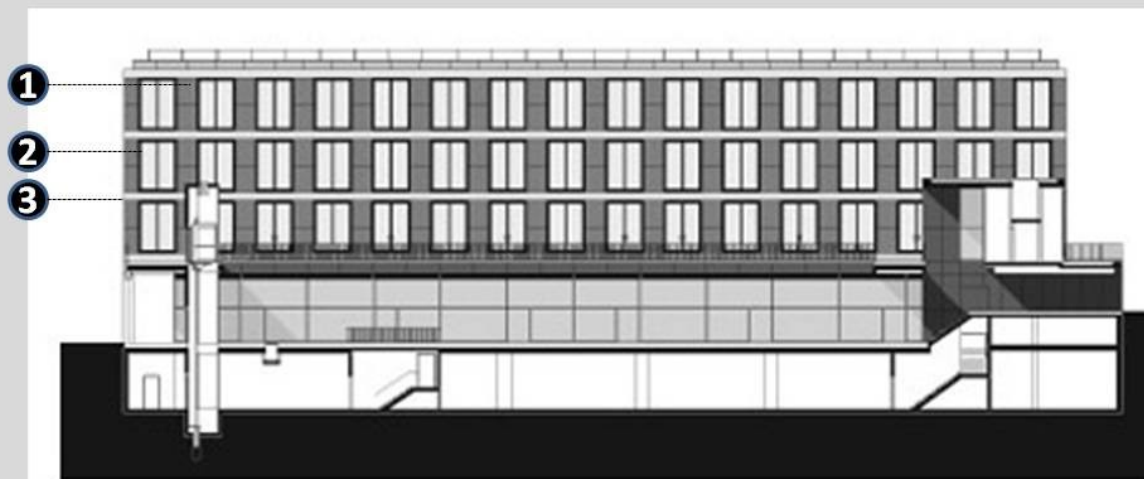
Forma urbanística genuína tem como objectivos:

- a) Preservação da privacidade da habitação
- b) Garantir a vida em comunidade

Descrição do projecto

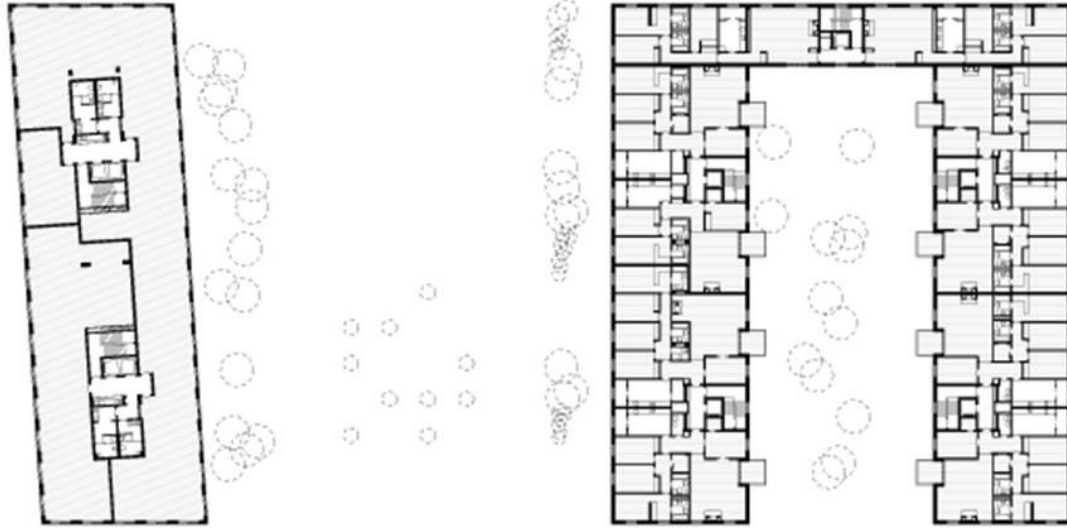
• Composição engenhosa da fachada, aliada a uma modesta aplicação dos materiais:

1. Eternit antracite
2. Caixilharias em madeira
3. Betão à vista .

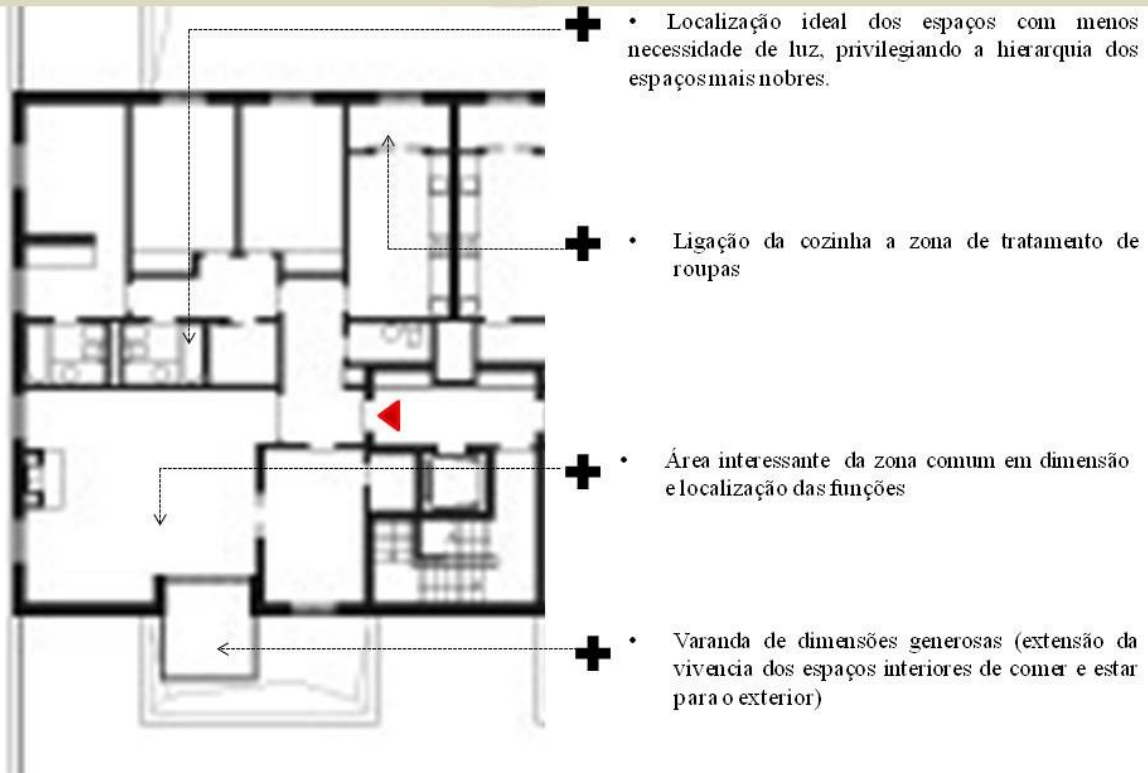


Corte

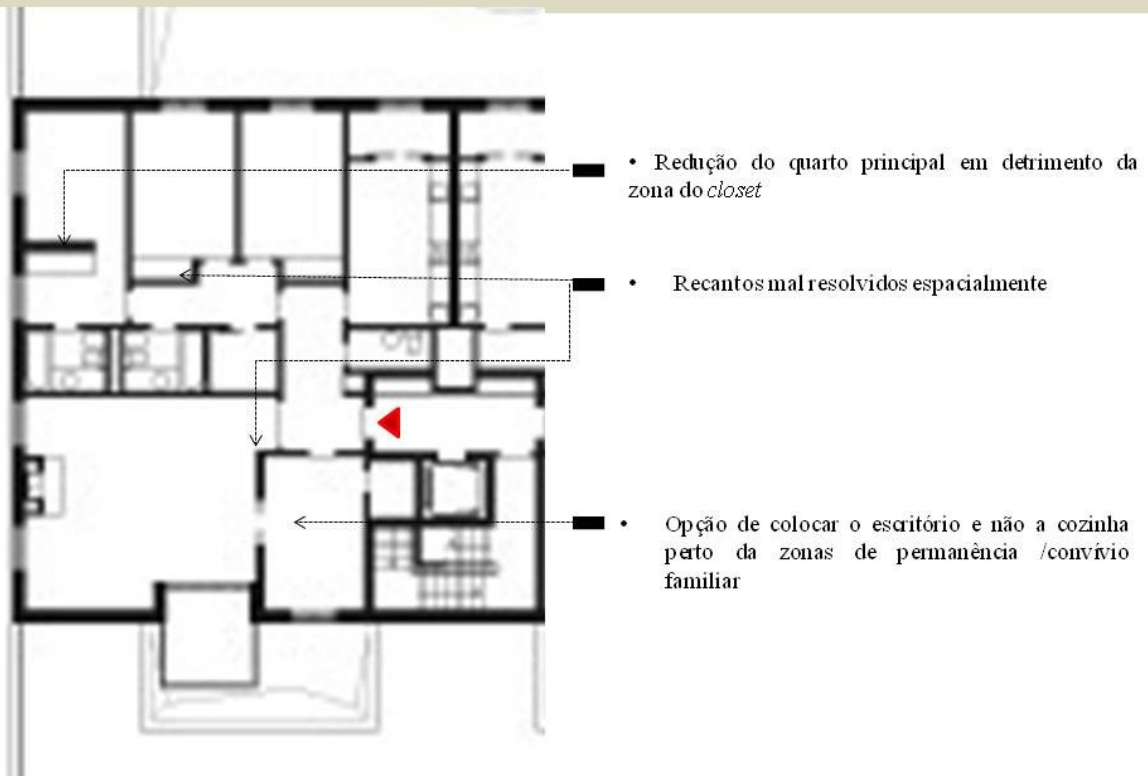
Plantas 3° Piso



Pontos fortes



Pontos fracos



6.3. Estudo de caso nº2: Urbanização Horta da Porta, Évora- G. Byrne

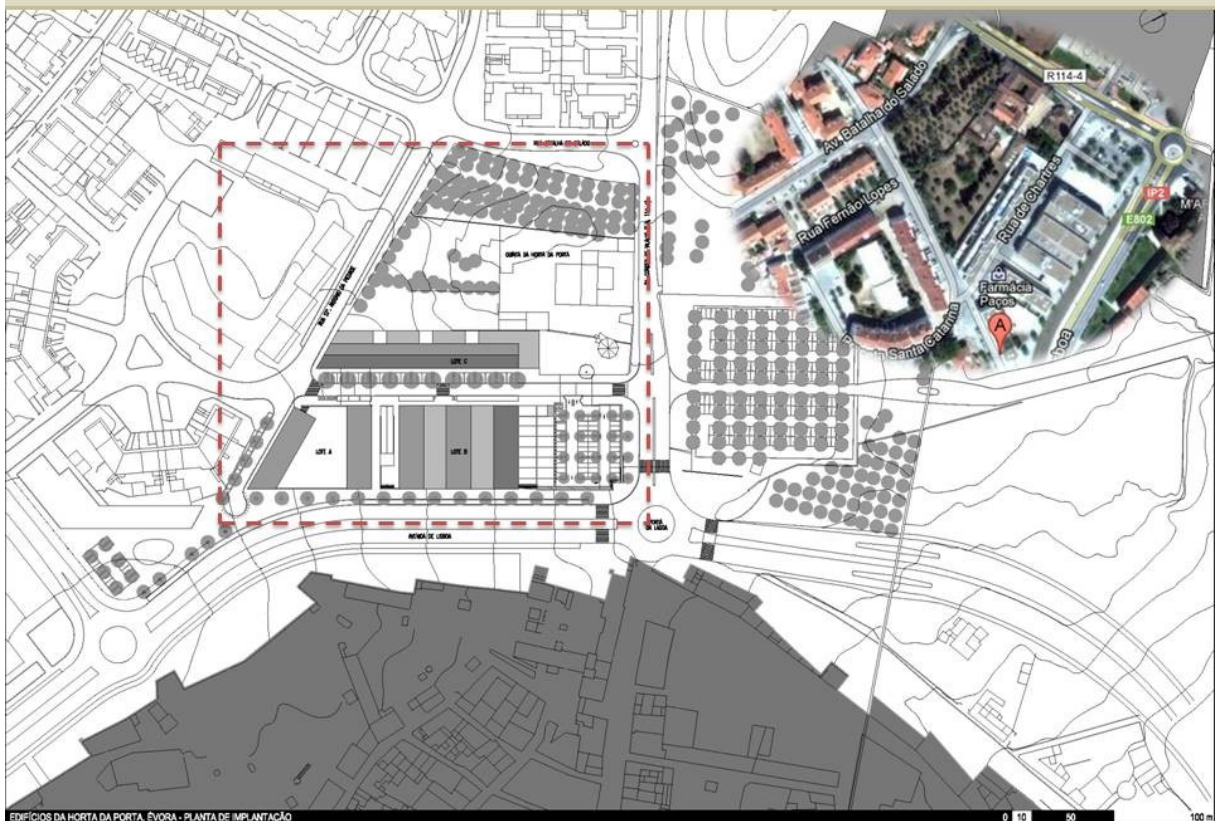
O segundo caso de estudo respeita o projecto do professor arquitecto G. Byrne, na Urbanização Horta da Porta em Évora.



G. BYRNE



Localização



EDIFÍCIOS DA HORTA DA PORTA, ÉVORA - PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

Descrição do projecto

•Conjunto de três tipologias distintas, a implantação dos volumes tem como objectivos intensificar as vistas e o enquadramento cénico sobre a envolvente histórica, a relação urbana com a rua comercial e a preservação da privacidade/ segurança dos moradores.

•O programa vai de encontro ao pretendido para a reabilitação da zona. Um dos objectivos era a viabilização do comércio extra muralhas.

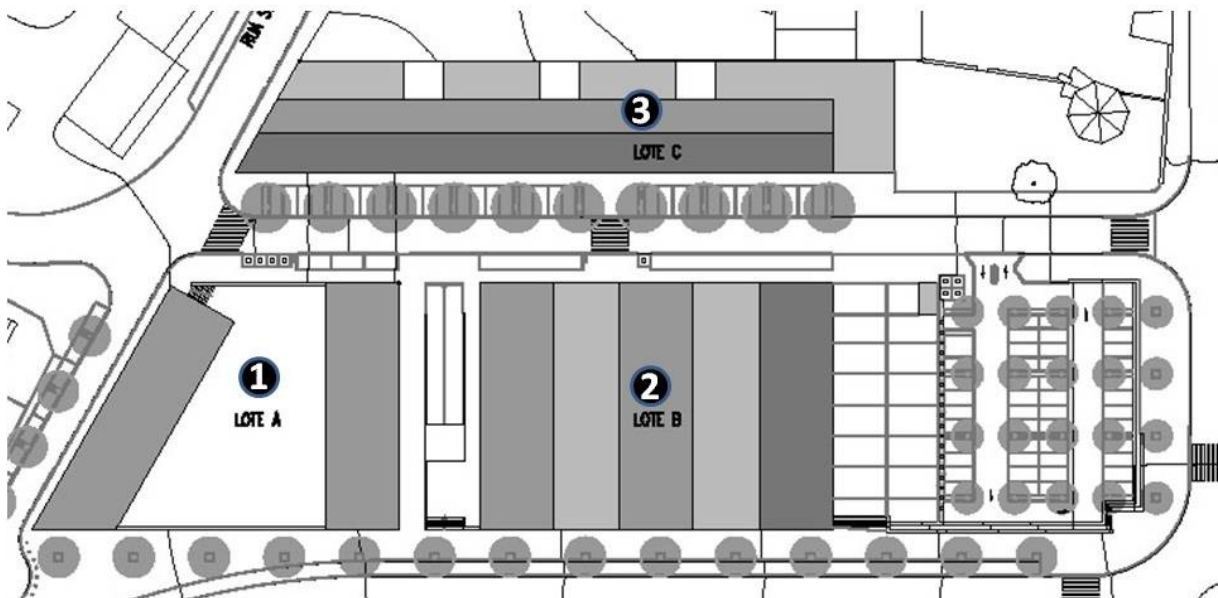
•O programa compreende um novo arruamento entre a circular e dois edificios em quarteirão. Assim o conjunto total de três lotes têm os seguintes usos:

1. **Habitação em condomínio.** (A Sul, aberto ao nível superior, constituído por dois volumes em angulo, apoiados num *plateau* que serve de embasamento para o piso da cave/ estacionamento, com a intenção de reforçar a privacidade do espaço público envolvente, através de uma praça de uso comum do condomínio).
2. **Comércio e Serviços** (A Norte de cariz fechado, ao nível superior imagem de um bloco em contraste com a base do R/c envidraçada de lojas).
3. **Uso misto** (Habitação colectiva nos 3 pisos superiores e espaços comerciais no R/c, em banda de acompanhamento do arruamento, dotado de uma galeria coberta que expande o passeio).

• Entendimento das pré-existências, através das relações com a muralha e fachadas do centro histórico.

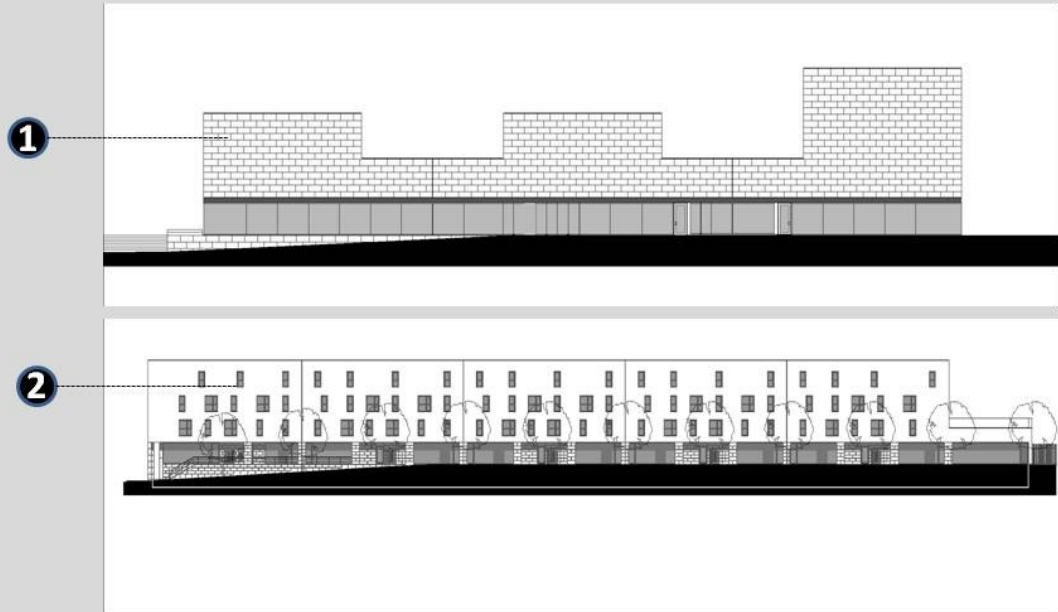
• Racionalidade nos usos, monumentalidade, poética minimalista, elegância e sobriedade.

Descrição do projecto



Descrição do projecto

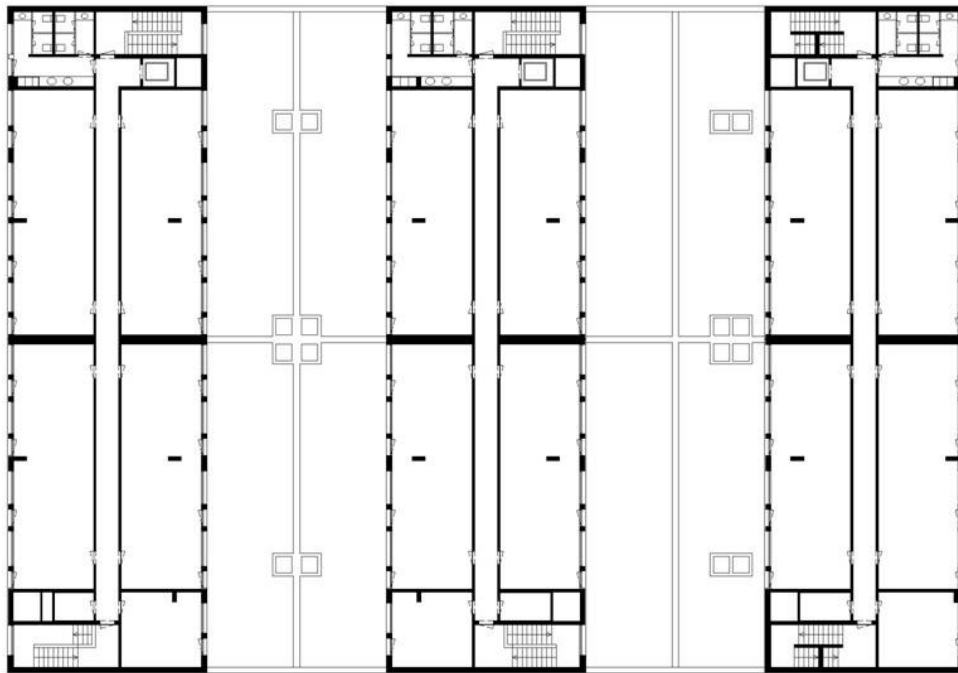
1. Lote B, volume com desenho de estereotomia de placagem granítica
2. Lote C, fenestração falsamente aleatória



Plantas Lote A, 2º piso



Plantas Lote B, 1º Piso



EDIFÍCIOS DA HORTA DA PORTA, ÉVORA - LOTE B - PLANTA DO PISO 1

0 1 5 10 20 m

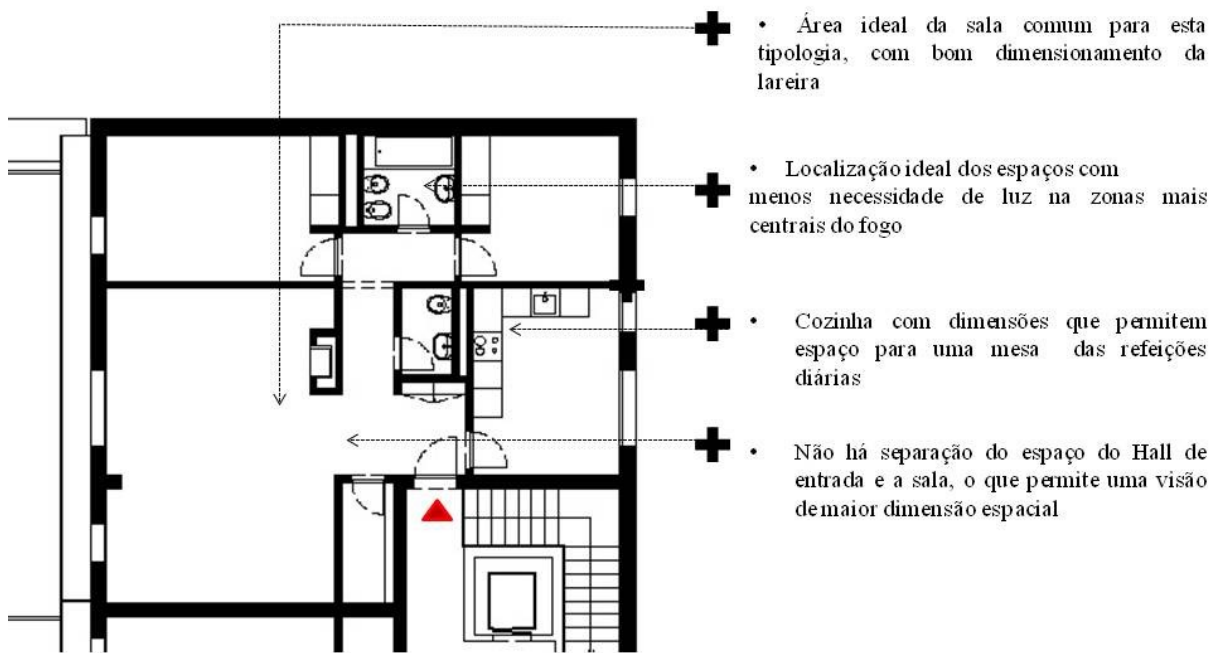
Plantas Lote C, 1º Piso



EDIFÍCIOS DA HORTA DA PORTA, ÉVORA - LOTE C - PLANTA DO PISO 1

0 1 5 10 20 m

Pontos fortes



Pontos fracos



6.4. Estudo de caso nº3: Edifício Manresa, Barcelona, Espanha-Narch

O terceiro caso de estudo aqui apresentado é referente ao edifício do gabinete de Arquitectura Narch, em Espanha na cidade de Barcelona. A escolha deste caso recai não pela tipologia do edifício em si, mas por se tratar de um edifício que nos parece bem resolvido ao nível das unidades habitacionais. Pela forma de distribuição de encontro às necessidades do habitar moderno. Mas que no entanto, a sua concretização está fora de questão em território nacional, por razões que se prendem pelas leis actualmente em vigor e que regem as acessibilidades.

M

EDIFÍCIO EM MANRESA, BARCELONA, ESPANHA

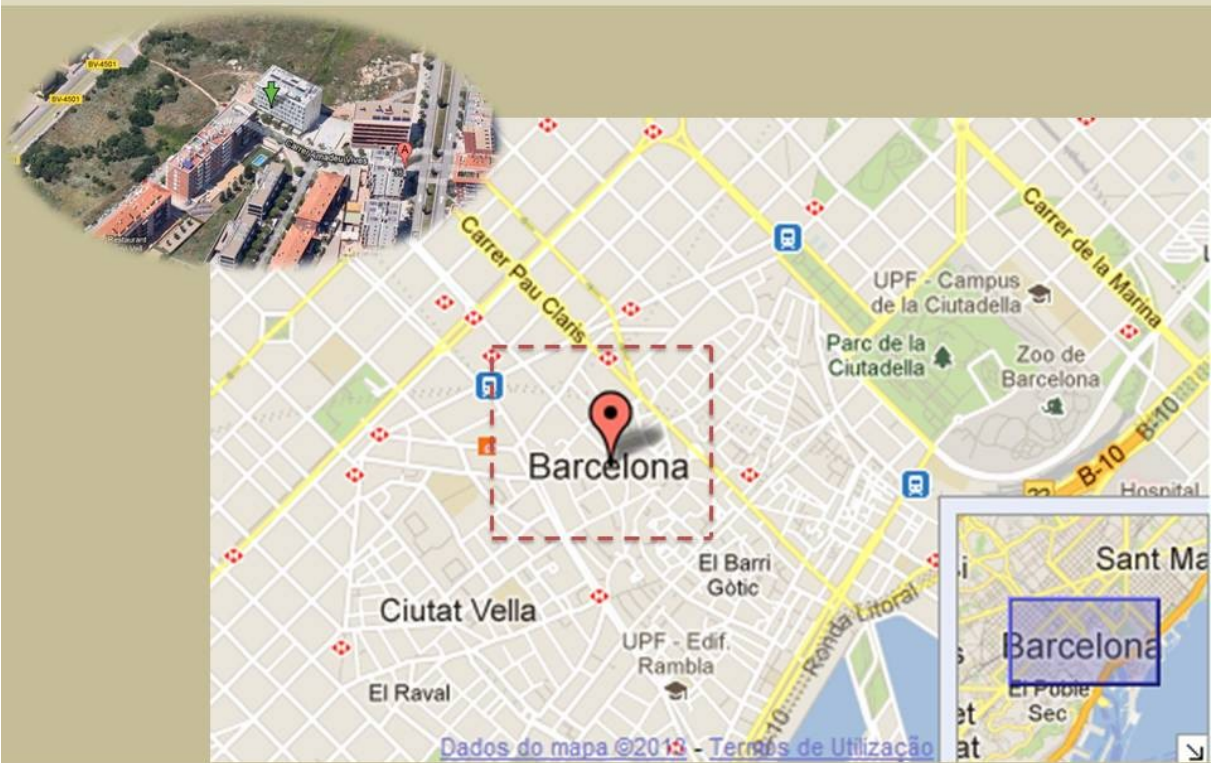
Data do projecto/obra: 2006/2009

NARCH

Joan Ramon Pascuets Iglesias, Mònica Mossel Gou



Localização



Latitude/longitude_ 41°44'24"N 01°50'15"E

Descrição do projecto

• **Edifício em Bloco, de R/c +5 pisos acima e 2 abaixo do solo e aproveitamento da cobertura.** Um dos objectivos é proporcionar aos moradores um novo estilo de viver a habitação.

A nível urbano é um edifício neutro no meio da vizinhança. Um edifício de habitação multifamiliar com uma forma simples.

À noite, torna-se um fecho de luz branca, procurando os limites da transparência e diversidade, oferecendo um campo de possibilidades ilimitadas, uma oportunidade de desenvolver um modo de vida diferente.

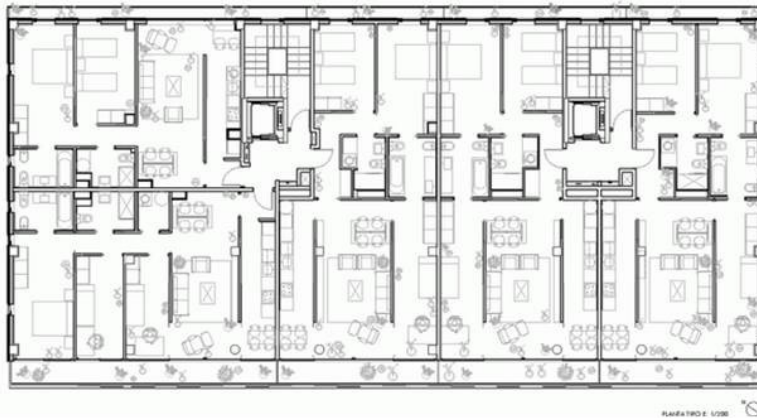
A fachada sul não divide interior do exterior. A fachada abre-se para os pontos de vista, estabelecendo múltiplas relações com o meio envolvente. Nota-se a intenção de recuperar a ventilação cruzada e a luz natural.

Descrição do projecto

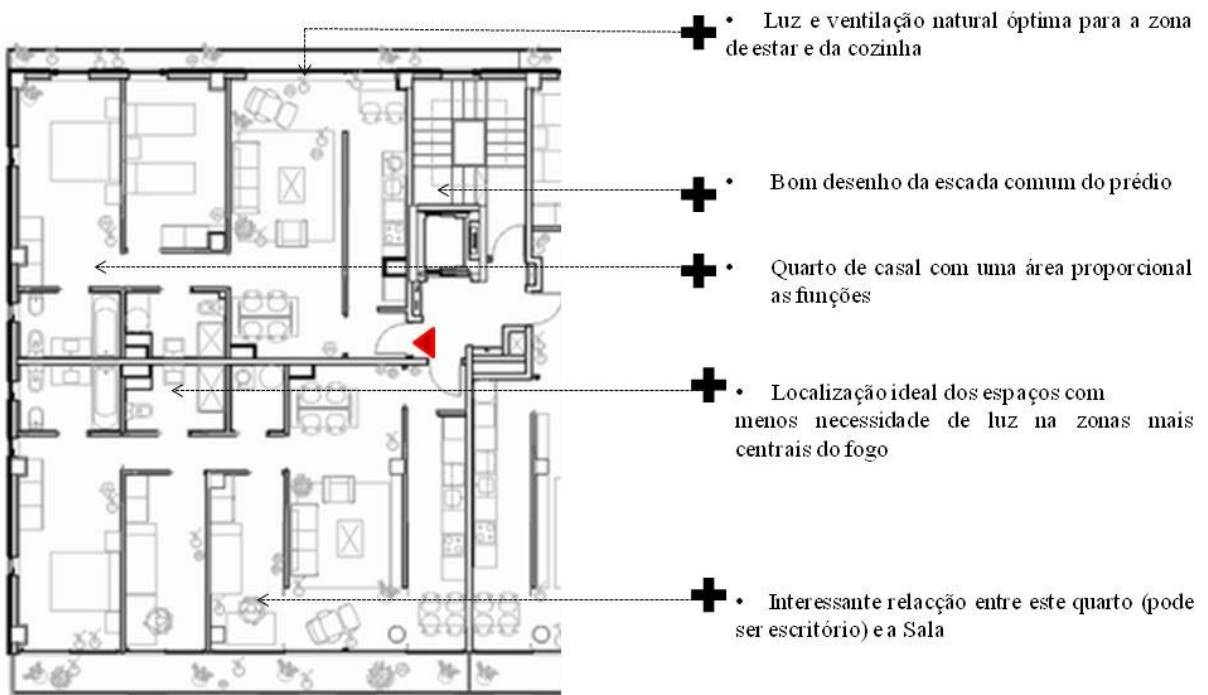
1. Protecção solar feito através de portadas de correr



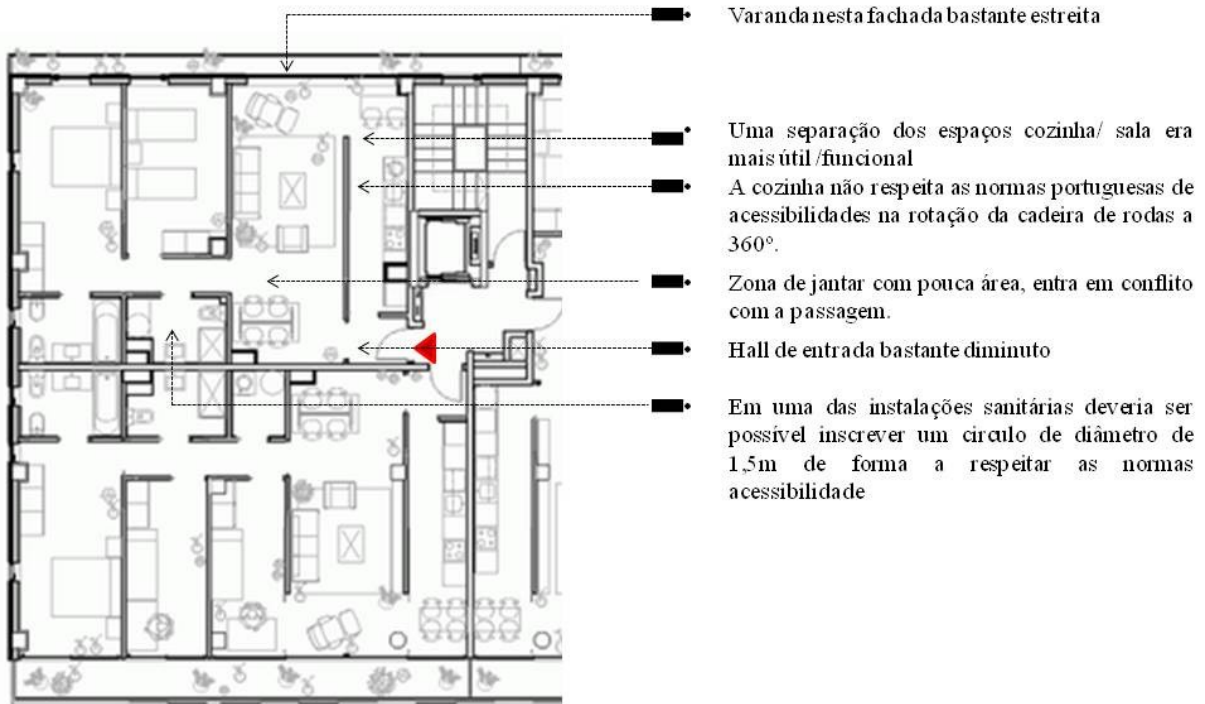
Planta Piso corrente



Pontos fortes



Pontos fracos



III. OBJECTO DE ESTUDO

Capítulo 7 | Caracterização da área de análise/intervenção

No desenvolvimento de uma determinada cidade, neste caso a cidade de Viseu, é possível verificar os elementos que necessitamos isolar para que permaneçam de feição a dar continuidade a estrutura e a imagem física da mesma cidade. De imediato, neste capítulo efectua-se a análise das qualidades do “locus”, ou seja do lugar.

7.1. Localização e caracterização geral

A cidade de Viseu, está situada na região centro do território de Portugal Continental, concretamente na sub-região Dão-Lafões, (antigamente designada de província da Beira-Alta). Com uma população aproximada de 68.000 habitantes, isto nos limites definidos como cidade. Está ainda implantada a uma cota de altitude média que ronda os 450m.

Segundo Portas e Domingues (2003), a cidade de Viseu, separou-se da regra das cidades detentoras de um território de áreas perdidas. Pela situação geográfica estratégica com os eixos de ligação à Península Ibérica/Europa ao litoral no continente português, como a Auto-estrada A25. O crescimento das indústrias transformadoras e das actividades de logística, deu uma força a expansão imobiliária neste território, nomeadamente os loteamentos de grande dimensão de carácter isolado ou próximos ao aglomerado urbano consolidado ou então ao longo das redes viárias principais e secundárias, construções de pequenas escalas.

A Área de análise abrange uma zona focalizada, na zona a Sudeste na cidade de Viseu, como referencia a Sé, (Lat.: 40°, 39' N, Long.: 7°,54'O)[Fig. 17].A progressão da análise desviou o estudo para uma área mais demarcada. Corresponde assim a Freguesia de São José, concretamente a uma área que corresponde aproximadamente a 356.000m² [Fig. 18].

Localização da área de análise | Cidade de Viseu, Freguesia de São José

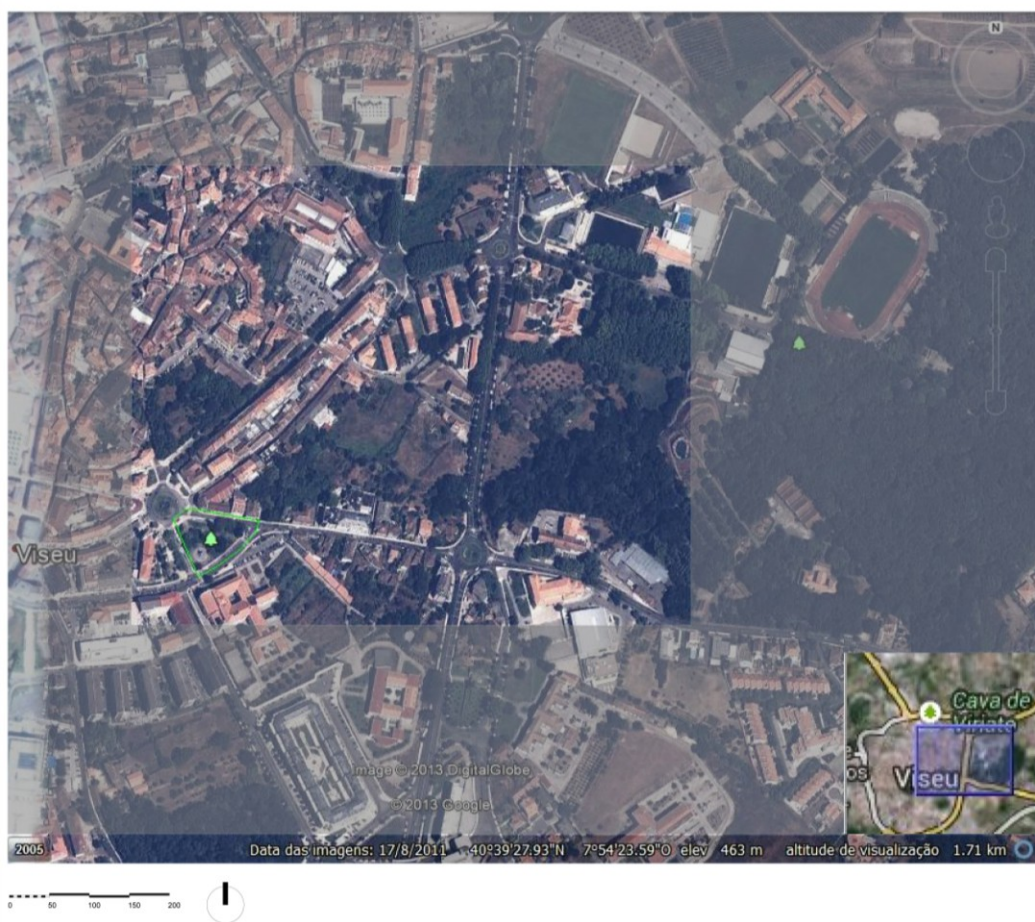


Figura 17 | Fonte: (Autor)

7.2. Análise física e morfológica

- **Características topográficas**

A zona que corresponde à zona histórica está assente num maciço rochoso definido por num planalto. No entanto a medida que a cidade desce em cascata forma uma concavidade “vale”, na zona de Santa Cristina. Volta a subir de forma acentuada ao encontrar o terreno baldio, onde forma três patamares naturais, um a cota 460 m, outro à cota 465m e um outro próximo da Circunvalação à cota de 471m de altitude.



Figura 18| Fonte: (Autor)

- **Características hipsométricas**

Deparamos que a cidade tem como base um solo, que na zona de análise ocupa as cotas entre 450m e os 480m, como está indicado na planta hipsométrica.

As linhas de água não parecem constituir aqui, preocupação relevante, uma vez estas provavelmente passam na zona de “talvegue” na rua de João Mendes, e seguem encaminhadas em direcção ao rio Pavia a uma cota muito inferior.

Análise Hipsométrica | Território da Cidade de Viseu

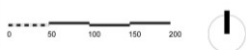
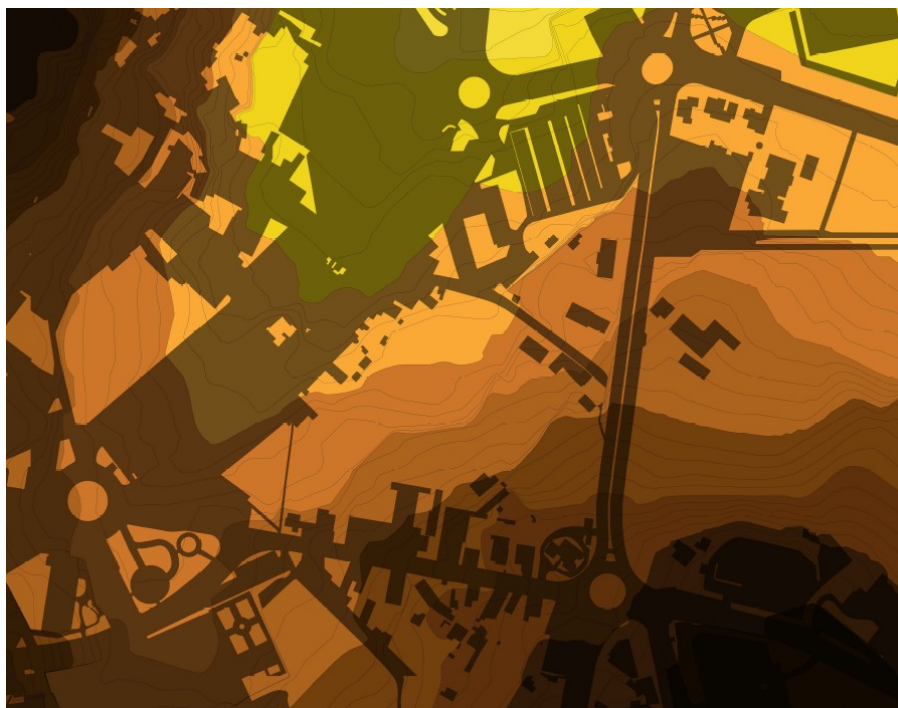


Figura 19 | Fonte: (Autor)

A situação geográfica aliada ao clima da cidade são factores determinantes na dinamização da componente vegetal e na escolha das espécies que melhor se adaptam ao local. Desta forma será dado no decorrer deste trabalho especial atenção à vegetação para dar continuidade de drenagem natural e desta forma evitar a escorrência superficial, pela utilização de pavimentos considerados muito impermeáveis.

7.3. Contexto histórico

Numa breve referência a evolução histórica de Viseu, esta cidade nasce devido a duas características muito importantes: hidrografia - linhas de água (a proximidade do rio Pavia) que garantiam o sustento da população e permitiam a sua fixação no local, construindo os Castros, que serviam como defesa, principalmente nos pontos mais elevados das montanhas.

Onde agora se situa Viseu existia um castro proto-histórico, onde se localiza a actual Sé. No século I antes de Cristo a cidade foi ocupada pelos romanos e o castro foi destruído. Nesta época Viseu era um importante centro viário: arruamentos principais passavam pela Rua Direita, que era coincidente com o traçado do *cardo maximus* e a rua do Gonçalinho era o *decumanos*, tendo como centro o *forum* romano com os templos e junto as portas da cidade as *necrópoles*.

Sobre a polémica se a cidade lusitana de Viseu era ou não importante na altura do urbanismo romano, José Mattoso (1987, p.81) diz que Amorim Girão (1925) defende na sua tese a existência de um castro pré-histórico com a forma rectângular no morro da Sé, mas reconheceu que não existem vestígios arqueológicos do dito castro.

Para Mattoso Viseu é um exemplo de uma Fundação nova, erguida onde nada existia, e reforça a teoria afirmando que mesmo que tenha havido um castro no morro da Sé, a cidade romana só terá ocupado de forma parcial a área mais alta, pelo que terá ocupado as zonas mais baixas.

Como testemunho da passagem dos romanos encontra-se a Cava de Viriato, antigo acampamento romano com o seu perímetro octogonal formado por taludes e fossos. No séc. XV a população expande-se a Sul e a Nascente da Sé de Viseu, transpondo a muralha no séc. XVI, criando um povoado exterior. No séc. XVIII com o aumento da população, assistiu-se à renovação na malha urbana da cidade construindo novos edifícios como capelas e solares [fig.20-22].

Análise Histórica de Viseu | Casco Histórico (muralhas, as portas e traçados romanos)



Figura 20 | Fonte: (Autor)

Mapa | Séc. XV e XVI

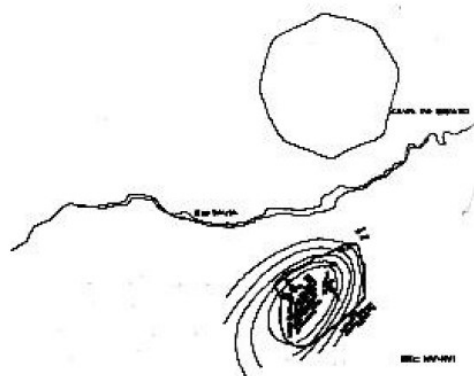


Figura 21 | Fonte: (Anon., nd)

Mapa | Séc. XIX

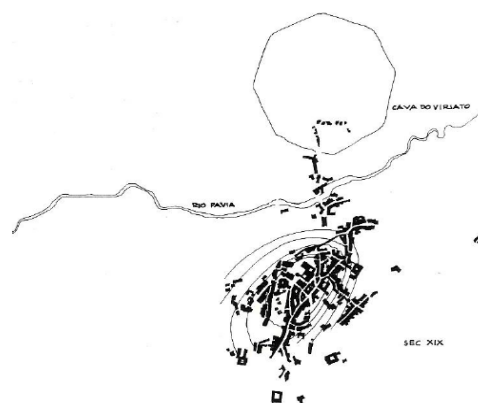


Figura 22 | Fonte: (Anon., nd)

7.4. Expansão urbana de Viseu

Extra muralhas, Viseu estava rodeada de uma paisagem rural com quintas e hortas, entretanto a cidade tem crescido por vezes ao acaso, sem ter considerado esses elementos estruturantes da paisagem e nem respeitar o património e os valores culturais próprios do local, anexando o rural ao urbano.

Para Cruz (1766), citando Lucena e Vale, referem-se a um espaço chamado Alfoz, descrevendo a organização dos arrabaldes de Viseu “um grande número quintas com recatadas residências, cercadas por pomares e vinhedo, excelentes frutos e vinhos de mesa”, (Lucena e Vale 1946, p.67), destacavam a quinta de Marzovelos e Carregal esta última não se sabe a localização exacta.

“Nos Séculos XVII e XVIII, acompanhando o movimento económico favorável em Portugal, Viseu conhece um período de crescimento e expansão urbana, ultrapassando as construções a muralha e com edificação de quintas, igrejas, conventos e solares, dentro e fora do Centro Histórico” (Cabrita e Amaral, 2010, pag.21).

Com a revolução industrial no século XIX, a rede viária sofre melhorias, assim como os meios de transporte, e assiste-se o crescimento do comércio, muito devido ao aparecimento do caminho-de-ferro. O crescimento da malha da cidade é evidente nesta época, deixando o centro histórico de ser um ponto central e cívico passando a praça da Câmara de Viseu a ter esse carácter.

No século XX, de forma a melhorar do espaço urbano são implementados planos de urbanização, como preocupação com a forma da cidade como:

Plano de melhoramento em 1919;

Plano de Urbanização de 1935;

Plano Estratégico de 1995;

PDM 1995, e outros Planos de Pormenor.

Recentemente a cidade foi alvo do programa Pólis que teve como um dos objectivo intervir na requalificação de zonas consideradas prioritárias na estrutura da cidade.

- **Circulação automóvel**

Na área de análise, reparámos que a hierarquia de vias está bem presente, e a rede de viária automóvel pareceu-nos bem consolidada na estrutura da cidade, com um desenho de traçado das vias distinto, entre o centro histórico espontâneo e denso e à medida que se afasta do centro, torna-se mais definido.

Existem inúmeras rotundas que resultam dos nós causados pela confluência de vias, o reparámos que por vezes atrapalham a mobilidade dos peões na cidade.

Na Estrada da Circunvalação verificámos dois picos importantes de tráfego automóvel correspondente às horas de pontas, por volta das 9 e das 18 horas. Observámos pontos de conflito junto as escolas e creches. Consideraremos na proposta a melhor de forma facilitar a chegada e partida dos alunos via automóvel.

- **Circulação pedonal**

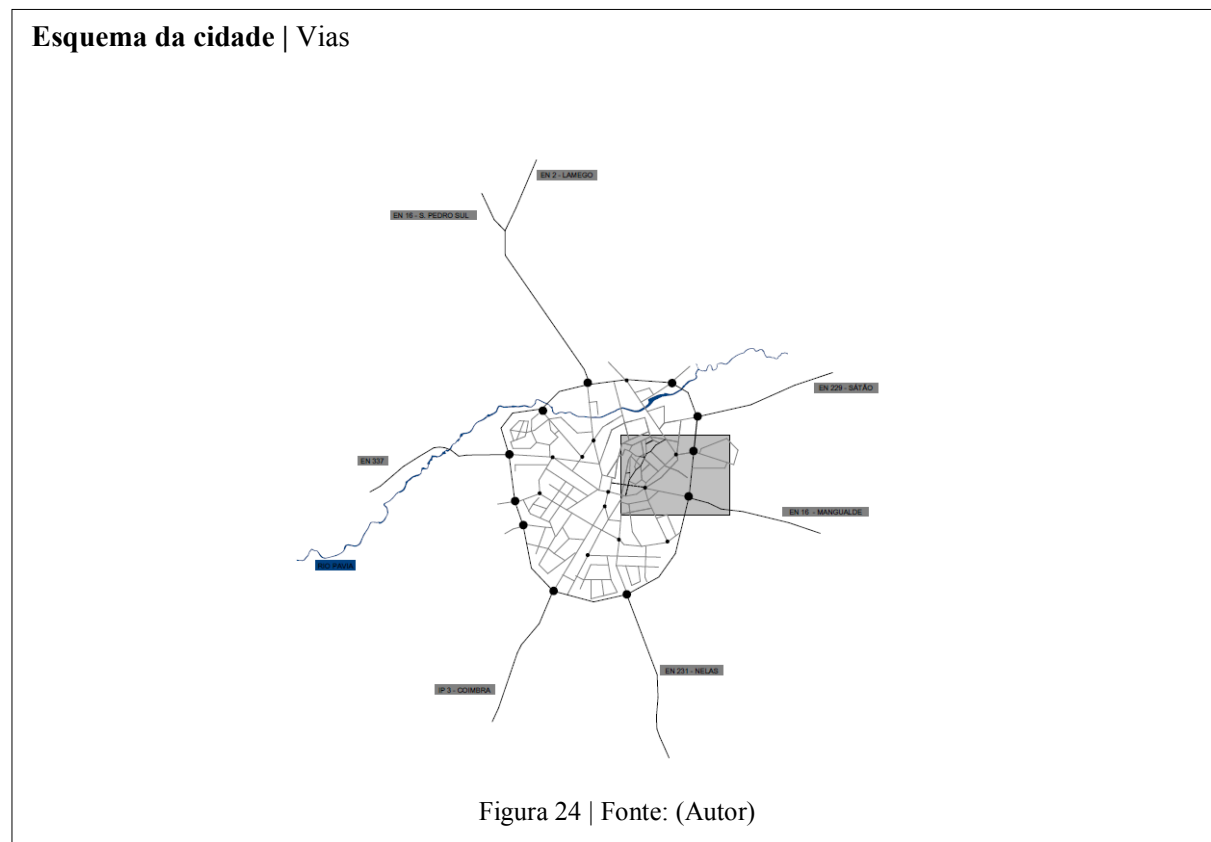
Zonas de maior circulação pedonal como da Rua Formosa, Avenida Capitão Silva Pereira, Rua Direita, esta última mantém o comércio tradicional bem presente, este facto prende-se no nosso entender pela proximidade ao centro histórico. No entanto, pareceu-nos existir uma escassez de vias unicamente destinadas à circulação pedonal.

Existência de zonas de passeios destinadas aos peões, em toda de uma forma generalizada em toda a rede viária, excepto em certas vias de pequena largura, fazendo com que seja ocupada em toda a dimensão e entre em conflito peão/automóvel, no caso da rua das “Bocas”, Rua a João Mendes onde a ausência de estacionamento e de passeio se faz mais notar.

Na circunvalação, concretamente no troço entre a rotunda do Fontelo e a rotunda 5 de Outubro. A circulação pedonal é reduzida, apenas pequenas movimentações nas horas úteis durante os dias de semana, devido à existência de estabelecimentos de educação. Obstáculos como as árvores de grande porte colocadas no meio dos passeios laterais dificultam o percurso dos peões. Trajecto desconfortável agravado ainda pela forte inclinação do pavimento e pelos materiais escorregadios utilizados (calcário em calçada portuguesa).

Dificuldades de trânsito automóvel no tocante ao estacionamento, na zona que corresponde ao antigo “casco histórico” e também na rua das bocas, como já referimos.

Observámos também que as passadeiras estão presentes em grande número de forma a satisfazer a função para que foram concebidas.



7.6. Caracterização da estrutura edificada/não edificada

- **Morfologia**

Crescimento inicial radial da cidade a partir do seu centro histórico passa a um crescimento mais linear de acompanhamento dos eixos viários.

- **A estrutura do edificado**

Na zona antiga assiste-se a uma zona considerada “estabilizada” com poucos espaços mal aproveitados, os chamados “vazios urbanos”.

- **Ocupação funcional do edificado (Usos)**

Observámos um maior predomínio de edifícios de utilização mista (comércio + habitação). Estes quarteirões no centro histórico da cidade além de conterem estes edifícios de carácter misto são preenchidos por edifícios meramente habitacionais e por construções desgastadas pelo tempo, aparentando já não ter qualquer tipo de uso [fig.25].

Destaque ainda para a inexistência de habitação unifamiliar dentro da área analisada dado que este tipo de ocupação é característico dos novos perímetros urbanos.

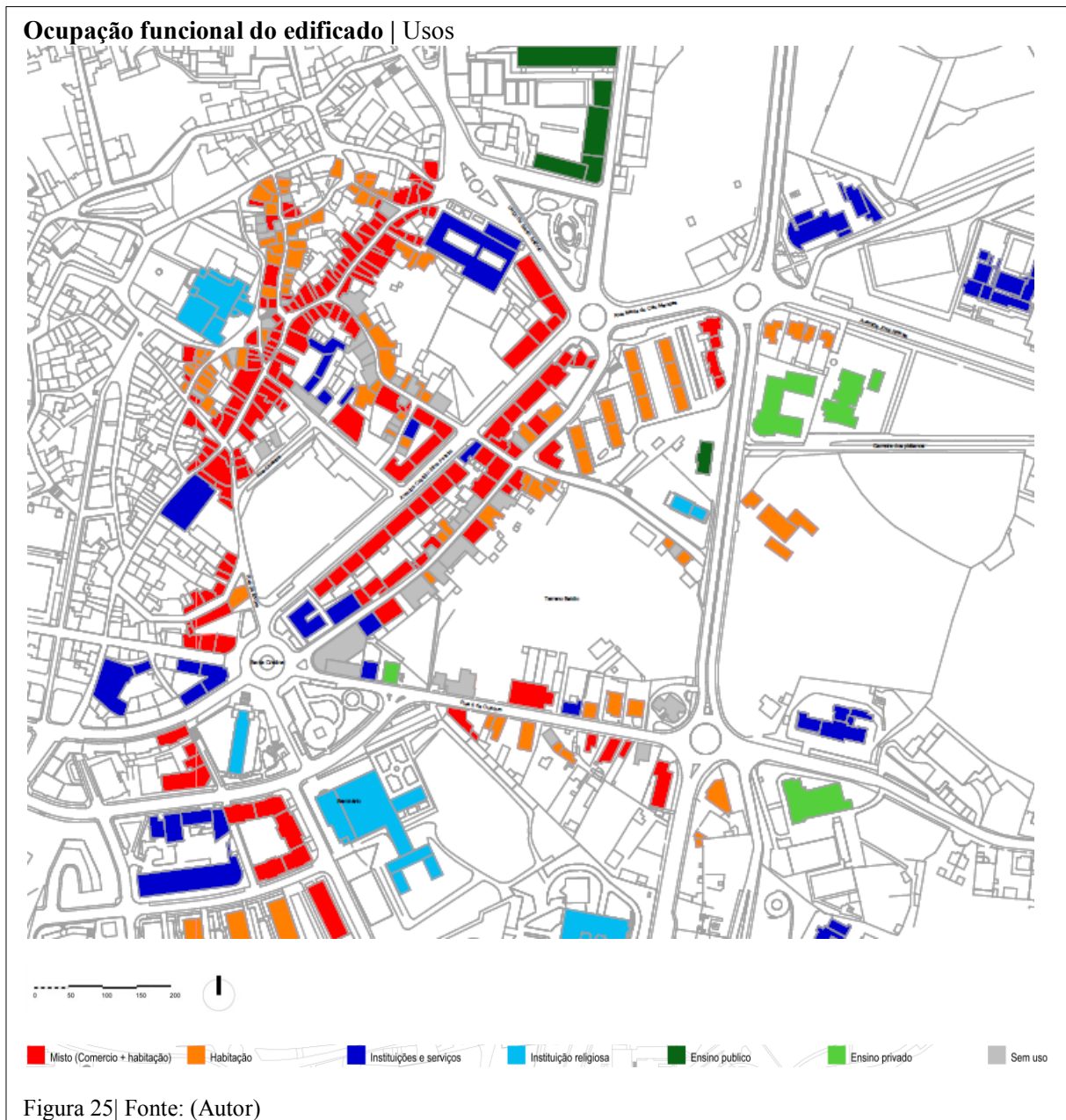
Centro histórico dominado por edifícios habitacionais, muitas vezes ocupados por comércio no piso térreo, procurando resistir ao "efeito donut", caracterizado pela perda de vida e funcionalidade do centro histórico das cidades em virtude da expansão urbana.

- **Número de pisos**

Na zona da Sé são geralmente edifícios de 3 pisos, pela razão histórica de terem crescido em altura pela localização no interior das muralhas. Nas na zona de análise, proliferam os edifícios de 3 a 4 pisos, em aproximadamente 30 são de 1 piso, e pontualmente de 6, 7 e o máximo de 8.

- **Estado de conservação dos edifícios**

Centro histórico possui habitações a necessitarem de intervenções devido ao mau estado de conservação. Parece-nos que isso não acontece na zona periurbana analisada, pois que os edifícios foram considerados entre bons e satisfatórios numa percentagem de 70%. Uma parte da responsabilidade do actual estado de construção das habitações parece dever-se a pouca a incidência solar recebida durante o percurso solar aparente.



- **Equipamentos (existentes)**

Tratando-se do centro da cidade de Viseu, o local de intervenção é caracterizado por uma forte concentração de serviços, estabelecimentos de ensino e instituições religiosas e civis, muitos desses edifícios detentores de um enorme interesse histórico. Referimos alguns, como o antigo Seminário Maior de Viseu, Casa do Cruzeiro, Quinta de S. Miguel, Arquivo Municipal, Igreja do Carmo, Casa das Bocas, Igreja S. Miguel Convento dos Nery (Seminário Maior de Viseu), etc.

Desta forma, os edifícios públicos e de cariz institucional foram surgindo numa zona mais exterior ao centro histórico, permitindo um acesso mais eficaz fruto da existência de vias mais amplas e de fluxo rápido, muitas vezes dotadas de estacionamento, algo raro no centro histórico da cidade e afastando-se das estreitas e tortuosas ruas do centro histórico.

- **Vistas**

Ao percorrer o local de estudo é possível ter uma clara percepção da estrutura e da imagem urbana de Viseu. Caminhando pelas suas ruas ou circulando pelas vias da cidade, observam-se qualidades espaciais diferenciadas relativamente aos perfis e aos utilizadores das mesmas possibilitando amplos enquadramentos visuais direccionadas para alguns marcos da cidade, como a Sé de Viseu e o Parque do Fontelo, caracterizado pelas copas das árvores visíveis do cimo do terreno [fig.26-28].

Existências | Vista do terreno (Sítio) para Sé



Figura 26 | Fonte: (Autor)

Vistas | Delineamento de diferentes enquadramentos



Figura 27 | Fonte: (Autor)

Existências | Vista para a Sé, desde a rua do Gonçalinho no cruzamento com a rua das “Bocas”



Figura 28 | Fonte: (Autor)

- **Exposição solar**

A Incidência solar directa ocorre apenas nas fachadas voltadas a Oeste em grandes espaços abertos. Fraca incidência solar nas vias e nas fachadas dos edificios que dão forma ao centro histórico fruto dos perfis estreitos aí existentes.

Nas áreas sem edificação a incidência solar é igualmente escassa uma vez que se encontram dotadas de árvores de porte médio e alto que sombreiam os terrenos. No terreno baldio onde começa a “germinar” a intenção de propor para esse espaço maior edificação, a incidência solar faz do local um ponto fraco nesta aptidão, pelos motivos da encosta se encontrar no sentido oposto à incidência solar durante o percurso aparente do Sol, motivo pelo qual a penetração da luz solar acontece durante a manhã e maior ocorrência ao final da tarde.

- **Tecido urbano**

O centro da cidade é lugar associado a um estado de declínio e degradação instigado pela expansão urbana, onde a densa malha edificada é fortemente ocupada por comércio tradicional que procura resistir aos efeitos causados pelos centros comerciais.

- **Os espaços verdes**

A existência de espaços verdes é uma característica evidente na cidade de Viseu, uma mistura composta de tipos de carácter público como o parque urbano, jardins públicos, corredores verdes e com carácter particular de quintas, jardins e hortas privadas, e logradouros. Fazem parte da paisagem, pela qualidade/quantidade de espaços verdes que ocupam no território da cidade, este índice faz elevar a imagem da cidade. A agradabilidade aumenta ao ponto de ser considerada ao nível das melhores cidades para viver pela sua elevada qualidade de vida.

Como já depreendemos pelas árvores localizadas na zona, [Ver quadro em Anexo]. Pela análise, existe uma mescla de grande variedade de exemplares arbóreos, tanto de folha caduca como persistente, resultando em paisagens ricas e variadas. Salientámos o predomínio de árvores de folha caduca nos jardins públicos que, durante as estações mais quentes anuais, conferem a esses espaços sombra agradável, e que por outro lado ao longo das estações frias

ao perderem as suas folhas, permitem uma maior penetração da luz solar e o consequente aquecimento do solo dos espaços verdes.

- **Parque Urbano do Fontelo**

Mata pública, com uma área de dimensão considerável, aproximadamente de 10 hectares. Conserva uma enorme importância histórica, paisagística e educativa. Esta extensa estrutura de biodiversidade formada por um coberto vegetal denso dominado por árvores de grande altura, flora indígena como o loureiro, medronheiro, castanheiro, carvalho negral, (algumas protegidas de interesse nacional), arbustos e diversificadas espécies vegetais e também alguns animais. O parque está integrado na malha da cidade, onde coexistem zonas lúdicas com mobiliário urbano e desportivas com diversos espaços para a prática de futebol, natação, ténis, etc.

- **Jardins públicos**

Espaços verdes de carácter unicamente público, que se destinam a acolher funções de lazer, convívio, interacção, descanso, local de passeio, etc. Encontram-se na cidade distribuídos em manchas pontuais.

Programas microurbanísticos, como a intervenção recente da Polis, da autoria do arquitecto Gonçalo Byrne em conjunto com o gabinete de Arquitectura Paisagista (PROAP), tiveram como objectivo contrariar a situação actual acima descrita, do chamado verde urbano existente de forma pontual (jardins, parques, alamedas), pelo pensar moderno de uma escala alargada, com a finalidade de fazer chegar o verde ao tecido urbano tradicional efectuando a ligação com os territórios fragmentados das recentes urbanizações.

As intervenções embelezaram e valorizaram o local, mas também facultaram o desenvolvimento de uma estrutura verde contínua com grande impacto na dinâmica cidadina. Estas Intervenções foram realizadas nos seguintes espaços verdes:

- **Cava de Viriato**

Espaço patrimonial protegido, pelo interesse histórico, como antigo acampamento militar romano. Este espaço foi depois da intervenção acima mencionada, ficou com a capacidade

de oferecer à população os equipamentos e infra-estruturas que permitem a vivência do espaço por todos os cidadãos, ao possibilitar o acesso as mais diversas actividades.

- Parque urbano da Agueira

A importância reforçada da relação da cidade com do rio e com a prática desportiva através da via clicável.

- Parque urbano da Radial de Santiago

Este espaço verde que alberga zonas de lazer e de desporto, ficou dotado de espaços como terreiros que podem ser utilizados para as mais diversas actividades, tais como os espectáculos de grandes dimensões.

- Parque Aquilino Ribeiro

Este espaço verde faz parte integrante do espaço do Hotel Grão Vasco e o espaço verde do Rossio. Formam uma considerável estrutura verde que permanece no centro da cidade.

- **Alamedas Verdes**

As alamedas verdes são os corredores de árvores que ladeiam as avenidas, de forma a proporcionarem sombra, conferindo um carácter ao nível estético interessante na cidade. Podem ser observadas na rua Maria do Céu Mendes. Aqui as árvores tapam completamente o traçado da via ao nível das copas.

- **Espaço privado casas com quintais**

Ao investigarmos sobre a área, verificámos que as quintas eram sem dúvida, parte integrante de composição da paisagem da cidade de Viseu. Das poucas que ainda restam actualmente, na

zona de estudo, dentro dos limites da área de intervenção encontramos três quintas. Quinta de São Miguel a quinta dos Pessanhas e a quinta do Cruzeiro [fig.29].

A Quinta de São Miguel requer especial atenção, porque está localizada a meio do troço da Circunvalação, que liga a rotunda do Fontelo e a rotunda do 5 de Outubro. A construção do solar na primeira metade do século XVII. Data de construção, 1633. Um dos mais belos exemplares de arquitectura senhorial da região. Encontra-se em estado razoável de conservação e pertence a particulares, herdeiros de Álvaro Cardoso de Menezes.

Considerámos as três quintas que aí se localizam, interessantes e ao mesmo tempo, detentoras de fortes potencialidades para serem preservadas. Como salvaguardar as quintas ainda existentes?

Desenvolver projectos de qualificação ambiental, fomentando actividades de turismo rural, sustentáveis, aliados à componente pedagógica, de forma a comunicar os conhecimentos do meio rural aos visitantes de várias idades, promovendo a sua participação.

Para Campos (2010), as quintas pedagógicas são de iniciativa geralmente privada e/ou administração pública, que consistem em estruturas de equipamentos para a Educação Ambiental, com uma importante valência do conhecimento do mundo rural. As quintas educativas encontram-se maioritariamente em zonas suburbanas, pelo facto de existir pouco conhecimento e contacto com o meio natural/rural da geração mais jovem que reside de uma forma geral nos centros urbanos.

Fomentar os roteiros de percursos entre quintas, é também uma das alternativas de aproveitamento das potencialidades das mesmas, pelas características deste tipo de espaços podem ser convertidos em lugares de contemporaneidade e onde se procura associar ócio à produção, ao mesmo tempo perto das cidades, e desta forma próximos de importantes equipamentos funcionais, como escolas, hospitais, lares etc.

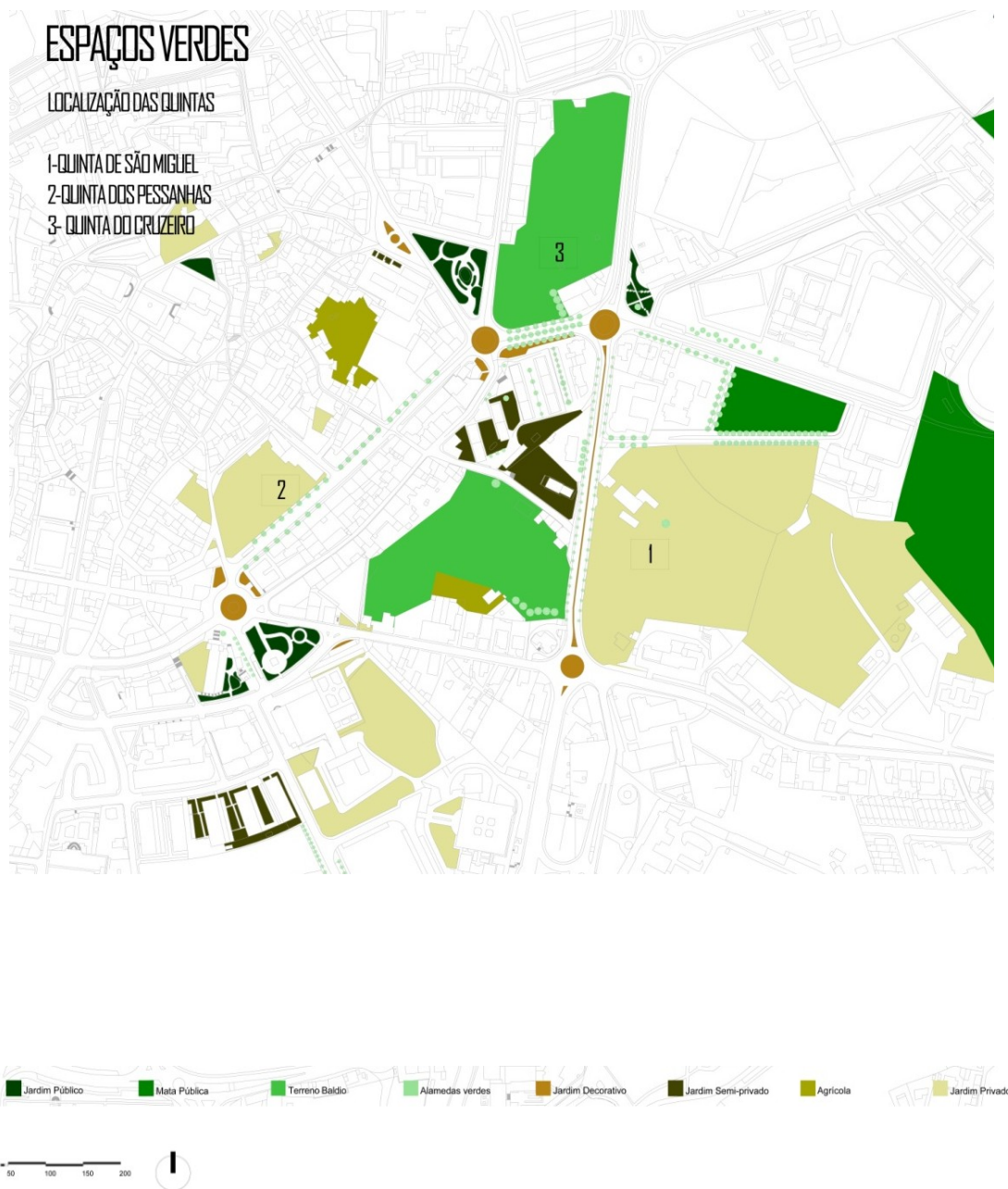
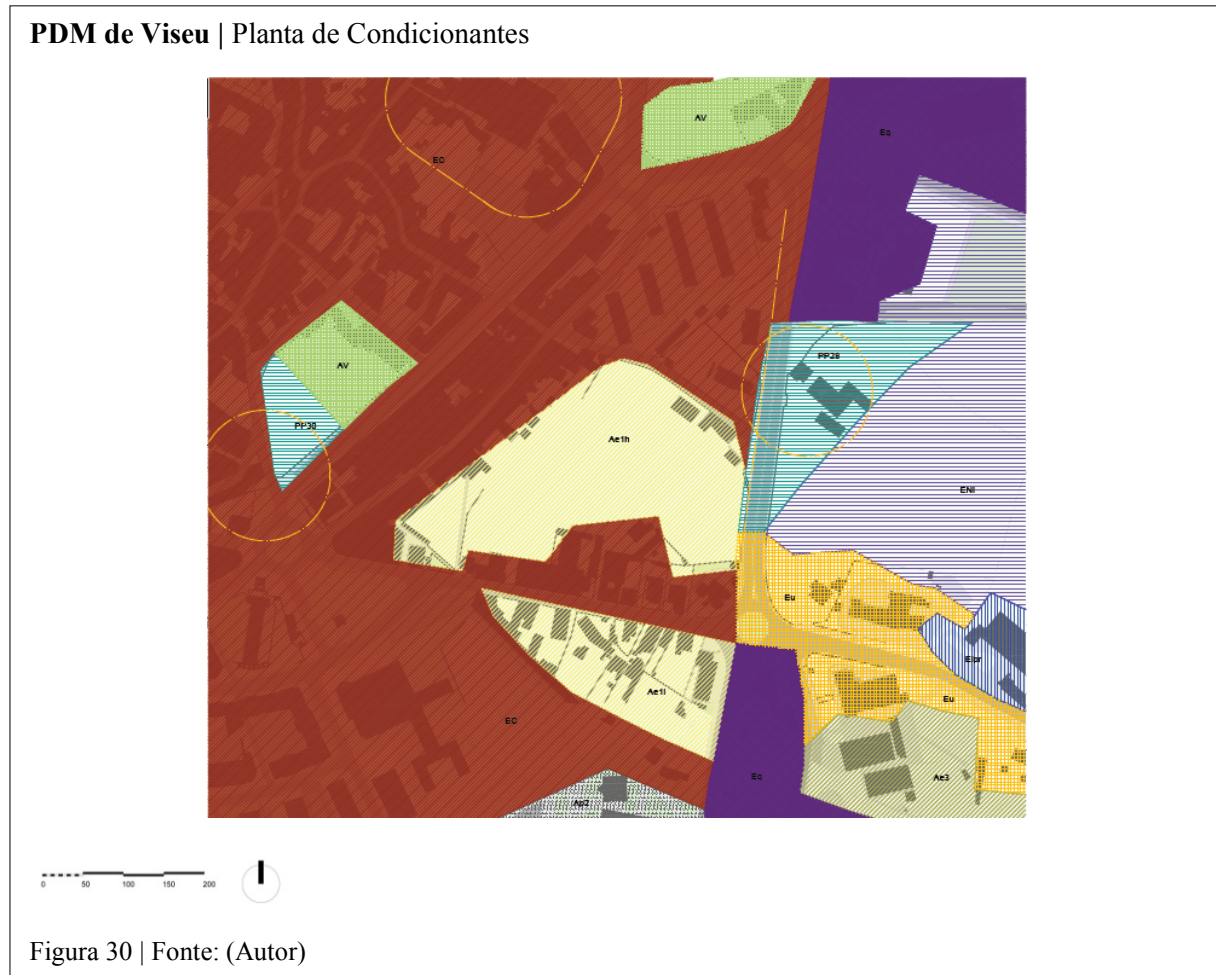


Figura 29 | Fonte: (Autor)

7.7. Planos urbanos e condicionantes

O PDM estabelece a estratégia de desenvolvimento e ordenamento do território e do urbanismo e outras políticas de gestão urbana da cidade Viseu. Instrumento que tomamos como referência para a elaboração e regulação da proposta [fig.30].



O quadro que se segue é uma síntese do controlo da expansão urbana no local da análise, que nos parece útil antes da intervenção. Diz respeito ao regulamento do plano director municipal dl nº291 de 19 de Dezembro de 19195 e abrange as servidões e restrições de utilidade pública, art.º 7º.

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

- a) A preservação da estrutura de produção agrícola e do coberto vegetal;
- b) A preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico;
- c) A preservação dos cursos de água e das linhas de drenagem natural;
- d) A defesa e protecção do património cultural e ambiente;
- e) O funcionamento e ampliação das infra-estruturas e equipamentos;
- f) A execução das infra-estruturas programadas ou em projecto.

Na Circunvalação:

- b) A zona non *aedificandi* será de 15m a contar da guia exterior do passeio e nunca a menos de 10m da zona de estrada.
- e) É proibido o acesso directo, salvo se o mesmo assumir um carácter provisório.

RESTRICÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Ae 1 h : D .hb <= 53 fogos /hectare;
I.cv <= 0,76;
Cércea variando de **um a três pisos**, prevendo -se que somente um edifício comporte quatro pisos como elemento de marcação, salvaguardando -se as perspectivas sobre a colina da Sé e a existência de uma zona de estar e lazer na parte envolvente da circunvalação atendendo à sensibilidade da zona;
Ae 1 i :
D .hb <= 60 fogos /hectare;
I.cv <= 1,00;
Cércea variando de **um a três pisos e pontualmente quatro pisos** de modo a preservar as perspectivas sobre a colina da Sé atendendo à sensibilidade da envolvente.

Casa de São Miguel (Classificada de Interesse Público pelo: Dec. 95/78 de 12 de Setembro de 1978.)

Os monumentos nacionais e imóveis de interesse público têm uma zona de protecção de 50m, sem prejuízo definição de uma zona especial, ao abrigo do Decreto-Lei nº 46 349, de 2 de maio de 1965.

Ae -Área sujeita a elaboração do plano de pormenor

A importância da perspectiva sobre a colina a preservar

A proximidade da Escola condiciona a construção num raio de 12 m.

Capítulo 8 | Proposta

8.1. Proposta Urbana

A proposta abrange uma área mais restrita da análise. Decidimos focalizar a intervenção no terreno baldio, pois é o local onde conseguimos o espaço, matéria-prima para a materialização da arquitectura, na procura de um desenho urbano coerente e um programa viável para o local de forma a potencializar as qualidades e favorecer a atractividade.

Assim a proposta pretende:

- REVITALIZAR
- EDIFICAR

Dos espaços que carecem dessa necessidade, para isso as premissas que considerámos importantes, são:

- Continuidade urbana
- Respeito pelas existências (naturais e edificadas) [fig.31].

Não esquecendo de pensar um local para todos, para isso:

- Facultar a circulação pedonal e automóvel
- Acessibilidades / mobilidade
- Coesão do Sistema Urbano-relação com espaço envolvente

Ao mesmo tempo considerar as potencialidades do lugar, como:

- Preservação das perspectivas visuais

(vistas do local, aproveitadas para o local e através do local) [fig.32].

E especialmente não agravar os pontos fracos encontrados como a orientação Solar. Teremos a preocupação de expor as fachadas de menores dimensões dos edifícios viradas a Norte de feição a privilegiamos as fachadas de maior extensão viradas a Sudoeste, para maior incidência e aproveitamento solar.

Existente a manter | Importante Mancha vegetal



Figura 31 | Fonte: (Autor)

Proposta | Esquema das vistas



Figura 32 | Fonte: (Autor)

A vantagem de uso e de espécies do local (indígenas)

- Reduz os custos de manutenção;
- Promove a estabilidade e a sustentabilidade da paisagem a longo prazo;
- Aumenta a diversidade biológica;
- Regeneração da camada orgânica do Solo (decomposição à superfície);
- Preserva e restabelece os “bancos” de plantas (memória genética);
- A qualidade do ar (absorve Co2 e retira as poeiras e outras partículas em grande percentagem).

- **Continuidade verde**

A intenção da proposta passa por dar continuidade a estrutura verde secundária, de forma a ser integrada no construído, como que um seguimento do que acontece na vizinhança do Fontelo. Espaços para convívio e encontro de pessoas adultas, jovens, e idosos, serão previstos. Nomeadamente junto à igreja, um espaço de bancos de jardim em torno do Carvalho existente.

Analisando o quadro das árvores existentes [Ver quadro em Anexo]. O pequeno número de árvores que estorvam a proposta serão transplantadas/desviadas para lugares próximos. Desta forma será feita a operação com os cuidados que este tipo de procedimento exige de forma a não danificar as espécies.

Após a reflexão sobre as vantagens na selecção da vegetação, procurámos usar a lista da vegetação [fig.33] de maneira ajustada, de modo a não criar problemas com a presença da vegetação junto aos edifícios da proposta. Procurando tirar partido da beleza da vegetação no conforto visual e sobretudo da compatibilidade com o uso em estacionamentos, áreas pedonais e redes de condutas enterradas no solo.

Proposta verde

ÁRVORES PROPOSTAS

Nome	tipo	altura (m)	diametro	Vantagens
 Acer (Acer Negundo)	Caduca	8 /10	5/6	Crescimento rápido; rusticidade
 Acer (Acer Platanoides)	Caduca	20 /25	6/8	Crescimento rápido; rusticidade; Elevado valor ornamental
 Tilia (Tilia cordata)	Caduca	25 /30	15/20	Aroma e a sombra
 Liquidâmbar (Liquidambar styraciflua)	Caduca	15 /20	5/7	Beleza cromática
 Laranja (Citrus Sinensis)	Persistente	3 /5	3/4	Aroma e os frutos
 Magnolia grandiflora (Magnolia flores grandes)	Persistente	15/20	8/10	Rubuséz, Beleza cromática (da flor na Primavera)
 Amendoeira	Caduca	3/5	3/4	Beleza cromática (da flor na Primavera)

TREPADEIRA

Heda (hedera helix)

ARBUSTIVAS

A Buxo (buxus sempervirens)

B CEDRO "ANÃO" (Juniperus horizontalis prostratum)





Figura 33 | Fonte: (Autor)

A forma e volume, e a dimensões da copa máxima no estado adulto, o tipo de raiz, (para não interferir com as referidas infra-estruturas do subsolo), assim como o comportamento em relação a retenção de poeiras e de fumos, foram um dos critérios para a modelação e a articulação com o espaço público. De forma garantir a entrada de luz nos pisos junto à rua, procurámos as distâncias correctas de afastamentos a ter em atenção.

Na rua pedonal que atravessa o quarteirão central, a opção passou por colocar só a amendoeira. Razão que se prende com a vontade de ter uma mancha uniforme da mesma qualidade cromática e os efeitos que o conjunto adquire nas quatro épocas do ano.

- **Coesão viária**

Propomos duas vias, automóveis, uma de 4º nível hierárquico (Distribuição local) e outra do mesmo nível mas de acesso local aos edifícios e uma outra de carácter pedonal, com acesso restrito aos veículos automóveis de urgência [fig.34].

A primeira tem a função de encaminhar o trânsito entre as rotundas de Santa Cristina e a rotunda de Santo António com um desenho adequada à escala da rua, através dos tramos, intersecções e concordâncias das curvas (previsto o acesso de veículos pesados) de forma a facilitar a passagem de peões e os condutores não ultrapassarem os limites de velocidade. Com dois sentidos e 3,5m por faixa de rodagem, em material de asfalto betuminoso, opção que diminui o ruído da passagem das viaturas em comparação com os pavimentos de calçada.

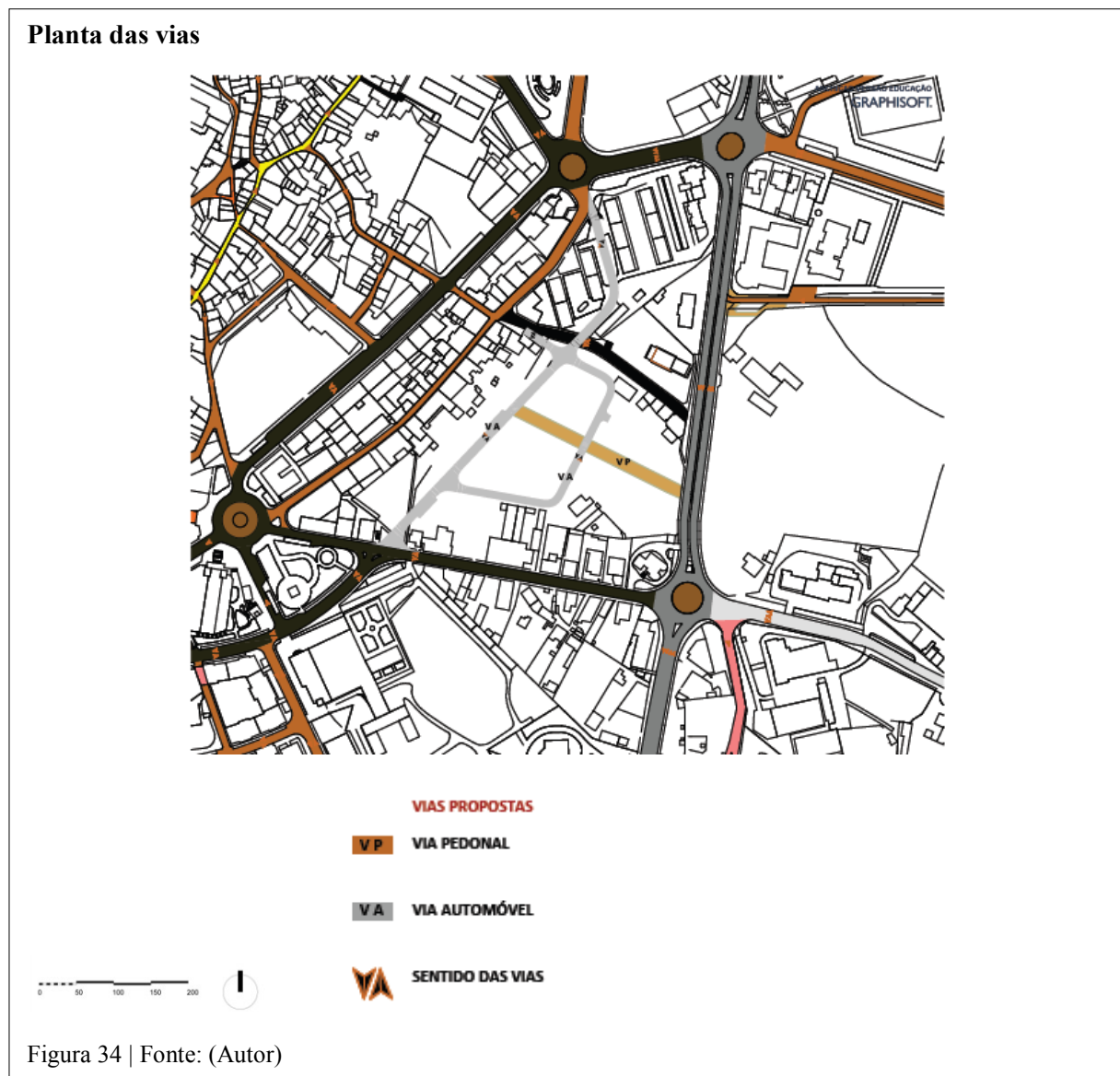
A outra via automóvel é idêntica, mas com menor dimensão por faixa, apenas 3,25m, tem como função o acesso aos edifícios que são implantados à uma cota superior. A via exclusivamente pedonal vai facilitar a ligação do caminho de peões num eixo circunvalação (cota mais alta) à cota mais baixa da avenida proposta.

Percursos de menor dimensão penetram no terreno, vindos das artérias contíguas, facilitando o acesso pelos populares ao espaço, promovendo a proximidade. Um percurso pedonal mais orgânico percorre a mancha de vegetação existente.

Faixa de estacionamento ordenado, em linha com a lateral das vias, de forma e dimensionado para veículos, dimensões, 2,50 x5,00 metros.

Passagem de peões de 4,00 de largura, junto aos cruzamentos para resolver a continuidade e atravessamento em segurança.

Consideraremos na proposta a melhor forma de facilitar a chegada e a partida dos alunos via automóvel e responder aos conflitos de maior importância. Com zonas de paragem de autocarros junto a igreja, perto da entrada secundária da Escola.



- **Respeito pelas existências**

A Igreja foi um dos elementos considerados de interesse a preservar, para isso evitou-se a construção muito próxima para não perturbar a observação do monumento. De forma similar, foi pensado para a casa das “Bocas”, ao deixar uma clareira que deixa penetrar o observador que passa na avenida proposta.

Preservar ao máximo a mancha de vegetação de castanheiros no limite junto a rotunda de 5 de Outubro pelo valor da componente biológica que possui [fig.31].

- **Continuidade urbana**

Pretendemos com a proposta dar continuidade à zona comercial da Rua Formosa, para isso uma espécie de canalização de percurso de comércio segundo o eixo da plataforma viária de distribuição, em direcção à rotunda de Emílio Navarro, tendo em vista um maior dinamismo do espaço, densidade habitacional com a habitação multifamiliar, numa lógica de mais pessoas, mais segurança do local, logo maior qualidade de vida e maior valor do conjunto urbano [fig.35].

Num alinhamento paralelo à Rua João Mendes, desenvolve-se um edifício que faz o remate das casas unifamiliares e logradouros existentes, com uma profundidade de 12 m em planta, formando um quarteirão, com comércio e serviços no rés-do-chão (relação com a rua) e habitação multifamiliar nos dois pisos superiores, no lado oposto da via, dois outros edifícios com uma profundidade de 14m em planta, em forma de “U”, virados para a rua pedonal, perpendicular à viária atrás referida. Esse edifício também com o comércio e serviços virados para a rua, mas com alturas que correspondem a dois e três pisos, de forma a permitir a permeabilidade visual dos edifícios implantados a montante. A permeabilidade visual e física será cuidadosa ao nível do solo através de aberturas nos edifícios conforme a planta. [Fig.41]. No edifício mais amplo, com R/c + três pisos, prevê-se no programa a localização de um espaço para os mais jovens, e ligação com o espaço interior do quarteirão, para as actividades ao ar livre. Respeito pelas cêrceas é sempre previsto na situação entre fachadas opostas às construções adjacentes.

Novos tipos de ocupações e novas vivências são previstos para os restantes edifícios. Na cota intermédia, tentamos recriar uma praça com um quarteirão aberto em “U”, para possibilitar

a visão de todo o recinto e a respectiva capela. Um edifício de três pisos, em que no último piso se prevê a utilização de restaurante e respectiva esplanada na cobertura. Nesse edifício é “rasgada” uma abertura inferior que corresponde a dois pisos, de forma a favorecer uma vista através do espaço amplo dos multiusos, uma perspectiva do ponto mais alto da zona da Sé. [Fig.39].

Na zona junto a circunvalação o edifício, está implantado pelo alinhamento da Escola, composto apenas de dois pisos, (numa lógica de não obstruir as vistas ao nível da Circunvalação) sendo o inferior de comércio e serviços, fachada recuada em relação a plano do piso superior, de forma a possibilitar o percurso/permanência confortável. O fecho do espaço é feito com um piso de cobertura inclinada, que faz a ligação acessível ao mirante superior da zona de esplanada, de modo a facultar a vista sobre as copas das árvores do Fontelo/Sé e abarcar toda a zona de intervenção.

O acesso pedonal ao espaço multiuso é conseguido por escadarias e também por um percurso alternativo acessível de rampas de 6% de inclinação, com início à cota da capela e com um desenvolvimento até à cota do pavimento do espaço. Uma rampa idêntica será prevista no acesso ao patamar frontal da entrada da igreja.

Um outro edifício, este com a forma “L” em planta, em que procurámos uma relação com a via da Circunvalação. Prevê-se a utilização como espaço para equipamentos. Foi abandonada a ideia inicial de ser um lar de idosos de qualidade superior. Este passou a estar localizado no quarteirão central. Pelo motivo de resultar numa implantação mais estratégica já que ficará próxima de outros edifícios usos similares que existem na área. Altura aproximada de 12m, com r/c mais três pisos e volumetria escalonada a Sudoeste, para melhor aproveitamento solar.

Nos dois edifícios de equipamentos, de r/c mais dois pisos prevê-se o seu uso como equipamentos, de forma a complementar o desígnio pretendido, a volumetria foi determinada pela opção de facultar as vistas da casa das “Bocas”.

O estacionamento está estudado de forma a ocupar a base dos edifícios ao nível do subsolo com entradas e saídas, com rampas na via distribuidora e segundo sentido do trânsito, indicadas na planta, com a excepção do edifício próximo da igreja em que a entrada se faz ao nível da via de acesso local.

Proposta | Inserção urbana dos edifícios

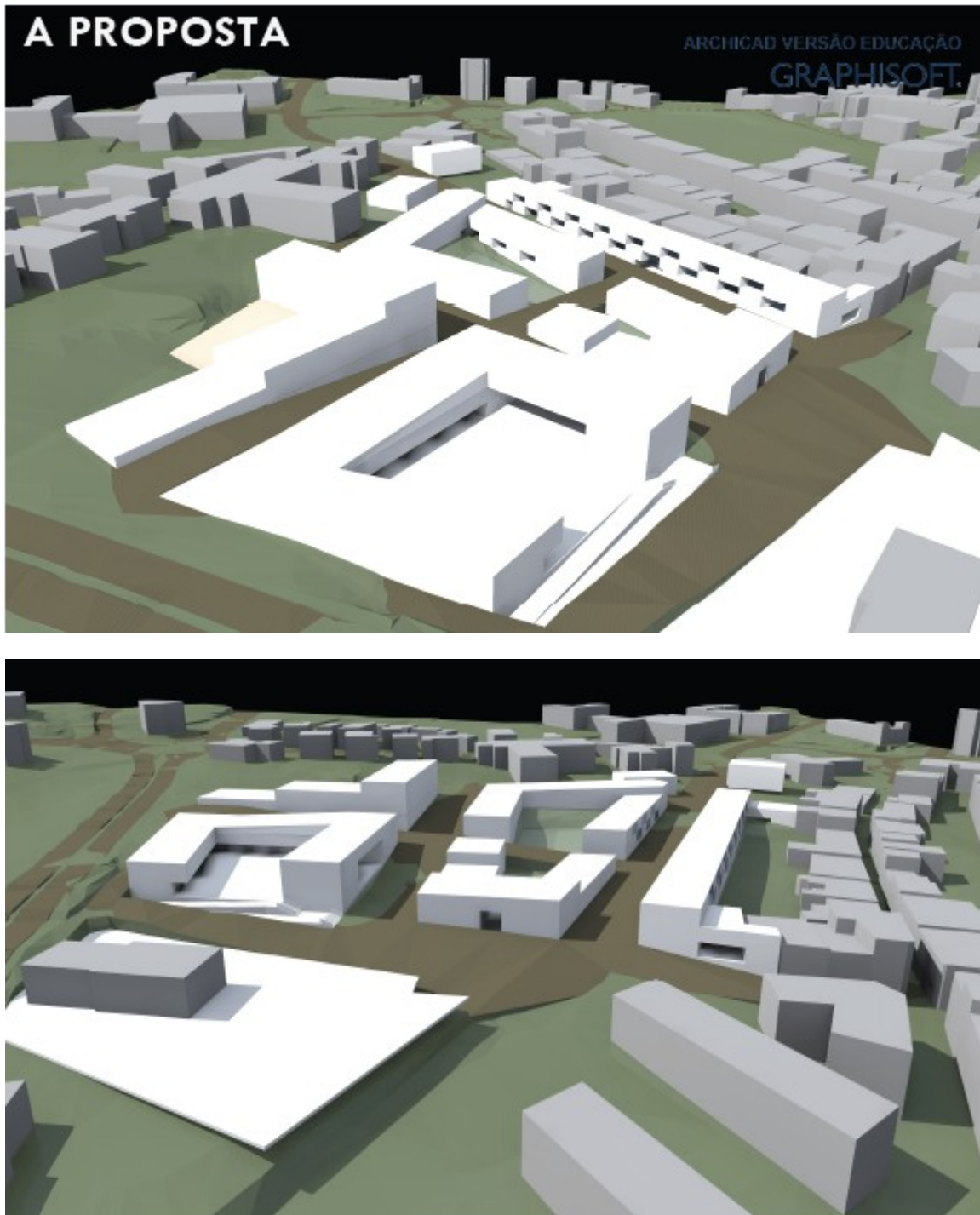
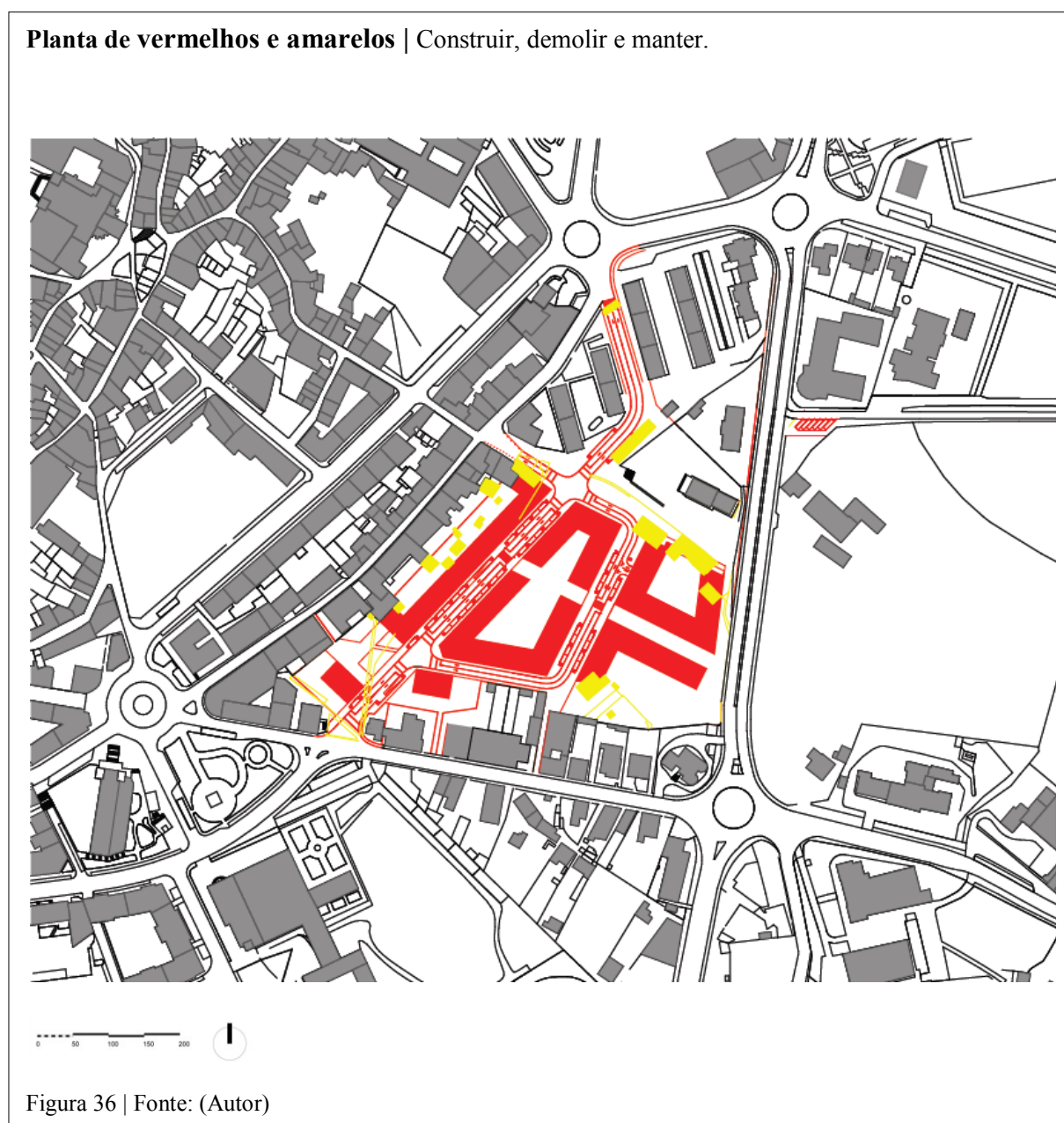


Figura 35 | Fonte: (Autor)

Os edifícios a demolir, como anexos e as garagens do bairro da Misericórdia, são construções entendidas como descaracterizadas, sem valor arquitectónico. Duas habitações junto à capela de São Miguel e uma habitação unifamiliar isolada no espaço do terreno. Será previsto a forma de compensar os proprietários, sempre numa conduta de favorecimento dos lesados. [Fig. 36].

A procura do equilíbrio, entre o componente verde o construído é uma preocupação constante na elaboração do projecto, procurando de certo modo a utilização de materiais existentes na região pelos motivos de económicos e energéticos.

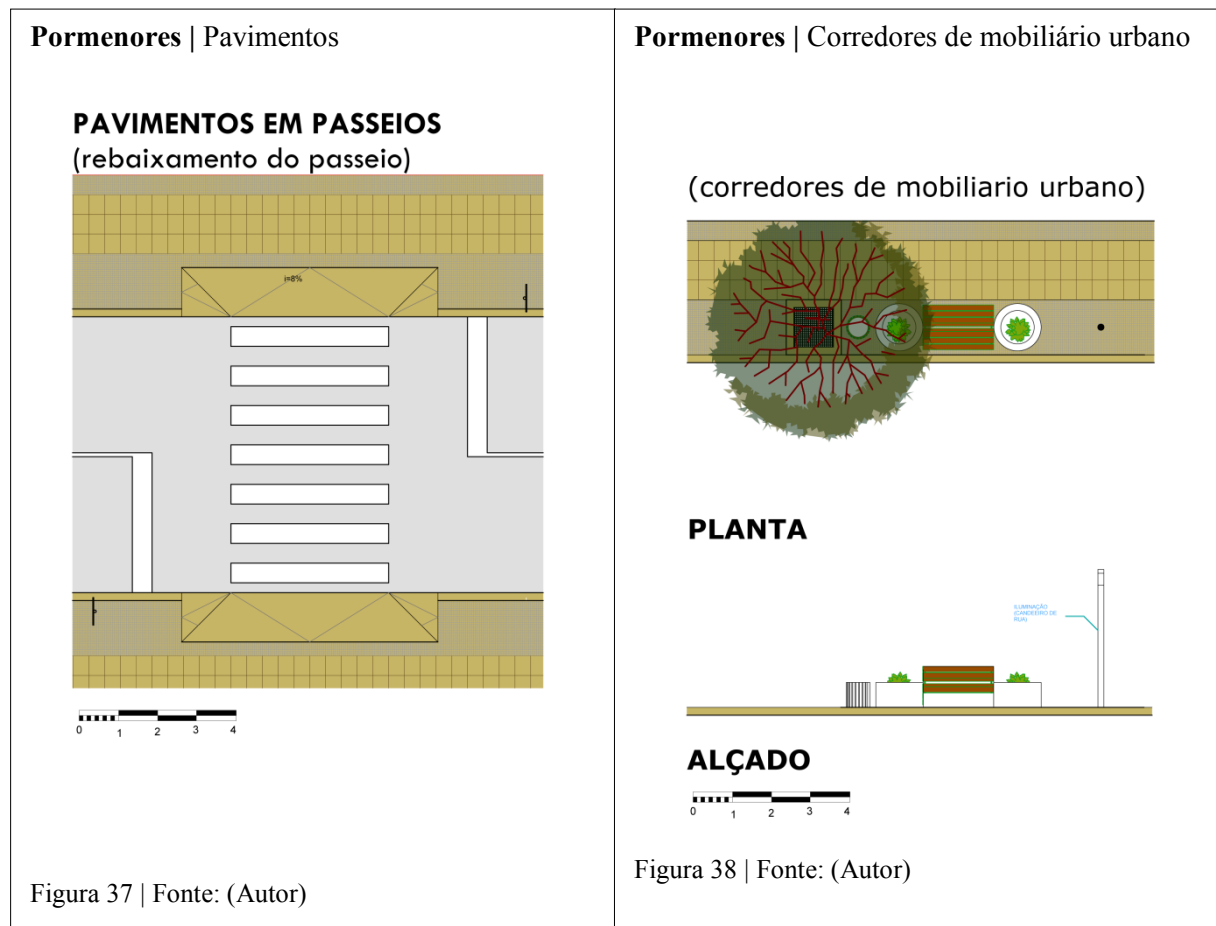


- **O Solo urbano**

Em áreas pedonais pavimentadas ou em terra natural. O pavimento cumpre um importante papel como referência para a orientação no espaço, é através dele que se diferenciam as várias características básicas da cidade como público e privado, aberto e fechado, movimento e repouso.

Os passeios obedecem a uma ordem lógica de colocar faixas de serviço, circulação e de acesso aos edifícios a partir do R/C.

Faixas de circulação acessíveis de modo a possibilitar o cruzamento de (duas cadeiras de rodas) e de dimensão de 1,5m de largura. Pavimentos adequados aos passeios em piso de granito, nas faixas de serviço, onde estão dispostas as caldeiras e restantes mobiliário urbano e a faixa de acesso aos edifícios serão executados em calçada de granito de 5x5cm [Fig. 37, 38].



Recintos pedonais de lazer e recreio (espaço multiusos), em pavimento de resina, e peças de granito com inclinações e drenagem de 2%.

Espaços infantis em piso sintético, (junto a escola e no interior do quarteirão). Enquanto o Terreiro junto à escola será mantido em terra natural.

Nas áreas ornamentais de transição. O prado será a opção para os espaços cobertos de vegetação pisável, por não necessitar muita manutenção nem muito consumo de água. Este espaço será ocupado com a vegetação que apresentamos no quadro da proposta para cada local.

Áreas de estacionamento. Todas as áreas junto aos passeios serão executadas em cubo de granito 10x10 cm.

- **Proposta de desenho urbano**

Edifícios propostos | Vista do recinto para a Sé

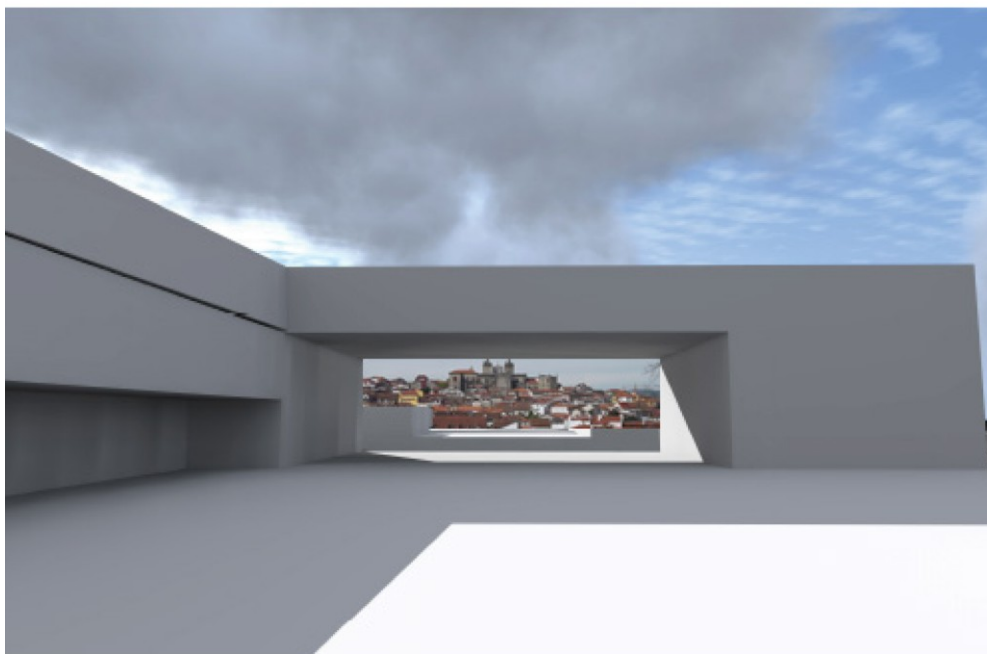


Figura 39 | Fonte: (Autor)

Plano geral da proposta

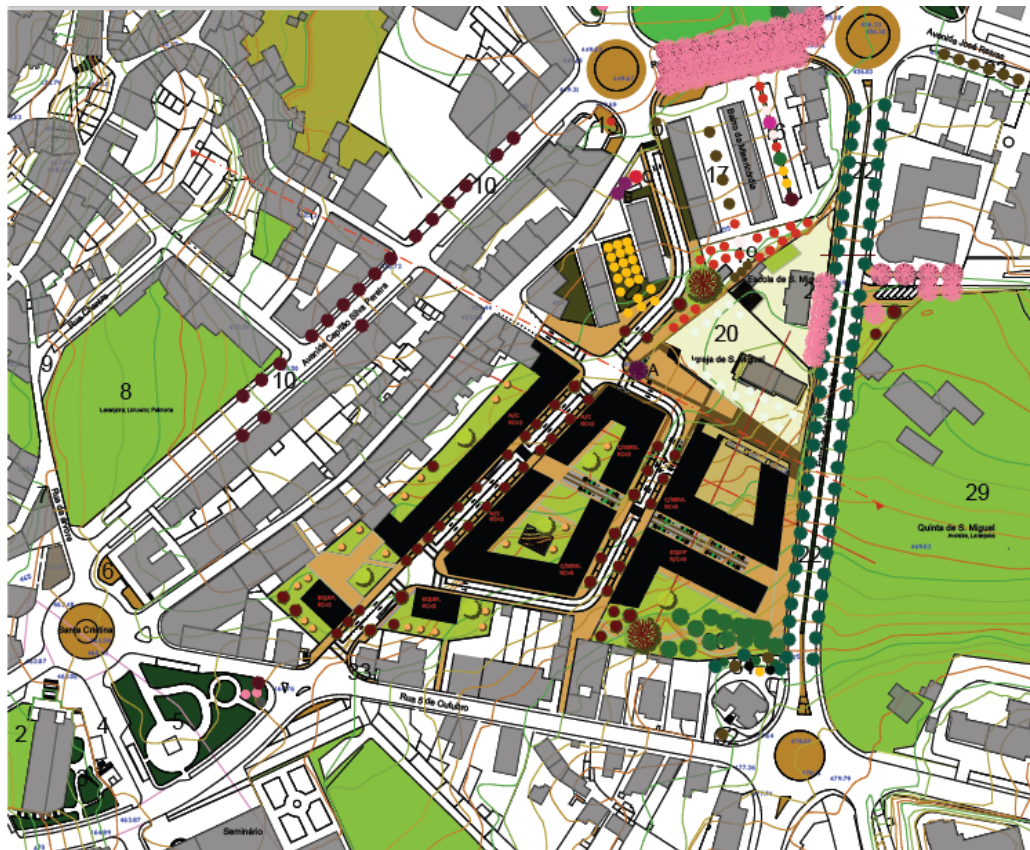


Figura 40 | Fonte: (Autor)

Edifícios propostos | Aberturas ao nível do Rés-do-Chão

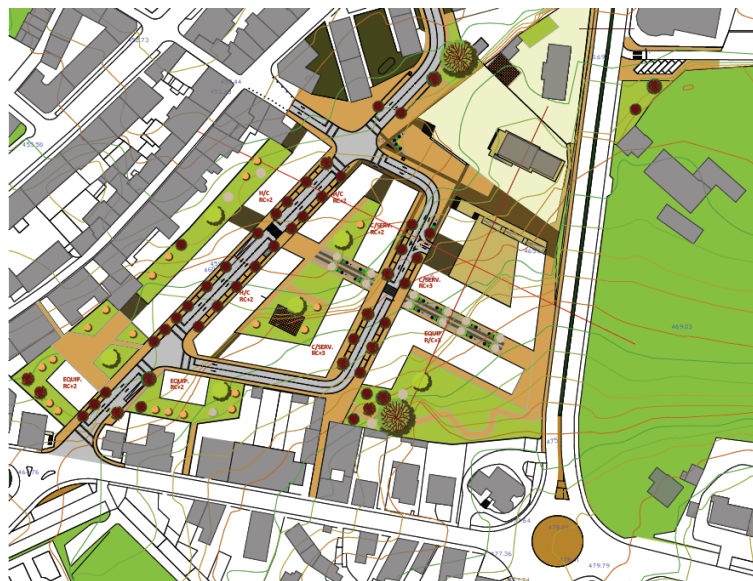


Figura 41 | Fonte: (Autor).

Edifícios propostos | Perfil AB, Corte 02



Figura 42 | Fonte: (Autor).

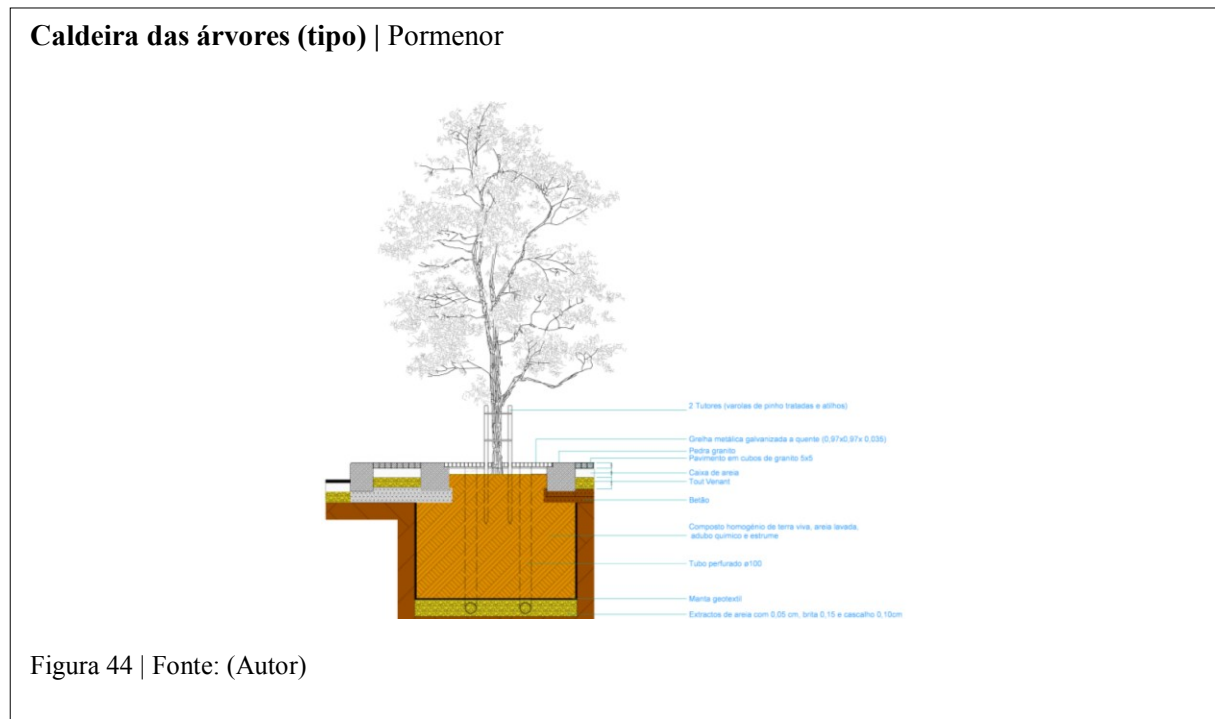
Junto à escola propomos o alargamento do passeio de a possibilitar a acessibilidade em toda extensão para isso é executado um muro em betão armado. Uma estrutura metálica suporta o vidro temperado e laminado que vedará o local com a intenção de diminuir o ruído do trânsito da circular interna da cidade [Fig. 43].

Proposta | Intervenção junto à escola/circunvalação.



Figura 43 | Fonte: (Autor).

Como sabemos a existência de factores abióticos condicionam a adaptação das árvores ao ambiente artificial proporcionado pela cidade. Fora do habitat natural a vegetação vai ter dificuldades no crescimento normal. Para garantir o cumprimento de óptimas condições de crescimento das árvores é necessário um volume de terra razoável, assim como também prever a ventilação, arejamento e drenagem [Fig. 44].



As referências que nos serviram de apoio em termos de espaço público, para a intervenção urbana foram:

A praça do Município e largo do pelourinho na Covilhã. A autoria do Arq. Nuno Teotónio Pereira e Paulo Guerra. Os pontos fortes desta intervenção são a continuidade, permeabilidade e acessibilidades.

E a frente ribeirinha de Vila Nova de Gaia, do Arq. Jorge Abrantes Gonçalves, que tem como pontos fortes os equipamentos e as áreas de recreio infantil.

Pretendia-se no início uma imagem arquitectónica dos edifícios semelhante ao trabalho do lar de idosos em Alcácer do Sal em 2011 da autoria de Aires Mateus, no entanto com o desenrolar do projecto a ideia foi perdendo força e acabou por ser posta de lado.

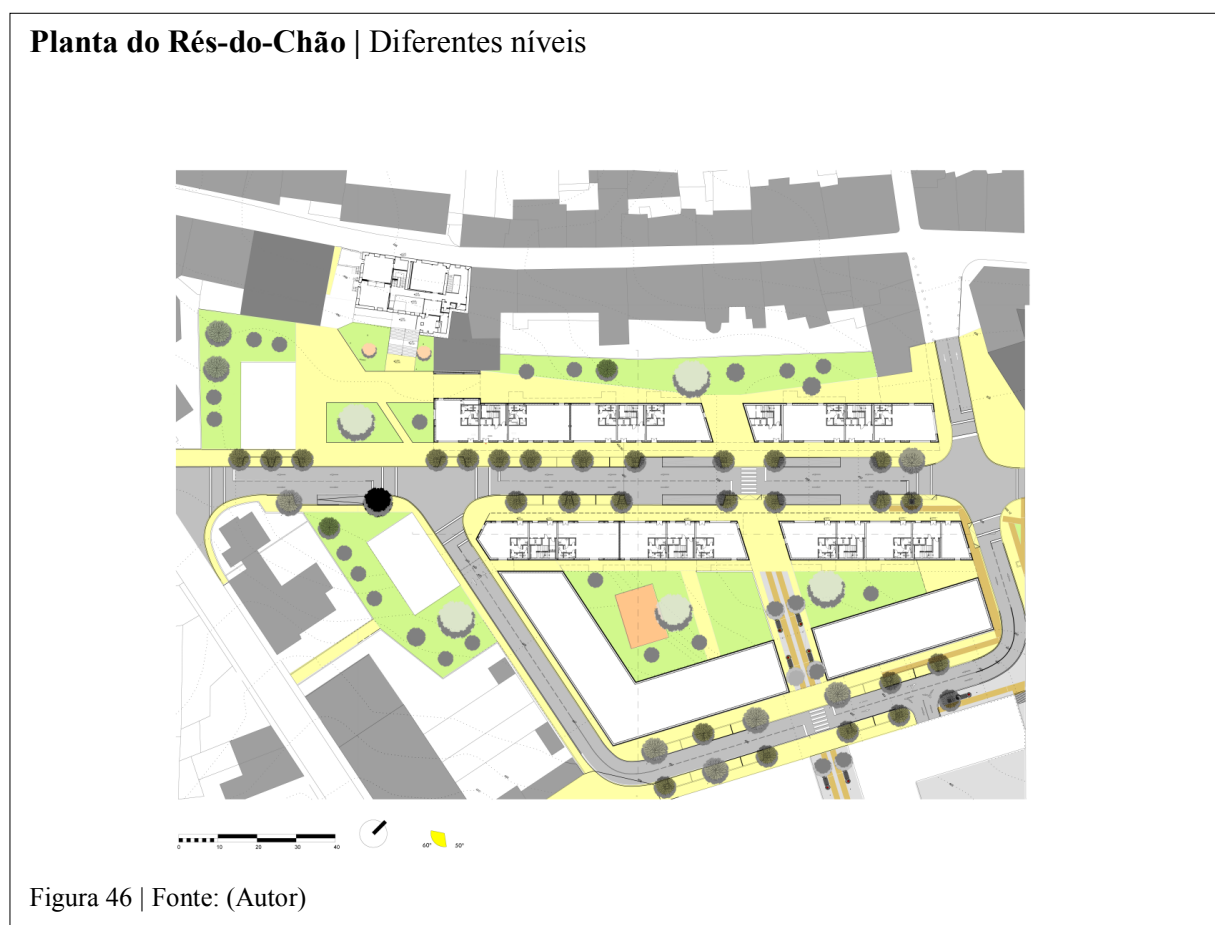
Com a intervenção de carácter urbano procuramos uma homogeneidade morfológica de representação arquitectónica, indiferente à época de construção. Desta forma o relacionamento com a estrutura preexistente assume um comportamento disciplinante com a envolvente, ao mesmo tempo procura reorganização e consolidação com apoio de um carácter geométrico.

A presente intervenção na cidade tentou traduzir a relação do objecto com o território à escala da região (a identidade) escala local (vias, centros, espaços verdes) e a escala do sítio (tipologias dominantes, elementos significativos).

Tentamos sobretudo inculcar valor neste território, através de implementação de regras de composição urbana. Como já dissemos anteriormente, efectuamos acções de ligação das partes urbanas novas/antigas, ligamos espaços livres/construídos, tendo como objectivo a promoção da continuidade, misturando o social com o urbano e preservando o carácter da cidade de Viseu. São estes os critérios a seguir na organização espacial. Sem esquecer os objectivos específicos igualmente importantes, outros são tidos em conta como: conforto, exigência de alto nível estético, segurança, bem-estar físico e mental, A importância do lado emocional com o habitat, o sentido de pertença do “sítio” é uma condição fundamental para atingir a qualidade de vida.

Como já referimos anteriormente ao nível urbano, os edifícios de uso habitacional ocupam dois quarteirões. Ambos os quarteirões estão implantados paralelamente ao eixo da via principal. Um dos quarteirões remata a malha urbana dos edifícios existentes à cota 456.00m e o outro quarteirão ocupa a área central da intervenção. Com uma área de implantação de 1492 m² e 1138 m², respectivamente. Em que a cêrcea máxima atingida é de 13,40 metros.

Em ambas edificações a cave está situada no subsolo sendo ocupada pela garagem e respectivos arrumos [Fig.49]. O piso térreo é ocupado por 13 lojas de diferentes áreas, espaço amplo dotado de módulo repetido de instalação sanitária, acessível a pessoas com mobilidade condicionada. As lojas são repartidas e escalonadas de forma a um melhor acesso ao interior a partir do passeio inclinado. As frentes das lojas com grandes montras são resguardadas por uma galeria longitudinal em toda a extensão da frente da rua conferindo um carácter comercial urbano confortável ao peão [Fig.46].



O conjunto habitacional multifamiliar ocupa os andares superiores até ao máximo de 3 pisos. Contabiliza um total de 36 unidades habitacionais. Tendo em vista o número de elementos por

família em Portugal, optamos por diferentes tipologias, desde o T1 ao T4, em que o T2 está presente em maior quantidade.

Quarteirões | Volumetria

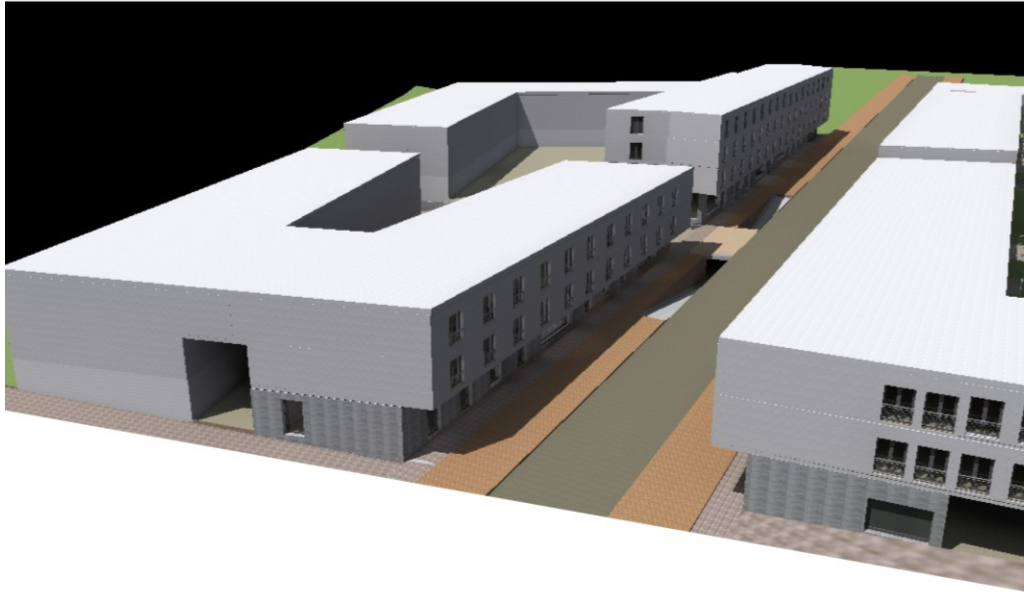


Figura 47 | Fonte: (Autor)

Um total de 8 núcleos de circulações verticais em materiais resistentes ao fogo, com início na base do único piso abaixo do solo e estende-se pelos pisos superiores. Formado por uma caixa de escada corta-fogo em “U”, dois lances, com degraus com espelho 0,167m e cobertor 0,30m 1,50m de comprimento com patamares intermédios, com espaço disponível para efectuar as manobras da cadeira de rodas. São necessários dois ascensores para os edifícios que atingem uma altura estipulada superior a 11m, nos que não chegam a atingir essa altura fica já esse espaço para uma futura colocação. Os ascensores de capacidade de 630Kg têm medidas de largura de 1,10m e profundidade 1,40m que permite o acesso através de uma porta telescópica central livre de 0,90m e o uso da mesma por uma cadeira de rodas e respectivo acompanhante, logo dentro das normas de acessibilidades.

O acesso comum é feito tal com as lojas no rés-do-chão a partir da rua pela fachada virada para o exterior dos quarteirões. Um átrio com dimensões generosas dá acesso aos elevadores e a portas de comunicação separada das escadas da cave e as escadas que levam aos pisos superiores. Em todos os pisos habitacionais os núcleos das caixas de escada separam duas unidades habitacionais (esquerdo /direito) acedidas por um *hall*. A partir desse *hall* é possível entrar num espaço de actividades da comunidade que mais adiante será descrito.

Os quarteirões | Planta dos pisos correntes

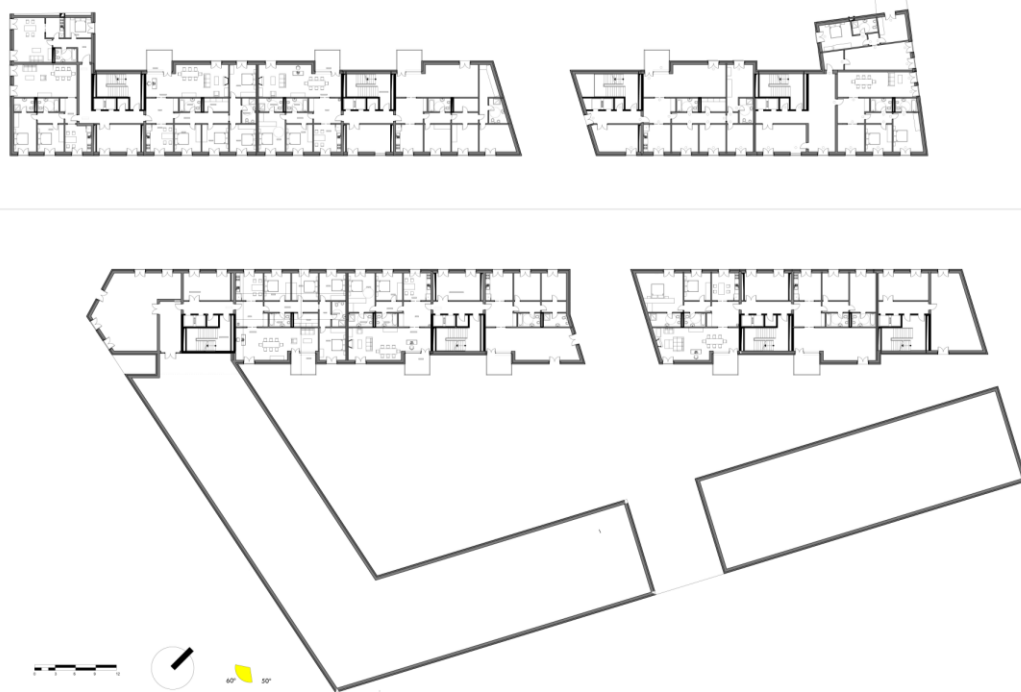


Figura 48 | Fonte: (Autor)

Os quarteirões | Planta da Cave

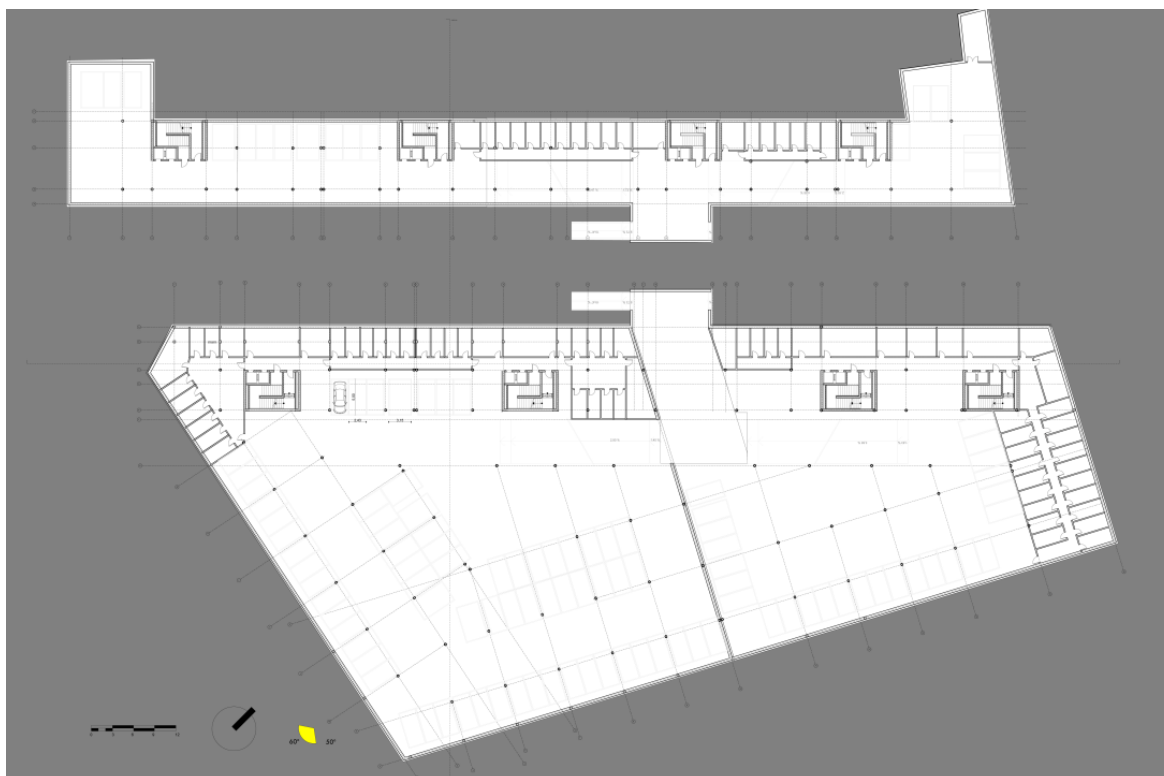


Figura 49 | Fonte: (Autor)

A linguagem arquitectónica da fachada consiste num grande pano contínuo, na procura da simetria e a harmonia com os vãos. A fachada virada para o pátio é interrompida pelas lajes e reentrâncias das varandas.

O Edifício | Planta do Rés-do-Chão e Alçado Noroeste

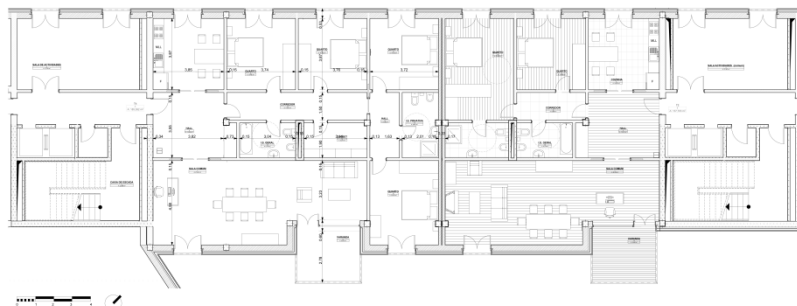


Figura 50 | Fonte: (Autor)

O quarteirão | Alçados



Figura 51 | Fonte: (Autor).

O quarteirão | Cortes (transversal e longitudinal)



Figura 52 | Fonte: (Autor)

A organização interna das diferentes unidades habitacionais está concebida de forma dar importância hierárquica aos espaços que necessitam de maior ventilação e luz solar. Em segundo plano de importância, são colocadas na parte central as dependências húmidas como as I. Sanitárias. Desta forma os sectores funcionais, social, privativo e de serviço, estão organizados segundo o esquema seguinte [Fig.53].

Unidade habitacional T2 | Esquema gráfico funcional

Esquema gráfico da unidade habitacional (T2)

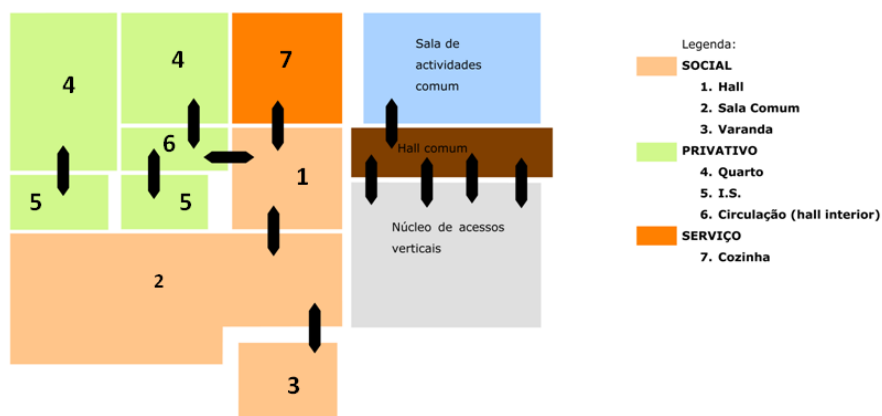


Figura 53 | Fonte: (Autor)

A construção do edifício está pensada para o uso de estrutura reticulada em betão armado. O arranjo estrutural é constituído por vigas embutidas em lajes aligeiradas de argila expandida nos pisos e lajes maciças e viga de rotura térmica nas consolas das varandas. Pilares de secção quadrada descarregam as forças sobre as sapatas num terreno firme de zona granítica.

Os materiais usados nos edifícios são essencialmente pensados para resistir ao tempo. Nas fachadas exteriores os materiais utilizados são o mármore (moleanos), material nobre e a ardósia negra. A aplicação destes dois materiais tem como propósito estético o contraste da tonalidade clara e escura e ainda servir de “pele” de protecção das acções do clima de Viseu. Utilizamos isolamentos conforme os pormenores [Fig.56] de espessuras regulamentares, de forma a conseguir uma elevada protecção pelo exterior em termos térmicos e acústicos. As lajetas de mármore que fazem o revestimento da fachada ventilada dos pisos residenciais são fixadas a uma estrutura leve galvanizada. Esta por sua vez está fixa numa estrutura resistente de betão armado. No piso térreo do edifício, zona junto as lojas, era necessário robustez do material para contrariar o vandalismo, deste modo a solução passa por colar lajetas de ardósia na fachada do edificio.

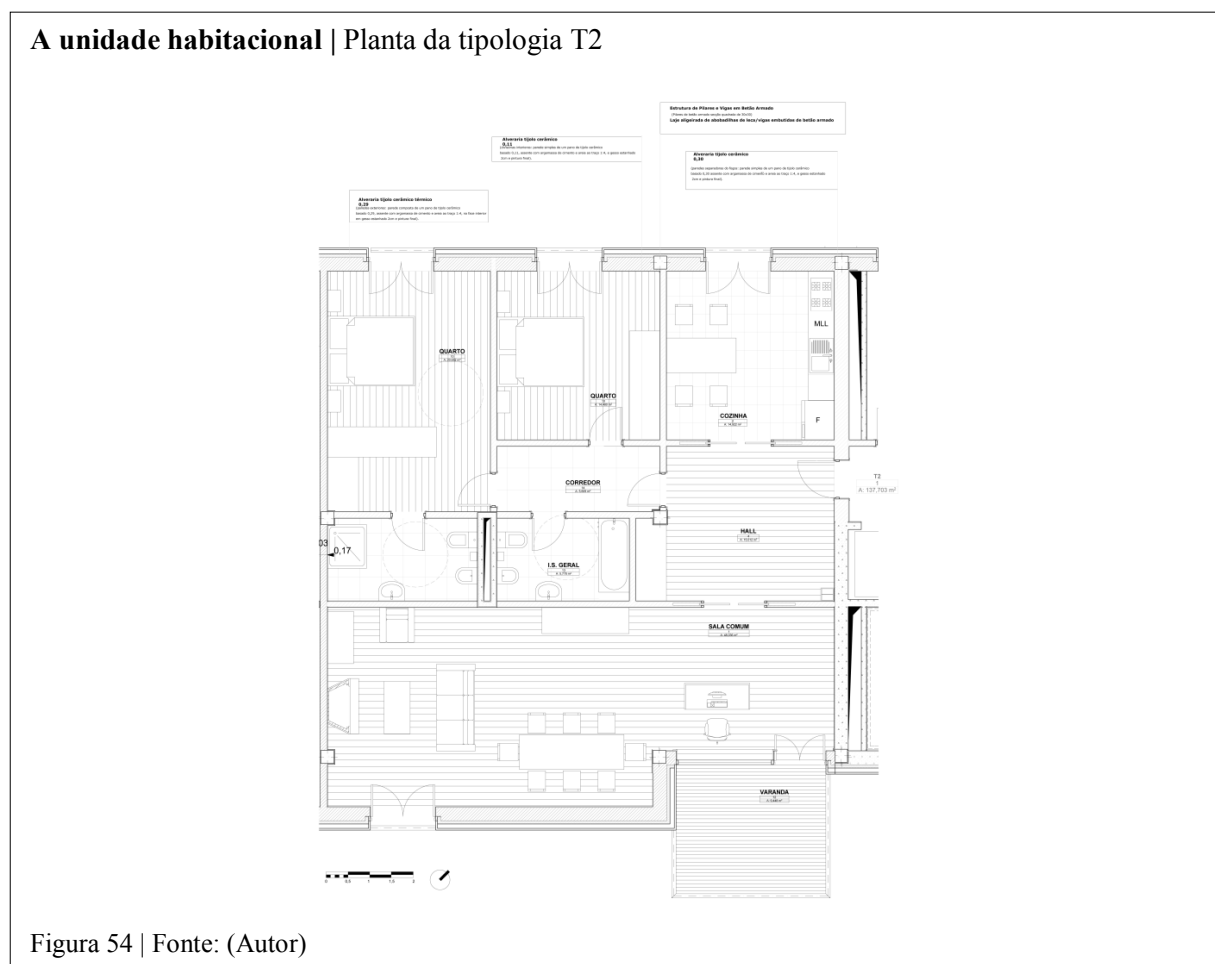
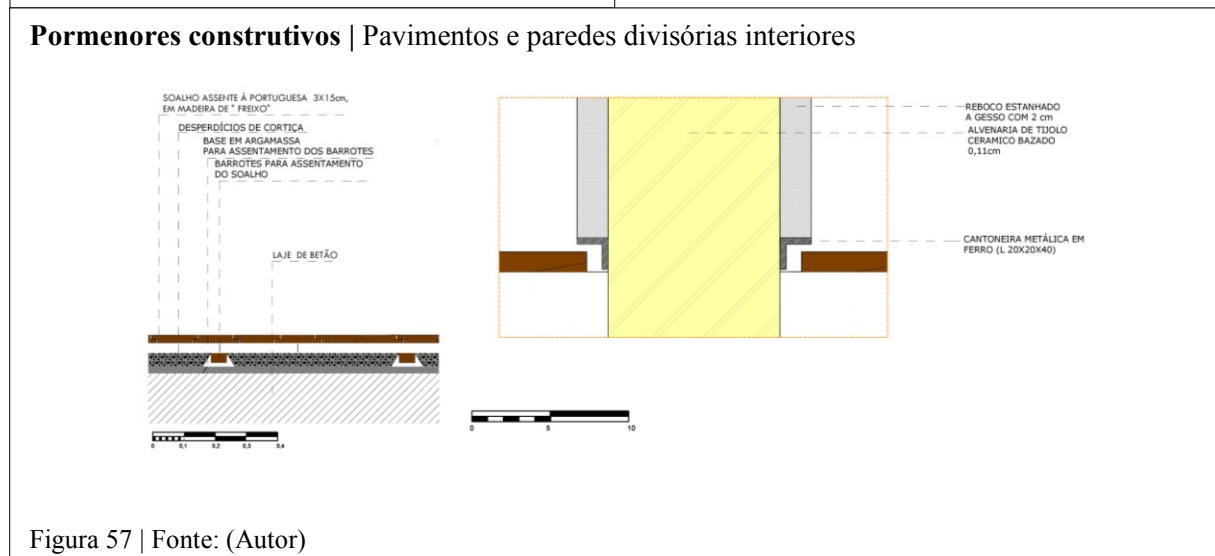
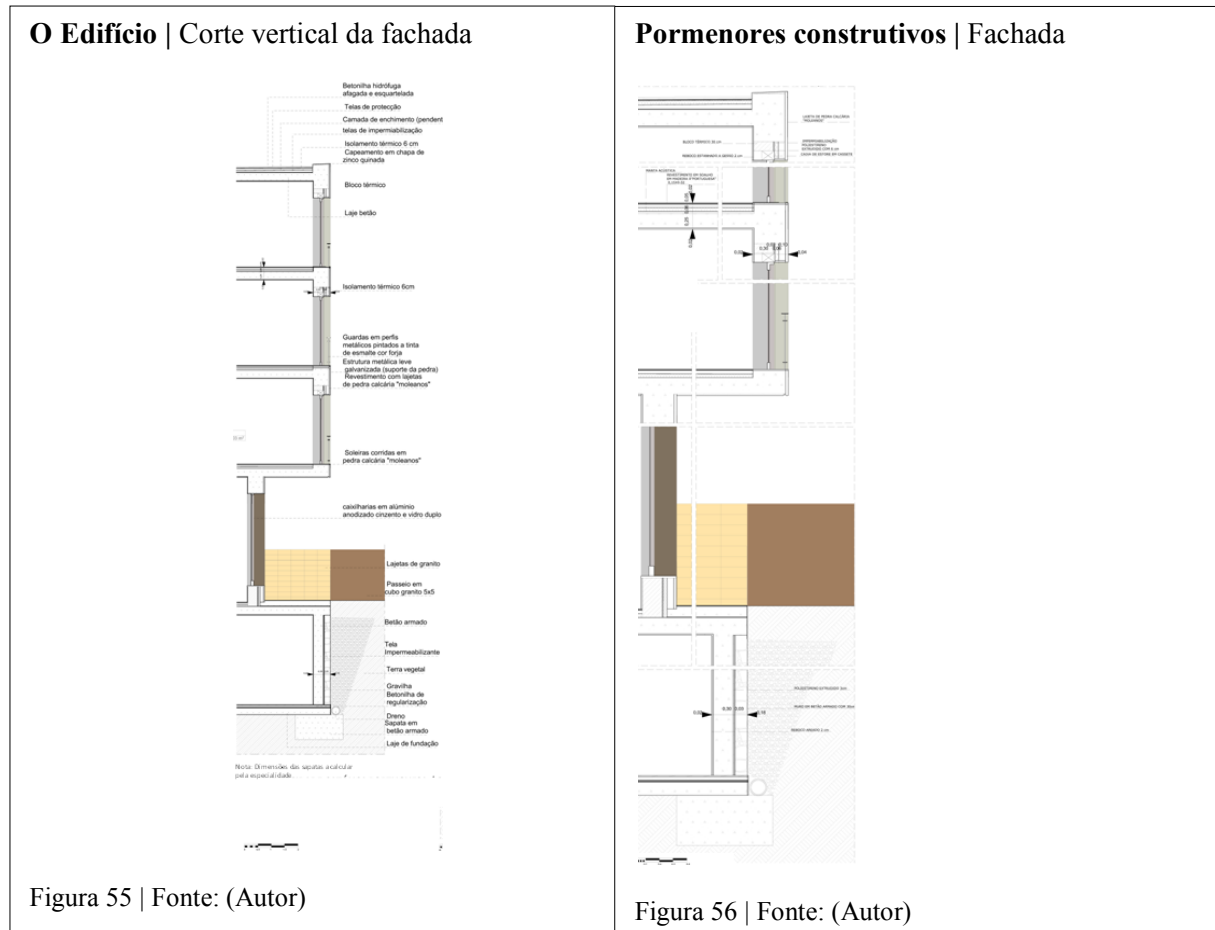


Figura 54 | Fonte: (Autor)

Optamos pela utilização de paredes divisórias interiores em alvenaria de tijolo bazado, rebocadas e estanhadas a gesso. A opção do uso do tijolo procura acrescentar massa térmica no interior e assim o edifício funcionar como uma “pilha”, nos períodos de passagem do aquecimento diurno pelo sol e arrefecimento durante a noite, por ausência deste. No interior regramos pela aplicação de materiais cujas características são a durabilidade, conforto, aparência e a segurança dos utilizadores. Nos pavimentos dos quartos o uso de tonalidade clara da madeira de ”Freixo”, em soalho tradicional é o efeito disso mesmo [Fig.57].



8.3. Espaços à escala humana

- **Da envolvente urbana ao edifício habitacional inclusivo**

Com a primeira parte do trabalho de Intervenção Urbana produzido no decorrer do 1º Semestre e a continuação de Renovação Urbana 2º semestre, ambicionamos fundamentalmente no primeiro caso aperfeiçoar e reorganizar os espaços da área urbana expectante de intervenção com o objectivo de valorizar a qualidade urbanística e paisagística na procura de captar população para a zona, mas para tal é necessário evitar/eliminar barreiras físicas que dificultam a mobilidade do indivíduo no meio urbano. No segundo caso ao nível do edifício habitacional, o objectivo passa por projectar espaços interiores geradores de autonomia, com melhor qualidade de vida para os diferentes grupos de utilizadores/moradores. Desta forma ambos os trabalhos são direccionados para a concepção de espaços de dimensão humana. Pensados numa optica de inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades temporárias, crianças e fundamentalmente idosos no espaço em estudo na cidade de Viseu.

Não cabe às pessoas acima referidas a obrigação de se adaptarem ao meio envolvente, pelo contrário é da responsabilidade da actual sociedade garantir ao máximo as condições de participação dos diferentes indivíduos, por forma a evitar a exclusão social.

No respeitante ao desenho desta porção de cidade, tivemos sempre presente a recusa de desenho da cidade moderna, racional, como uma espécie de modelo em que os objectos se repetem, procurando tal como Jane Jacobs ter como referência a cidade antiga, a riqueza das qualidades espaciais e as potencialidades de relações sociais e os problemas que aí também aconteciam.

A autora do livro “Morte e vida das grandes cidades americanas”, Jane Jacobs (1961) crítica veemente o que estava a acontecer na época, nas grandes metrópoles. Concretamente na cidade de Nova Iorque, com a implementação do modelo de renovação e planeamento urbano moderno ortodoxo (urban renewal). Nomeadamente os princípios e objectivos, que consistiam na destruição de bairros de lata e bairros desvitalizados, através da regeneração dessas áreas e fixação da classe média e do seu capital. Jane Jacobs defendia a importância da rua na

estrutura da cidade, como elemento essencial no funcionamento da comunidade, meio de garantir a segurança e como espaço público potenciador de encontros.

É certo que estamos a falar Nova Iorque, um contexto muito diferente do local de intervenção da cidade média de Viseu, com problemas que se transformarão em grandes, no respeitante a estrutura urbana, particularmente o elemento “ rua” e a perda de identidade da mesma.

Seguindo uma visão contemporânea como estratégia de desenho do novo espaço urbano, numa atitude contrária à construção em altura e os inconvenientes que essa opção acarreta, tais como problemas físicos e até psicológicos (nomeadamente na educação intelectual da criança), que vive longe do solo e privada do convívio inerente ao espaço público. Em Tóquio, a construção de arranha-céus é considerada um obstáculo à vivência dos indivíduos, situação que se agrava para o caso de pessoas idosas no contacto pessoal com os vizinhos. Na cidade de Viseu os edifícios não são da tipologia de arranha-céus, logo os problemas ainda não se colocam, mas é pertinente ter presente os problemas que acarretam os edifícios dotados de grande altura no futuro da cidade em constante mutação.

Procuramos dar importância ao programa, a forma como é executada a implantação no tecido urbano, a relação dos edifícios com a rua, a procura de alcançar a praça, a morfologia dos quarteirões, etc. Tendo em atenção as pré-existências, a preservação do local e da cultura urbana nas tipologias e modelos disponíveis, na busca da criação de lugares acolhedores e estimulantes a nível estético. Tudo isto é tido em conta, por entendermos serem estas as bases fundamentais atribuídas à cidade tradicional, para alcançar uma melhor cidade actual.

Tal como Jane Jacobs, a rua no nosso caso assume especial importância pelo motivo de facultar o contacto social e a integração de novas funções no edificado. Isto acontece mais ao nível do piso térreo pois a intenção é criar uma continuidade comercial ao longo da rua, funcionando como um organismo social e económico dinâmico.

Perante uma sociedade cada vez mais complexa, eis que surgiu um novo problema para os arquitectos; o de projectar para grupos anónimos. O programa passa a ter como objectivo definir requisitos para satisfazer o maior número de pessoas, neste caso utilizadores anónimos. Conquanto o seu principal objectivo seja de mudar as definições físicas dos espaços, querem ter agora ter mais controlo sobre os efeitos comportamentais das decisões tomadas. Pretendem desta forma que o seu edifício, os espaços, o mobiliário, satisfaçam aos mais diversos níveis, como o social e físico os utilizadores dos espaços.

Poderemos dividir o programa em três fases:

Dados programa (classificação das funções e dos espaços);

Requisitos de qualidade (nível de desempenho dos espaços em relação as necessidades);

Modelos de referência (bons exemplos de soluções).

Uma boa base sólida começa já a ser pertinente o recurso aos dados (POE) Post-Occupancy Evaluation, que em Portugal passou a designar-se (APO) Avaliação Pós Ocupação. Trata-se de uma ferramenta para Avaliação (levantamento de informações) do desempenho real de edifícios segundo a perspectiva do utilizador, ao contrário do desempenho previsto pelos projectistas. Teve início em finais dos anos 1960, com incidência em edifícios como hospitais e escolas.

Zimmerman, A. e Martin, M. (2001), entendem por (POE) “[...] as the logical concluding stage of the design process, with the feedback loop providing a valuable platform for lessons to be learnt from occupiers. This identifies both how the existing space could be used more effectively, and provides information that could feed future design of similar buildings.” (Zimmerman, A. e Martin, M., 2001, pp. 168-174).

POE para estes autores será a fase vital no processo de projecto de um dado edifício, como forma a evitar resultados inesperados e também melhorar projectos que dentro da mesma tipologia, através da verificação dos problemas, quando o espaço já se encontra ocupado ou em uso, com a finalidade de obter informação a diversos níveis, desde estrutural até ao conforto acústico, criando bases de dados para ajudar os projectistas na execução de trabalhos futuros.

O método de projectar tem princípios e valores que pretende atingir, mas sempre direccionados para a qualidade de vida do homem no seu ambiente. Por conseguinte todo o homem tem uma identidade que o distingue. A sua dimensão própria ao nível biológico, psicológico e social. A sua personalidade única está ligada ao habitat e ao modo de vida, a cultura, etc.

Quando um individuo é autónomo significa que a sua realização é plena enquanto pessoa, resultado de um processo que depende da interacção dele com os seus contextos de vida e as condicionantes de acessibilidade com que se depara no dia-a-dia.

Ambientes pensados para determinados indivíduos vão vedar ou dificultar a utilização de uma grande parte de outros, logo a privação da liberdade de acção de um indivíduo é um desrespeito pela vida individual e da sociedade.

Sintetizando o conceito de Autonomia “como a capacidade individual de definir objectivos e de agir na direcção desta deliberação, mobilizando recursos e competências individuais e colectivas, gerindo e mediando processos no sentido de alcançar os resultados desejados” (CRPG-Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, 2007, p. 59).

A autonomia está relacionada com as alterações ao longo do ciclo de vida da diversidade de conjuntos de pessoas que de alguma maneira tem necessidade de mobilidade em alguma fase da vida como: crianças, grávidas, idosos, pessoas com incapacidades e que apresentam necessidades de orientação e comunicação.

O indivíduo quando na fase de criança a dificuldade reside na dimensão e relacionamento com um mundo desadequado da sua escala. No transcorrer da vida todos os indivíduos podem ser confrontados com alguma forma de incapacidade permanente ou não, ao nível físico, psíquico e sensorial.

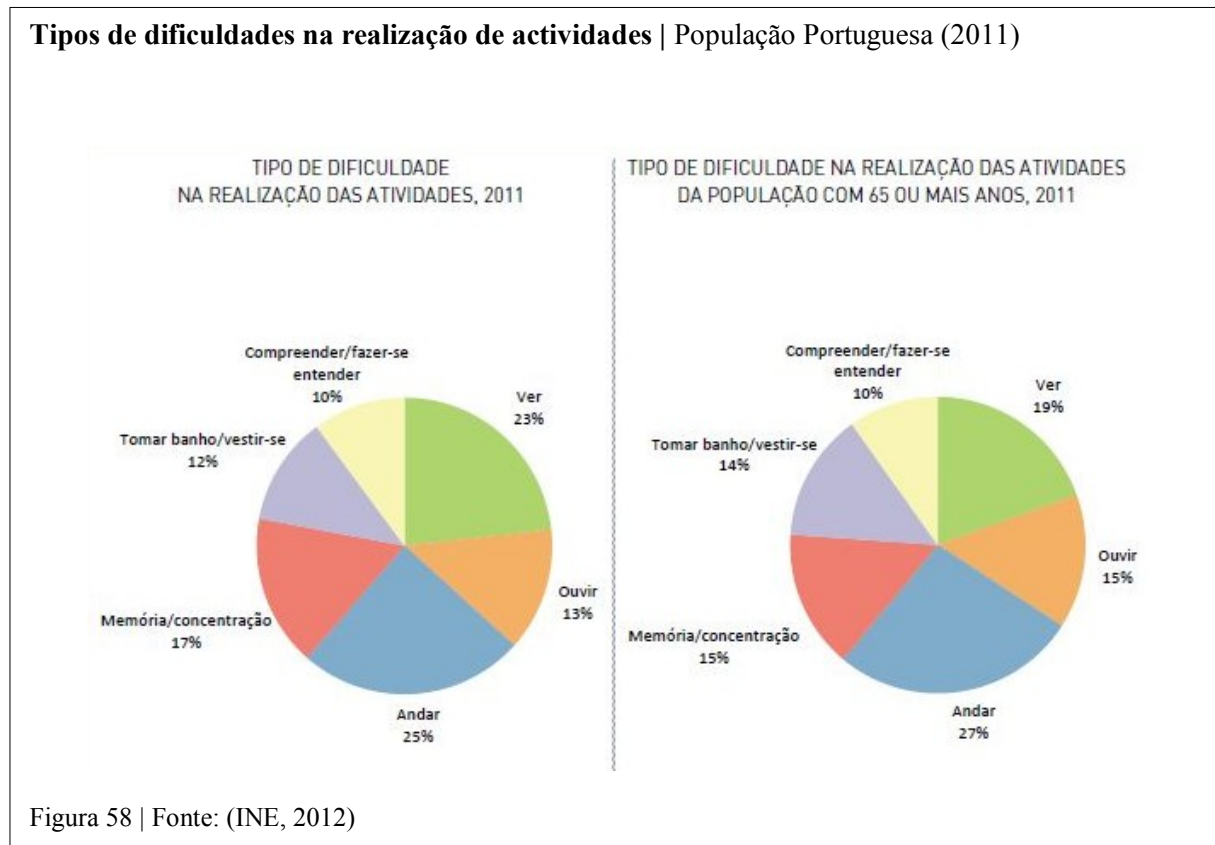
O aumento do envelhecimento da sociedade e a maior percentagem de pessoas com deficiências acarreta desajustamento entre as suas capacidades e o meio. Por outro lado cresce a preocupação em assegurar a essas pessoas melhores condições por parte da sociedade de forma a proporcionar-lhe qualidade de vida.

O dia-a-dia normal de um indivíduo pode ser alterado depois de agravamento súbito de estado de saúde ou após um acidente. Uma grande parte das habitações não se encontram preparadas para servir pessoas que de um momento para outro passaram a ter mobilidade reduzida, por isso é necessário preocupar-nos em dotar essas moradias de capacidades para assegurar a autonomia/dependência dessas pessoas.

A nível mundial, assistimos a um maior risco de deficiência na velhice, conforme estimativas de 2010, da OMS- Organização Mundial de Saúde, mais de um bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 15% da população mundial.

Em Portugal, de acordo com os resultados dos Censos 2011, do INE, aproximadamente 17,8% (taxa de prevalência) da população com 5 ou mais anos de idade declarou ter muita dificuldade, ou não conseguir realizar, pelo menos uma das 6 actividades diárias (ver, ouvir,

andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se, compreender/fazer-se entender). O problema acentua-se com 50% da população idosa (65 ou mais anos) que tem muita dificuldade ou não consegue realizar pelo menos uma das 6 actividades do seu dia-a-dia. Dificuldades que afectam um total de 995 213 pessoas idosas, mais de metade das quais (565 615) vivem sozinhas ou acompanhadas unicamente por outros idosos [Fig.58].



Segundo dados da mesma fonte os problemas músculo-esqueléticos e dificuldades na mobilidade, (andar e subir degraus), representando 27%, constituíam respectivamente o principal problema de saúde e a principal dificuldade para a população que respondeu ao inquérito.

Sabemos que existe uma distinção entre pessoas deficientes (portadoras de limitações ou incapacidade para o desempenho de actividades) e de mobilidade reduzida, (não sendo deficiente, mas tem dificuldade em movimentar-se num determinado período de tempo ou

mesmo para toda a vida da redução de mobilidade). Neste grupo podem incluir-se pessoas com deficiência ao nível visual, idosos, utilizadores da cadeira de rodas, etc.

Por outro lado as pessoas que passam pelas situações acima descritas, assim como as mais idosas passam a depender mais da habitação, logo tornam-se mais sedentárias pelo que contribuem para um dos grandes problemas que se verifica na actual sociedade: o isolamento e o esquecimento.

É lógico que o objectivo é proporcionar a essas pessoas condições de acessibilidade do meio físico de forma que nos diferentes espaços (o bairro, a habitação, os espaços envolventes, etc.) todos os indivíduos se integrem nessa comunidade e lhe dêem vida.

A acessibilidade à habitação começa nos espaços exteriores do bairro envolvente, logo as condições de acessibilidade físicas são indispensáveis desde a chegada do carro e estacionamento até ao passeio e passadeira, zona de entrada no edifício.

- **A envolvente Urbana**

Além das dimensões já abordadas da configuração física das cidades e a dimensão social. Surge também num importante plano a função simbólica da cidade, associada a símbolos e a imagens expressas pelas suas estruturas físicas e identicamente os habitantes no dia-a-dia associados aos valores, sentimentos e acontecimentos.

A semelhança do autor Gordon Cullen (1961), a imagem do espaço Urbano é de extrema importância, pois já nos meados dos anos 60, valorizava as sequências espaciais da cidade (pormenores dos pavimentos até ao mobiliário urbano). Outros como Kevin Lynch (1997) chamavam já atenção para o desenho urbano na procura de uma boa imagem da cidade.

Com a introdução de novos elementos arquitectónicos no contexto urbano, pretendemos obter relações formais, pontuadas por contrastes súbitos e impacto visual num movimento sequencial do observador no espaço, tal como foi analisado por Gordon Cullen (1961), na obra *Townscape*, na visão serial dos percursos dos caminhantes.

A imagem é tratada como elemento a ter em especial atenção pois tem influência no comportamento social na maneira como os indivíduos agem psicologicamente. Fazem parte das preocupações de Kevin Lynch, assim como é nossa preocupação explicar a imagem

arquitectónica que procuramos e também entender a imagem colectiva que os habitantes pretendem, ou melhor, através do emaranhado de ruas, dos espaços e edifícios, elaborar uma paisagem urbana coerente.

A nossa preocupação foi dar sempre grande importância ao entendimento arquitectónico e de memória do território herdado. Cientes que a arquitectura é uma forte componente de organização e transformação do território. Procurando novos programas, emprego de materiais, estruturas, formas, etc. Utilizados actualmente nos mais recentes trabalhos de referência.

O impacto do ambiente exterior é fundamental para a mobilidade a qualidade de vida e a independência dos idosos e pessoas com mobilidade condicionada, por estes motivos as cidades tem vindo a efectuar melhorias na procura de melhores acessibilidades e segurança também para essas pessoas, que se encontravam esquecidas.

A beleza da envolvente natural da cidade é importante como modo de trazer calma/tranquilidade ao local, os espaços verdes são características amigas do ambiente, mas devem ser usufruídos por todos. Desta forma realçar a importância do espaço verde e os seus efeitos positivos (físicos e psicológicos) nas crianças e idosos.

Esse acesso a todos (bicicletas, animais, etc.) em grande movimento, também pode acarretar problemas de limitação para os idosos. Pensamos que o acesso restrito a uma determinada área a determinados utilizadores não é a solução. O espaço pode ser demarcado por zonas para que o conflito entre utilizadores de capacidades distintas seja minimizado.

A segurança do ambiente dessas pessoas é factor importante para que possam movimentar-se na comunidade, quer durante o dia quer na saída do idoso à noite. A saída nocturna é ainda muito pouco pensada por parte dos projectistas, além de ter esse idoso pela frente todos os problemas de iluminação, violência, obstáculos, etc. A nossa proposta passa por exemplo em colocar reflectores em obstáculos, e no respeitante à iluminação pública da superfície das ruas estas serão iluminadas por fontes que aproximam da visão tridimensional normal, e não a utilização de fontes de luz uniforme sem zonas de escuridão em que qualquer silhueta possa ser interpretada como sendo cão, carro, homem, etc. Porque na visão em silhueta, quando sobreposta a outra, só pode ser vista uma delas, o que pode causar acidentes graves acidentes, segundo Gordon Cullen (1961).

Os passeios devem ser acessíveis ou seja, executados com pavimentos de superfícies lisas e antiderrapante, largura suficiente e que em condições atmosféricas adversas consigam ser minimamente seguros para os seus utilizadores.

Os semáforos com contador visual e sonoro são uma boa opção, pois estes permitem saber o tempo disponível para efectuar a travessia com segurança.

As pessoas com dificuldade de movimentação ao encontrarem obstáculos na cidade, associada a ausência de casas de banho públicas, tendem a evitar sair e viver a cidade, refugiam-se assim nas suas casas.

Mas por sua vez as casa também tem obstáculos e por vezes vivem na solidão sem ninguém por perto, que os possa ajudar no caso de queda (caso o acidente ocorresse na rua havia sempre alguém a socorrer).

- **O edifício habitacional inclusivo**

Só recentemente, se tomou consciência nos países mais industrializados que a percentagem da população em que o uso das habitações não era o adequado, pelo rápido envelhecimento populacional e dos constrangimentos que a inacessibilidade à habitação por parte de determinados indivíduos, veio gerar uma nova abordagem da problemática com o aparecimento do chamado Design Universal em 1987, com o arquitecto norte-americano Ron Mace.

O conceito de Design Universal é mais abrangente que a acessibilidade ” [...] conceito defende que o meio construído deve ser projectado para todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, põe a ênfase na diversidade humana e procura soluções que beneficiem simultaneamente as pessoas com deficiência e a população em geral.” (Simões, J. F, e outros, 2010, p. 8).

É nosso parecer que ciências como Antropometria e Ergonomia, na prática de projecto estão direccionadas para as soluções de bitola, que correspondem ao individuo médio. Por sua vez excluem os individuo que não correspondem aos parâmetros do “homem padrão”.

Um outro conceito mais completo o Design Inclusivo “ [...] procura encontrar soluções que beneficiem a população em geral, dando contudo especial atenção àqueles segmentos da população que se encontram discriminados.” (Simões, J. F, e outros, 2010, p. 8).

Desta forma os projectos de habitação deverão prever uma flexibilidade máxima para que na sua adaptação seja fácil ao maior número de utilizadores.

O planeamento de um espaço adaptado aos requisitos de utilização diária de um usufruidor de mobilidade condicionada deverá considerar além dos dispositivos próprios, os critérios, normas, valores antropométricos, etc. Os espaços onde a preocupação é acrescida são as cozinhas e instalações sanitárias.

Temos a ideia que para uma grande maioria das famílias portuguesas a cozinha tem muita importância no dia-a-dia, pois é neste local da habitação que passam uma grande parte do tempo, e por conseguinte este espaço deverá possuir uma área generosa e ao mesmo tempo responder às exigências funcionais actuais para este tipo de espaço.

No caso das cozinhas ao baixar a altura da bancada para facilitar quem anda de cadeira de rodas, não é considerada uma boa opção, pois pôde trazer problemas de desconforto para quem utiliza a mesma bancada mas de pé.

No entanto a preocupação ao nível do edifício começa logo na entrada que tem que ser de fácil identificação, pensando na alteração cromática do pavimento para pessoas com dificuldade visual. Sendo o *hall* a entrada onde se estabelece a ligação, público/privado, um elemento de grande tensão espacial e formal no edifício. Já Vitruvius e Palladio tinham preocupações com esse tipo de espaço.

Preocupação que se propaga aos espaços comuns, comunicações horizontais e verticais, rampas, elevadores e especial atenção as escadas com medidas e patamares que possibilitem o percurso de evacuação em caso de incêndio.

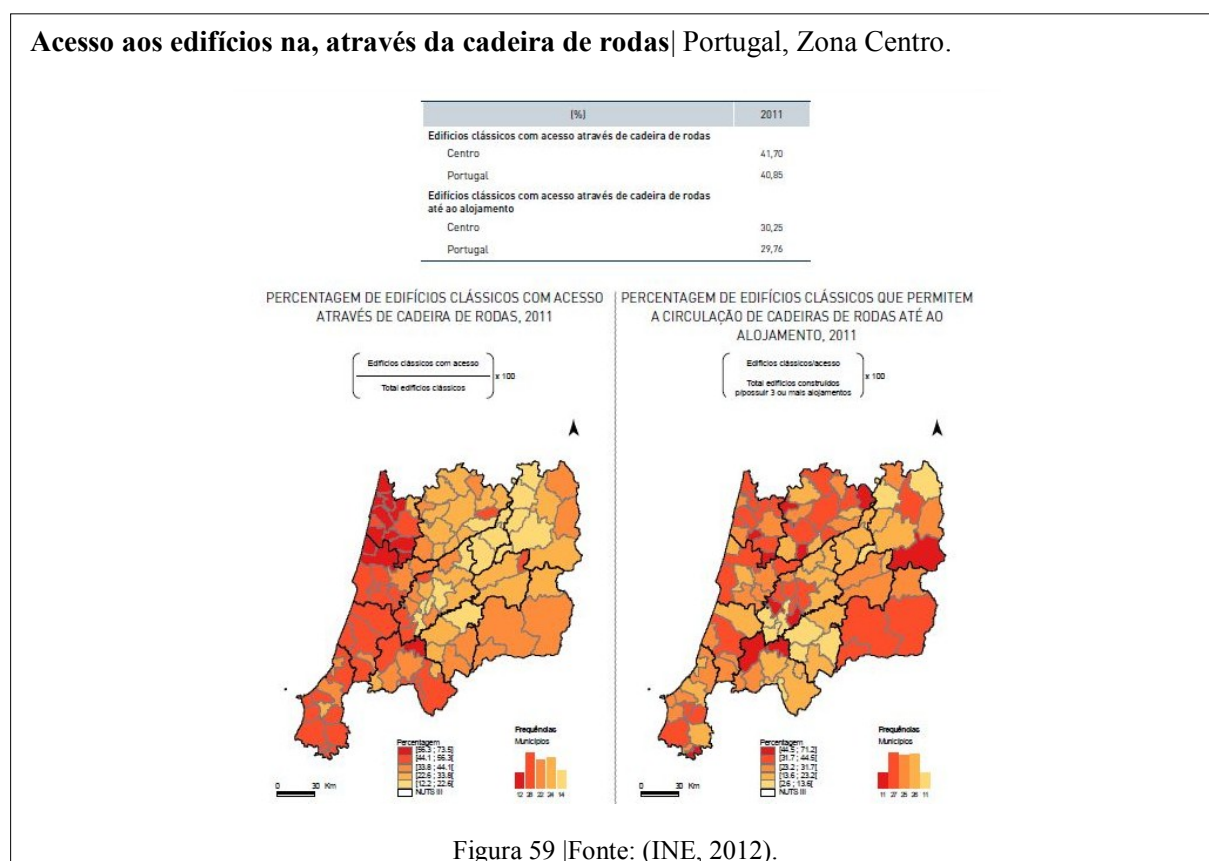
A orientação solar dos edifícios no trabalho do novo empreendimento habitacional teve muita importância, por um lado os fogos ficam mais iluminados e ventilados de forma natural quer pela luz solar diurna quer pela ventilação cruzada, condições que vão compor a temperatura do ambiente interior. Como tornar mais confortável, reduzindo os custos e trazendo benefícios ao nível da saúde. Especialmente útil para pessoas com problemas de mobilidade que permanecem muito tempo no interior das habitações.

No meio edificado surge como preocupação em facultar a esses espaços a acessibilidade e por conseguinte a inclusão social de pessoas com no ambiente da habitação multifamiliar através da prática inclusiva ou seja facultar a realização de actividades do dia-a-dia, neste espaço

físico, pela criação de soluções de forma a equiparar as condições com os demais utilizadores, e sem excluir grupos específicos. A inclusão social só existe se estiver mais do que acessibilidade num espaço, este espaço deve possuir acessibilidade ambiental, segundo Dischinger (2004)

Anderson (2003) diz que a inclusão é um processo que acontece quando todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades de acção no contexto social, sendo capazes de fazer as suas escolhas baseadas nos seus interesses e nas suas competências.

Os resultados dos Censos 2011 do (Instituto Nacional de Estatística, 2012) em Portugal indicam que apenas 40,85% dos edifícios clássicos é acessível por pessoas com mobilidade condicionada através de cadeira de rodas. E isto agrava-se na acessibilidade até aos alojamentos através de cadeira de rodas é ainda menor que aos edifícios, apenas 29,76% dos edifícios com 3 ou mais alojamentos, dispõem de espaço comum no seu interior que permita a circulação em cadeira de rodas até à entrada do alojamento. Ainda comparando a acessibilidade aos edifícios, os resultados mas para a zona Centro, onde se enquadra Viseu, temos segundo a mesma fonte na página 69, edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas uma percentagem de 41,70% e 30,25% para edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas até ao alojamento [Fig.59].



Geralmente há a ideia que a habitação acessível será mais cara em relação a habitação corrente, mas estudos recentes vieram dizer que não é bem assim. Num estudo em 2004 elaborado pelo Centro Suíço para adaptação às pessoas com deficiências, diz que os custos adicionais variam com as dimensões do edifício, 1,65% a 3,4% para a construção de raiz e 3,96% a 3,99% na adaptação de edifícios existentes. Este estudo encontra-se no documento, “Uma casa para a vida” aplicação do *design* inclusivo à habitação, na página 9.

O Design Inclusivo ao lado do conforto e dos materiais de acabamentos é um dos factores de qualidade da habitação. Tal como as habitações acessíveis são um factor importante de diminuição de custos tanto para o seu proprietário ou inquilino como para a sociedade.

Relativamente às polémicas normas técnicas como o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, que rege as normas técnicas de acessibilidade a cumprir nos edifícios de habitação, quer nos espaços comuns (quando existam), quer na área privativa do fogo.

Algumas das disposições foram já tidas em atenção no projecto de renovação nos fogos de a habitação nomeadamente:

Estacionamento acessível – Nos edifícios com capacidade superior a 12 lugares de estacionamento, foram previstos lugares acessíveis, estes não estão afectos a nenhuma fracção (no entanto de uso exclusivo do condomínio).

Casa adaptável – Procurámos cumprir as normas definidas para a área privativa, pensando num fogo adaptável, ou seja, um espaço onde o morador poderá, no futuro, adaptar às suas necessidades sem a necessidade de grandes custos nem complexidade de natureza técnica. Desta forma foram inscritos círculos de área livre com 1,50 m de diâmetro no interior dos espaços como instalações sanitárias e cozinha (conforme exigências regulamentares de raiz) caso não o fosse, mais tarde seria muito difícil a inserção.

Começa a existir uma preocupação ao construir e dotar as novas casas de capacidade para viverem idosos, no caso do México em que 1% das casas tem que ser apropriadas para alojar as pessoas idosas. Soluções como instalação de chuveiros em detrimento da banheira, interruptores em posições mais baixas, etc. Dados que podemos verificar no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, 2007, página 31.

Quando analisámos a importância atribuída à ligação indivíduo/comunidade de vizinhança, leva-nos a concluir que quanto mais promovemos as relações de vizinhança nos espaços comuns dos edifícios, maior será a “segurança psicológica” no seu ambiente. A varanda é um espaço exterior muito valorizado pelos idosos para interagir com a comunidade, que parece ser um pouco esquecida na arquitectura multifamiliar, mas que no presente projecto é enaltecida como complemento da vivência da sala.

A habitação adequada e bem localizada em relação aos serviços e infra-estruturas é mais valorizada pois permite ao idoso um envelhecimento confortável e seguro ao longo da vida. No entanto para que um edifício seja amigo das pessoas idosas é necessário que cumpra as características como o uso de elevadores, rampas, portas e passagens largas, etc.

O uso de lojas de comércio local perto das zonas de residência é no nosso entender uma ideia excelente, para o fácil acesso aos produtos essenciais de consumo.

A opção de prever um leque de escolhas de habitações nos diferentes quarteirões é importante, isso acontece no presente projecto, porque dá a oportunidade de ter um alojamento de tipologia mais modesto ou escolher ir para o lar de terceira idade na proximidade, onde logo ao lado brincam as crianças (de um jardim de infância) ou mesmo utilizar os espaços verdes. É desta forma evidente a preocupação de integração destas pessoas na comunidade e a recusa da criação de guetos como os que se assiste actualmente. Onde grandes complexos residenciais servem de “depósito” de idosos.

No interior da habitação o idoso tem a preocupação em que o espaço seja suficiente amplo para se movimentar livremente. Para aumentar ainda mais o sentimento de segurança na sua própria casa podem ser tomadas medidas tais como: a vídeo vigilância, colocação de alarmes de emergência.

Como sabemos os idosos podem ser confrontados por dois comportamentos distintos por outras pessoas, as que o respeitam ou por outro lado faltam a consideração, por parte da família da comunidade, etc. Entendemos que estas atitudes dependem de vários factores como a cultura, estado de saúde, situação financeira, país, etc. No caso concreto de Portugal a aceitação do idoso por parte da sociedade, segundo os dados fornecidos pelo sector de análise da opinião pública da Comissão Europeia, Special Eurobarometer 378 -Active Ageing 2012, página 23, em que cerca de 66% das pessoas inquiridas têm aceitação positiva relativamente aos indivíduos de 55 e mais anos e cerca de 20% tem uma atitude negativa, enquanto a

realidade nos 27 países da União Europeia, 61% pensam de forma positiva e 28% de forma negativa.

De uma forma geral os idosos nas diferentes partes do globo são respeitados, tem atendimentos prioritários, mas acontece também o oposto, por vezes as pessoas são impacientes, para os idosos que conduzem, por vezes são criticados pela forma de vestir e ainda por serem vítimas de agressões verbais e físicas, alguns considerados inúteis e fardos na sociedade, geralmente os idosos doentes ou portadores de alguma deficiência. A auto-estima do idoso aumenta quando a cultura lhe reconhece a importância, quando é respeitado e incluído na sociedade.

Soluções que apontem para a organização de actividades intergeracionais, reuniões de idosos e actividades variadas os resultados de inclusão do idoso na sociedade são positivos, pois a comunidade reconhece o valor do contributo dos idosos no passado e no presente. O tamanho da cidade também condiciona essa inserção do idoso na sociedade, pelo que um dos motivos que em nosso entender contribui para que tal aconteça é a tendência individualista crescente nas cidades actuais, tema que já abordámos neste texto.

Mas os idosos que vivem com a família estão em vantagem, não correm o risco de isolamento social, (situação que no nosso país tem vindo a mostrar sinais de preocupação) pelo facto de continuarem a ter cuidados, ter o carinho dos filhos/netos e manterem ao mesmo tempo o estatuto social. Considerando estes casos, introduzimos no edifício, concretamente na tipologia de T4, um quarto de dormir, próximo do quarto de casal e também da Instalação Sanitária privativa, para uma possível e rápida ajuda em caso de necessidade de o idoso ser socorrido, por algum motivo. Por exemplo um idoso acamado ao cuidado da família instalado neste quarto, tem na proximidade a Instalação Sanitária para a higiene diária e logo em frente o quarto de alguém que zele por ele.

- **Convívio social habitacional**

A autora Tânia Ramos (2006) num estudo sobre a evolução da habitação no Brasil e em Portugal, compreendido entre os finais das décadas de 1970/1990, em virtude das alterações do conceito de habitar moderno. Princípios de linguagem racionalista que aparecem pela Carta de Atenas. Um dos motivos em que levou a necessidade de adaptação da arquitectura a

essas novas exigências. As alterações espaciais e volumétricas, as exigências em termos de segurança, de integração de lazer no espaço privativo e de relação de vizinhança.

Segundo autora, com o aparecimento dos novos espaços colectivos de habitar surgiu a necessidade de fomentar o convívio social entre os residentes, através da valorização dos espaços de uso comum no edifício, numa lógica de dar importância a um novo sector funcional (o de lazer) na unidade habitacional. No caso Português no bairro de Olivais Sul, (1960) em Lisboa é feito através de galerias e patamares de acesso vertical. No entanto no Brasil muitos edifícios na cidade de Brasília são providos espaços de convívio, pela libertação do edifício do solo através dos “pilotis”, ganhando desta forma área para uso colectivo, ou salas de condomínio ou então de festas, com a intenção de fomentar um contacto entre vizinhos mais do que o convívio formal de entrada e saída da habitação, aumentando do grau de satisfação em relação à habitação.

A autora refere as características do empreendimento de Telheiras, em Lisboa, principalmente a Praça Central no meio do bairro, como edificações que remetem para um espaço de unidade habitacional e uso de “família nuclear”. Ao mesmo tempo os edifícios demarcam um quarteirão aberto, que permite o atravessamento e partilha dos espaços interiores pela população residente, de forma a intensificar o processo de colectivização dos espaços envolventes com o comércio, a cultura e o lazer de utilização pública.

Chega à conclusão com base na análise aos inquiridos aí residentes, que um maior número de unidades habitacionais, por edifício (apesar da homogeneidade social) não é sinónimo de aumento de relações sociais. Em relação a inserção urbana do edifício habitacional e a proximidade excessiva a determinados edifícios, de equipamentos colectivos e vias, também não é factor positivo. Pelo contrário a presença de grandes áreas públicas livres nos espaços habitacionais é um factor positivo no estudo por ela elaborado.

No presente trabalho procuramos também prever espaços comuns de lazer, distribuídos em todos os pisos acima da cota de soleira, junto aos acessos verticais e com relação com o *hall* de acesso aos fogos, com o intento de funcionamento nos sentidos vertical e horizontal, com a finalidade de gerar convívio e maior dinâmica de relações entre vizinhos.

Tiramos partido arquitectónico através das varandas que consideramos essenciais para a observação e vivência exterior por parte das pessoas com pouca mobilidade e debilitadas, mas

fundamentalmente para todos os indivíduos no relacionamento entre ambiente interior/exterior.

- **Convívio social exterior: Quarteirão (Pátio)**

Um dos objectivos do plano urbano para a zona de intervenção era de conseguir um equilíbrio entre os elementos morfológicos (quarteirão, a rua a praça) distintivos da cidade tradicional e da cidade moderna. Apresentamos uma solução física para o terreno, que consiste numa nova forma de organização da tipologia edificatória do quarteirão, que originou num miolo interior sem restrições de utilização ao ser humano. Resultou num espaço em forma de pátio exterior, dotado de carácter público integrado no tecido urbano próximo, promovendo a permeabilidade pedonal e a visibilidade que são objectivos próprios da cidade contemporânea.

Relativamente à forma utilizada na concepção do quarteirão o pátio também segue a referência da obra de Siza. A configuração em planta tem o feitio de uma pirâmide no sentido horizontal. A forma volumétrica não é resultado do programa interior dos apartamentos, logo não existe “à priori”, mas sim é definida pelo avanço e recuo ao longo do processo de *design*. Também seguimos a ideia de Jane Jacobs em relação as dimensões dos quarteirões, pois estes devem ser de pequenas dimensões de forma a aumentar o número de ruas.

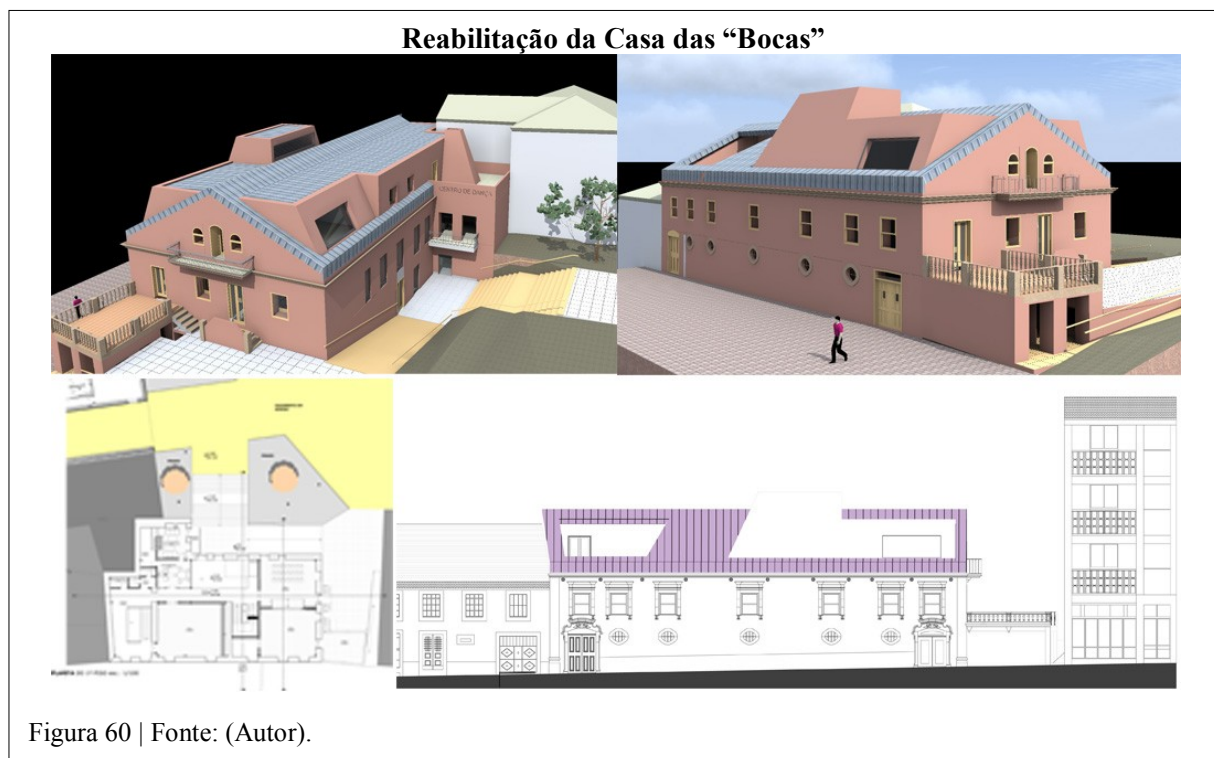
A percentagem de espaço vazio ocupada pelo pátio é de 0,65%, em relação à área total do quarteirão. No entanto o pátio pretende ser mais que uma forma, queremos um recinto à escala humana, que se deseja sossegado e tranquilo, na procura de vivência, como já referido anteriormente. Tem o intuito de criar cenários de expectativa nos percursos, e nas passagens mais estreitas pretende-se criar um efeito de pressão sobre as pessoas que aí passam. A permeabilidade pedonal destas aberturas é uma das características. Procura ainda intensificar a mobilidade no interior do pátio. O mesmo acontece com a possibilidade de visibilidade das ruas através do pátio e vice-versa. Cremos que alcance visual é bastante bom quanto ao reconhecimento das feições dos utilizadores, dentro do pátio e a partir andares dos edifícios pelos habitantes.

Numa lógica de continuar a pensar, toda a intervenção efectuada neste local, como um todo. Aproveitamos para fazer uma breve referência a forma de preservar o património existente não só numa perspectiva teórica de revitalizar as quintas de Viseu de interesse na zona com

novos usos de forma a preservar esse património. De modo a demonstrar que com uma arquitectura aliada com o espaço rural, inserido em meio urbano pode resolver problemas de integração/adaptação do ser humano à cidade. Mas igualmente através da reabilitação do património arquitectónico no caso do edifício situado na Rua João Mendes, na antiga Rua da Regueira, mais conhecido por “A Casa das Bocas”. Detentor de carácter e significado histórico, este solar foi construído na transição do século XVII para o XVIII, em Viseu. Actualmente encontra-se desabitado em avançado estado de ruína.

O objectivo passa por tornar o edifício novamente visível, com um desenho contemporâneo convivendo de forma pacífica com as pré-existências nomeadamente com a volumetria idêntica a encontrada na envolvente e dotá-lo de um novo uso, incorporando a actividade principal num Centro de dança multigeracional, de maneira a valorizar/dinamizar o local como também promover o convívio de toda a comunidade e a relação entre o complexo habitacional que se desenvolvia na envolvente.

Tendo sempre presente o respeito pela origem, o comportamento social e urbano e a utilização de processos construtivos. E ainda pela substituição de materiais idênticos aos originais tentando preservar ao máximo o que ainda existe.



V. Conclusão

Tivemos a constante preocupação de orientar o projecto na direcção de uma arquitectura mais contextualizada. De forma a não colocar em causa a imagem da cidade histórica de Viseu. Intervimos e tiramos partido da relação da natureza com a construção tão decisiva na arquitectura pelo lugar permanente que ocupa em qualquer projecto. A Contextualização dos edifícios pautou-se pela relação com a envolvente, através uma linguagem contemporânea. A nova edificação procura uma inserção urbana cuidada em diálogo com os edifícios característicos e com os elementos primários existentes no local promovendo a sua permanência. Como o aprendizado em arquitectura tem a ver com as referências, o facto de investigar estudos de caso ajudou o progresso do processo de *design*. Portanto não partimos do zero, foi no saber livresco e em outras fontes, que procurámos o que outros já fizeram de superior neste campo, na ânsia de aprender a fazer cada vez melhor.

Abordámos os conceitos e problemas referentes a arquitectura e a cidade, que persistem ao longo da história e que afligem o indivíduo na sociedade actual. Ambicionámos uma arquitectura mais direccionada para homem, com vista a proporcionar melhor qualidade de vida. Enriquecida de ambientes e espaços pensados para diferentes utilizadores com distintas necessidades. Na procura da melhor organização/articulação espacial e funcional do espaço de habitar, para tal foi necessário conhecer os hábitos, aspirações e necessidades de quem iria usar a habitação, através da análise do território da cidade de Viseu.

Julgamos ter alcançado a maioria dos pontos que se pretendiam inicialmente com o presente trabalho. Pontos como um forte vínculo entre a dimensão física dos elementos e os objectos da solução a nível de solução urbanística e arquitectónica e a dimensão social. Ou seja, o objectivo era conseguir que todos, independentemente da condição: Portadores de deficiência, idosos com das modificações fisiológicas decorrentes do processo de envelhecimento, devido a factores intrínsecos e extrínsecos de cada individuo, tivessem direito ao uso e vivência sem se sentirem excluídos dos espaços interiores e exteriores da cidade intervencionados. Proporcionar a todos especialmente aos idosos espaços físicos que os tornem activos na comunidade. Quer no espaço público, quer no privado da habitação procurou-se constantemente proporcionar a acessibilidade a todas as áreas e dependências.

Entendemos que a análise de um determinado local deverá ser amplamente explorada, nas diversas vertentes, por equipas de especialistas em diferentes matérias de forma a ter maior

conhecimento do território e das suas gentes. Neste caso não tivemos muito tempo para essa análise, tínhamos a questão de prazos temporais, próprios deste tipo trabalhos académicos. Para que a dimensão deste tema fosse mais amplamente explorado, pensamos que seria necessário ter mais informação sobre a cidade, como recorrer a inquéritos, entrevistas aos moradores. Pensamos que as pessoas que habitam o local conhecem melhor os problemas, porque vivem com eles no dia-a-dia. Através da arquitectura simples, intervindo nesta fracção de território da cidade de forma equilibrada, no ambiente natural e artificial, sempre na procura do ideal para todos os indivíduos ao nível da qualidade de vida do habitat, do convívio, da inserção e da coesão social. Este foi, e continuará a ser o nosso lema.

VI. Referências bibliográficas

- A Green Vitruvius, 2001. *Princípios e práticas de Projecto para uma arquitectura Sustentável*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Alves, F. M. B., 2003. *Avaliação da qualidade dos espaços públicos urbanos: Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Alves, F. M. B., 2004. *A visão do conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI*. [pdf] Porto: Faculdade de engenharia, 2º Congresso nacional da construção. Disponível em: <http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf> [Consultado a: 31 Outubro 2013].
- Beaujeu-Garnier, J., 1997. *Geografia Urbana*, Brito, R.S, Trad. Lisboa: Serviço da Educação.
- Benevolo, L., 1981. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Colecção dimensões, Editorial Presença/Martins Fontes.
- Benevolo, L., 1998. *A cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70.
- Brandão, P., 2002. *O chão da cidade: Guia de avaliação do design do espaço público*, Lisboa: Centro Português de Design.
- Cabrita, A. M. R. e Amaral, P. K., 2010. *Apresentação do guia para a reabilitação do centro histórico de Viseu*. Viseu: Camara Municipal de Viseu.
- Coelho, A.B., 2006. *20 Anos de Construção da Habitação Social*. Lisboa: Instituto Nacional da Habitação, LNEC.

- CRPG, 2005. *Mais qualidade de vida para as pessoas com deficiências e incapacidades- uma estratégia para Portugal* [pdf] Vila nova de Gaia: Centro de reabilitação profissional de Gaia. Disponível em: <http://www.crbg.pt/estudosProjectos/Projectos/modelizacao/Documents/Mais_qualidade_de_vida.pdf> [Consultado a: 19 Setembro 2013].
- Cullen G., 1983. *Paisagem Urbana*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.
- Delfante, C., 1997. *A Grande História da Cidade -Da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- de Solà-Morales, M., 2010. *Cerdà: Ensanche*. Barcelona: Edições UPC, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona.
- DGS, 2004. *Circular normativa, programa Nacional de Saúde das pessoas idosas, 2004* [pdf] Lisboa: Ministério da saúde N° 13/DGCG. Disponível em: <<http://www.portaldasaude.pt/NR/rdonlyres/1C6DFF0E-9E74-4DED-94A9F7EA0B3760AA/0/i006346.pdf>> [Consultado a: 3 Outubro 2013].
- Donne, M. D., 1990. *Teorias sobre a cidade (arte e comunicação)*. Lisboa: Edições 70.
- Dorneles, G., Ely, B., 2006. *Áreas livres acessíveis para idosos*[pdf] Curitiba: S.E. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/94801975/AREAS-LIVRES-ACESSIVEIS-PARA-IDOSOS>> [Consultado a: 8 Novembro 2012].
- Duarte, J.P., 2007. *Personalizar a habitação em série: Uma gramática discursiva para as casas da Malagueira de Siza*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- EUROPEAN COMMISSION, 2012. *Special Eurobarometer 378-Active Ageing* [pdf] Brussels: European Commission. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_378_en.pdf> [Consultado a: 20 Setembro 2013].

- EUROPEAN COMMISSION, 2012. *The 2012 Ageing Report: Economic and budgetary projections for the EU27 Member States (2010-2060)*[pdf] European Economy 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2012/pdf/ee-2012-2_en.pdf> [Consultado a: 20 Setembro 2013].
- Fernandes, G., 1994. *A Tentação da cidade*. Lisboa: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- Fernandes, I. M. F., 2012. *Quarteirões abertos*[pdf] Lisboa: Técnico, Dissertação de Mestre em Arquitectura. Disponível em: <<https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/1283451/1/Quarteir%C3%B5es%20Abertos.pdf>> [Consultado a: 1 Novembro 2013].
- Fernandes, J. M., 1991. *Cidades e arquitecturas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, J. M., 1991. *Synthèses de la culture portugaise, L'architecture*. Lisboa: Europalia, Imprensa Nacional-casa da moeda.
- Fortuna, C., 1995. *Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência* [pdf] Coimbra: Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/62.pdf>> [Consultado a: 17 Dezembro 2012].
- French, H. nd. *New Urban Housing*. América do Norte: Yale university press, Capítulo 2, p. 54.
- Goita F.C., 1982. *Cidades e história*. Lisboa: Coleção dimensões.

- Gomes, C.S., 2007. *Viver no centro da cidade: Práticas, discursos e representações sobre a baixa de Coimbra* [pdf] Coimbra: CES-Centro de estudos Sociais, Laboratório Associado a Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, Oficina nº280. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/simplesearch?query=carina+gomes&x=2&y=10>> [Consultado a: 15 Dezembro 2012].
- Heitor, T.V., 2001. *A vulnerabilidade do espaço em Chelas, uma abordagem sintáctica*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- INE, 2011. *Resultados Definitivos – Portugal* [pdf] Instituto Nacional de Estatística Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006985&selTab=tab10> [Consultado a: 10 Março 2013].
- IPHAN, 1933. *Carta de Atenas, CIAM* [pdf] Brasil: Congresso Internacional de Arquitectura Moderna. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>> [Consultado a: 31 Outubro 2013].
- Jacobs, J., 2001. *Morte e Vida das Grandes Cidades*. 2ª ed. São Paulo, Brasil: Martins Fontes
- Laborit, H., 1971. *O homem e a cidade*. Flamomaria: A. P. Salvação, Trad. 1990, Biblioteca universitária. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Lamas, J.M.R.G, 2004. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Textos universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Lemos, I.S., 2011. *Os interiores dos quarteirões: de Cerdà ao 22@* [pdf] Barcelona: Título de Mestrado em Desenho Urbano, Universidade de Barcelona. Disponível em: < <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/20646> > [Consultado a: 20 Outubro 2013].
- Lynch, K., 1997. *A imagem da cidade*. São Paulo, Brasil: Ed. Martins Fontes.
- Morais, J.S., 1995. *Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização espacial na Costa Vicentina*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- Moutinho M., 1995. *A arquitectura popular portuguesa, teoria da arte*. Lisboa: Editorial estampa.
- OMS, 2009. *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OMS, 2011. *World report on disability 2011* [pdf] São Paulo, Brasil: Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: < http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/index.html > [Consultado a: 30 Setembro 2013].
- Papanek, V., 1997. *Arquitectura e Design, Ecologia e Ética*. Lisboa: Edições 70.
- Pinard, J. e Bertrand, M. J., 1984. *Architecture de l'habitat urbain. La maison, le quartier, la ville* [pdf] Paris: Dunod Ed., vol. 122, nº 1, p. 373. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/noroi_0029182x_1984_num_122_1_4192_t1_0373_0000_2 > [Consultado a: 30 Agosto 2013].
- Portas, N. e Domingues, Á., 2003. *Políticas Urbanas- tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: CEFA/FC, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portoghesi, P., 1999. *Depois da arquitectura moderna*. Lisboa: Edições 70.

- Ramos, T.L.B., 2006. *Os espaços de habitar moderno: Evolução e significados, Os casos Português e Brasileiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação da Ciência e Tecnologia, Ministério do Ensino Superior.
- Rosa, M.J.P., 2012. *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Santos, B. S., 2002. *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* 2ª ed. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Savage, M. e Warde, A., 2002. *Sociologia Urbana Capitalismo Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Simmel, G., 2009. *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito* [pdf] Covilhã: Artigos Lusosofia, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georges_grandes_cidades_e_vida_do_esp_rit_o.pdf> [Consultado a: 3 Outubro 2013].
- Scruton, R., 1983. *Estética da arquitectura*. Lisboa: Edições 70.
- Simões, J. F., Braz, M., Gouveia, P. H., Bispo, R. e Lorena, M. J., 2010. “*Uma casa para a vida*” aplicação do design inclusivo à habitação [pdf] Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P, Disponível em: <<http://www.inr.pt/content/1/1154/uma-casa-para-vida-aplicacao-do-design-inclusivo-habitacao>> [Consultado a: 10 Março 2013].
- Siza, A., 2000. *Alvaro Siza, Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70.
- Tavares, M. A., 2003. *Além da geometria, uma aproximação ao método do arquitecto Hestness Ferreira*, Lisboa: Editorial estampa.

- UNFPA, 2011. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011* [pdf] Brasil: Fundo de População das Nações Unidas, Divisão de Informações e Relações Externas. Disponível em: < <http://www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>> [Consultado a: 30 Agosto 2013].
- TWB, 2013. *The World Bank* [pdf] Disponível em: < <http://wdi.worldbank.org/table/3.12>> [Consultado a: 30 Setembro 2013].
- Zeisel, J., 1986. *Inquiry by Design: Tools for Environment Behavior Research*, Cambridge. Mass.: MIT Press. Cap. 3, pp.46-75.
- Zimmerman, A. e Martin, M., 2001. “Post-occupancy evaluation: benefits and barriers”, *Building Research and Information*, Vol. 29 No. 2, pp. 168-174.
- Vale, A.L., 1946.” *Passeios e excursões de Viseu*”. Lisboa: in *Revista Turismo*, p.67.

VII. Índice de figuras

Capítulo 1 | A cidade

Figura 1 Vista aérea Cidade de Londres.....	13
Figura 2 Vista aérea da cidade antiga de Londres Estação de Waterloo 1917.....	13
Figura 3 Vista aérea da cidade antiga de Londres Estação de Waterloo 2006.....	13
Figura 4 Mapa de representação da selecção das cidades pré-históricas	15
Figura 5 Vista da antiga cidade de Çatalhöyük Durante as escavações de James Mellaart (1962/1965).....	15
Figura 6 O homem e a cidade Metro de Londres. Fonte: Time Travelleron, 2013.....	18
Figura 7 A evolução da cidade Xangai.....	18
Figura 8 Aumento da população Mundial Datas e número de indivíduos.....	21
Figura 9 Perspectivas Mundiais de Urbanização, revisão 2011 Distribuição da população urbana por maior área no mundo.....	22
Figura 10 Envelhecimento da População idosa População idosa em Portugal e no mundo.....	23
Figura 11 Portugal População, famílias, alojamentos e edifícios (2011)	24
Figura 12 OMS, Região Europeia: resumo estatísticas Portugal (2002 – 2012.....	24
Figura 13 Estrutura etária da população residente por sexo Portugal (2001 - 2011)....	25

Capítulo 4 | A arquitectura: Espaços de manifestação/relação social

Figura 14 Aplicações do modelo de quarteirões O ensanche de Cerdà em Barcelona.....	33
Figura 15 O Quarteirão de 1ª Era e 2ª Era Desenho de Christian de Portzamparc.....	35
Figura 16 Siza Vieira-Pavilhão Carlos Ramos Implantação e Planta do Piso.....	36

Capítulo 7 | Caracterização da área de análise/ intervenção

Figura 17 Localização da área de análise Cidade de Viseu.....	58
Figura 18 Área de análise Cidade de Viseu.....	59
Figura 19 Análise Hipsométrica Território da Cidade de Viseu.....	60
Figura 20 Análise Histórica de Viseu Casco Histórico (muralhas, as portas e traçados Romanos.....	62
Figura 21 Mapa Séc. XV e XVI.....	62
Figura 22 Mapa Séc. XIX.....	62
Figura 23 1º Levantamento da Cidade (1400-1500).....	64
Figura 24 Esquema da cidade Vias.....	66
Figura 25 Ocupação funcional do edificado Usos.....	68
Figura 26 Existências Vista do terreno (Sítio) para Sé.....	70
Figura 27 Vistas Delineamento de diferentes enquadramentos.....	70
Figura 28 Existências Vista para a Sé, desde a rua do Gonçalinho no cruzamento com a rua das “Bocas.....	70
Figura 29 Existências Espaços verdes.....	75
Figura 30 PDM de Viseu Planta de Condicionantes.....	76

Capítulo 8 | Proposta

Figura 31 Existente a manter Importante Mancha vegetal.....	79
Figura 32 Proposta Esquema das vistas.....	79
Figura 33 Proposta verde	80
Figura 34 Planta das vias	82

Figura 35 Proposta Inserção urbana dos edifícios . Fonte: Autor.....	85
Figura 36 Planta de vermelhos e amarelos Construir, demolir e manter.....	86
Figura 37 Pormenores Pavimentos.....	87
Figura 38 Pormenores Corredores de mobiliário.....	87
Figura 39 Edifícios propostos Vista do recinto para a Sé.	88
Figura 40 Plano geral da proposta	89
Figura 41 Edifícios propostos Aberturas ao nível do Rés-do-Chão	89
Figura 42 Edifícios propostos Perfil AB, Corte 02	90
Figura 43 Proposta Intervenção junto à escola/circunvalação.	90
Figura 44 Caldeira das árvores (tipo) Pormenor.	91
Figura 45 Planta geral Indicação do sector a desenvolver.	93
Figura 46 Planta do Rés-do-Chão Diferentes níveis.....	94
Figura 47 Quarteirões Volumetria.....	95
Figura 48 Quarteirões Planta dos pisos correntes.....	96
Figura 49 Quarteirões Planta da Cave.....	96
Figura 50 O Edifício Planta do Rés-do-Chão e Alçado Noroeste.....	97
Figura 51 O quarteirão Alçados.....	97
Figura 52 O quarteirão Cortes (transversal e longitudinal).....	98
Figura 53 Unidade habitacional T2 Esquema gráfico funcional.....	98
Figura 54 Unidade habitacional Planta da tipologia T2.....	99
Figura 55 O Edifício Corte vertical da fachada.....	100
Figura 56 Pormenores construtivos Fachada. Fonte:.....	100
Figura 57 pormenores construtivos Pavimentos e paredes divisórias interiores.....	100

Figura 58 Tipos de dificuldades na realização de actividades População Portuguesa (2011).....	105
Figura 59 Acesso aos edifícios na, através da cadeira de rodas Portugal, Zona Centro	110
Figura 60 Reabilitação da Casa das “Bocas”	116

VIII. Bibliografia de figuras

Capítulo 2 | A cidade

- Figura 1 | **Vista aérea** | Cidade de Londres. Fonte: High Photography/Rex Features, 2012, [online] Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2158842/London-Olympics-2012-Images-Houses-Parliament-bathed-morning-sun.html>> [Acedido 10 Março 2013].....13
- Figura 2 | **Vista aérea da cidade antiga de Londres** | Estação de Waterloo 1917. Fonte: Alan Richardson, 2009, [online] Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-1204508/Images-history-Rarely-seen-photographs-bring-1800s-London-life.html>> [Acedido 10 Agosto 2013].....13
- Figura 3 | **Vista aérea da cidade antiga de Londres** | Estação de Waterloo 2006. Fonte: Alan Richardson, 2009, [online] Disponível em: < <http://www.dailymail.co.uk/news/article-1204508/Images-history-Rarely-seen-photographs-bring-1800s-London-life.html>> [Acedido 10 Agosto 2013].....13
- Figura 4 | **Mapa de representação da selecção das cidades pré-históricas** | Na Turquia. Fonte: Çatalhöyük Research Project, nd, p.17 [doc] Disponível em: < <http://www.catalhoyuk.com/smp/>> [Acedido 10 Agosto 2013].....15
- Figura 5 | **Vista da antiga cidade de Çatalhöyük** | Durante as escavações de James Mellaart (1962/1965). Fonte: James Mellaart, nd, p.17 [doc] Disponível em: < <http://www.catalhoyuk.com/smp/>> [Acedido 10 Agosto 2013].....15
- Figura 6 | **O homem e a cidade** | Metro de Londres. Fonte: Time Travelleron, 2013, [online] Disponível em: <<http://www.thenandnowphotos.com/london-underground/>> [Acedido 10 Março 2013].....18
- Figura 7 | **A evolução da cidade** | Xangai. Fonte: Time Travelleron, [online] Disponível em: < <http://www.thenandnowphotos.com/places/page/3/>> [Acedido 10 Março 2013].....18
- Figura 8 | **Aumento da população Mundial** | Datas e número de indivíduos. Fonte:

UNFPA/ONU, 2012. *População das Nações Unidas* [pdf] Disponível em: <<http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>> [Acedido 15 Abril 2013].....21

Figura 9 | **Perspectivas Mundiais de Urbanização, revisão 2011** | Distribuição da população urbana por maior área no mundo. Fonte: Nações Unidas, 2012. *Divisão de População: Perspectivas Mundiais de Urbanização, a Revisão 2011* [online] Nova Iorque: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/>> [Acedido 20 Setembro 2013].....22

Figura 10 | **Envelhecimento da População idosa** | População idosa em Portugal e no mundo. Fonte: OMS, 2013 [online] Organização mundial de Saúde, 2013. Disponível em: <<http://apps.who.int/gho/data/node.main>> [Acedido 20 Setembro 2013].....23

Figura 11 | **Portugal** | População, famílias, alojamentos e edifícios (2011) Fonte: INE, 2012 *Censos 2011* [pdf] Instituto Nacional de Estatística, 2012. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pccensos=61969554> [Acedido 20 Setembro 2013].....24

Figura 12 | **OMS, Região Europeia: resumo estatísticas** | Portugal (2002 - 2012). Fonte: OMS, 2012, [online] Disponível em: <<http://apps.who.int/gho/data/node.country.country-PRT?lang=en#>> [Acedido 3 Setembro 2013]24

Figura 13 | **Estrutura etária da população residente por sexo** | Portugal (2001 - 2011). Fonte: INE, 2012 [pdf] INE, *Censos 2011*. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pccensos=61969554> [Acedido 20 Setembro 2013].....25

Capítulo 4 | A arquitectura: Espaços de manifestação/relação social

Figura 14 Aplicações do modelo de quarteirões O ensanche de Cerdà em Barcelona. Fonte: Autor.....	33
Figura 15 O Quarteirão de 1ª Era e 2ª Era Desenho de Christian de Portzamparc. Fonte: Inês Fernandes, 2012 [pdf] Disponível em: < https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/1283451/1/Quarteir%C3%B5es%20Abertos.pdf > [Acedido 10 Setembro 2013].....	35
Figura 16 Siza Vieira-Pavilhão Carlos Ramos Implantação e Planta do Piso. Fonte: Francisco do Vale, nd. [online] Blogue arkitectos. Disponível em: < http://arkitectos.blogspot.pt/2007/06/pavilho-carlos-ramos-faup-arq-lvaro.html > [Acedido 10 Setembro 2013].....	36
 Capítulo 7 Caracterização da área de análise/ intervenção	
Figura 17 Localização da área de análise Cidade de Viseu, Freguesia de São José. Fonte: Autor	58
Figura 18 Área de análise Cidade de Viseu, Freguesia de São José. Fonte: Autor	59
Figura 19 Análise Hipsométrica Território da Cidade de Viseu. Fonte: Autor.....	60
Figura 20 Análise Histórica de Viseu Casco Histórico (murallas, as portas e traçados romanos). Fonte: Autor.....	62
Figura 21 Mapa Séc. XV e XVI. Fonte: Anon., nd.....	62
Figura 22 Mapa Séc. XIX. Fonte: Anon., nd.....	62
Figura 23 1º Levantamento da Cidade (1400-1500). Fonte: Anon., nd.....	64
Figura 24 Esquema da cidade Vias Fonte: Autor.....	66
Figura 25 Ocupação funcional do edificado Usos. Fonte: Autor.....	68
Figura 26 Existências Vista do terreno (Sítio) para Sé. Fonte: Autor.....	70

Figura 27 Vistas Delineamento de diferentes enquadramentos. Fonte: Autor.....	70
Figura 28 Existências Vista para a Sé, desde a rua do Gonçalinho no cruzamento com a rua das “Bocas”. Fonte: Autor.....	70
Figura 29 Existências Espaços verdes. Fonte: Autor.....	75
Figura 30 PDM de Viseu Planta de Condicionantes. Fonte: Autor.....	76

Capítulo 8 | Proposta

Figura 31 Existente a manter Importante Mancha vegetal. Fonte: Autor.....	79
Figura 32 Proposta Esquema das vistas. Fonte: Autor.....	79
Figura 33 Proposta verde . Fonte: Autor.....	80
Figura 34 Planta das vias . Fonte: Autor.....	82
Figura 35 Proposta Inserção urbana dos edifícios . Fonte: Autor.....	85
Figura 36 Planta de vermelhos e amarelos Construir, demolir e manter. Fonte: Autor....	86
Figura 37 Pormenores Pavimentos. Fonte: Autor.....	87
Figura 38 Pormenores Corredores de mobiliário. Fonte: Autor.....	87
Figura 39 Edifícios propostos Vista do recinto para a Sé. Fonte: Autor.....	88
Figura 40 Plano geral da proposta . Fonte: Autor.....	89
Figura 41 Edifícios propostos Aberturas ao nível do Rés-do-Chão. Fonte: Autor.....	89
Figura 42 Edifícios propostos Perfil AB, Corte 02. Fonte: Autor.....	90
Figura 43 Proposta Intervenção junto à escola/circunvalação. Fonte: Autor.....	90
Figura 44 Caldeira das árvores (tipo) Pormenor. Fonte: Autor.....	91
Figura 45 Planta geral Indicação do sector a desenvolver. Fonte: Autor.....	93
Figura 46 Planta do Rés-do-Chão Diferentes níveis. Fonte: Autor.....	94

Figura 47 Quarteirões Volumetria. Fonte: Autor.....	95
Figura 48 Quarteirões Planta dos pisos correntes. Fonte: Autor.....	96
Figura 49 Quarteirões Planta da Cave. Fonte: Autor.....	96
Figura 50 O Edifício Planta do Rés-do-Chão e Alçado Noroeste. Fonte: Autor.....	97
Figura 51 O quarteirão Alçados. Fonte: Autor.....	97
Figura 52 O quarteirão Cortes (transversal e longitudinal). Fonte: Autor.....	98
Figura 53 Unidade habitacional T2 Esquema gráfico funcional. Fonte: Autor.....	98
Figura 54 Unidade habitacional Planta da tipologia T2. Fonte: Autor.....	99
Figura 55 O Edifício Corte vertical da fachada. Fonte: Autor.....	100
Figura 56 Pormenores construtivos Fachada. Fonte: Autor.....	100
Figura 57 pormenores construtivos Pavimentos e paredes divisórias interiores. Fonte: Autor.....	100
Figura 58 Tipos de dificuldades na realização de actividades População Portuguesa (2011). 2012 [pdf] INE, Instituto Nacional de Estatística, 2012. Disponível em: < <a href="http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pce
nsos=61969554">http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&conte xto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pce nsos=61969554 > [Acedido 18 Setembro 2013].....	105
Figura 59 Acesso aos edifícios na, através da cadeira de rodas Portugal, Zona Centro [pdf] INE, Instituto Nacional de Estatística, 2012. Disponível em: < <a href="http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&conte
xto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pce
nsos=61969554">http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&conte xto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pce nsos=61969554 > [Acedido 18 Setembro 2013].....	110
Figura 60 Reabilitação da Casa das “Bocas” . Fonte: Autor.....	116

IX. Anexos

- **Desenhos**

Quadro das árvores localizadas | Zona de estudo

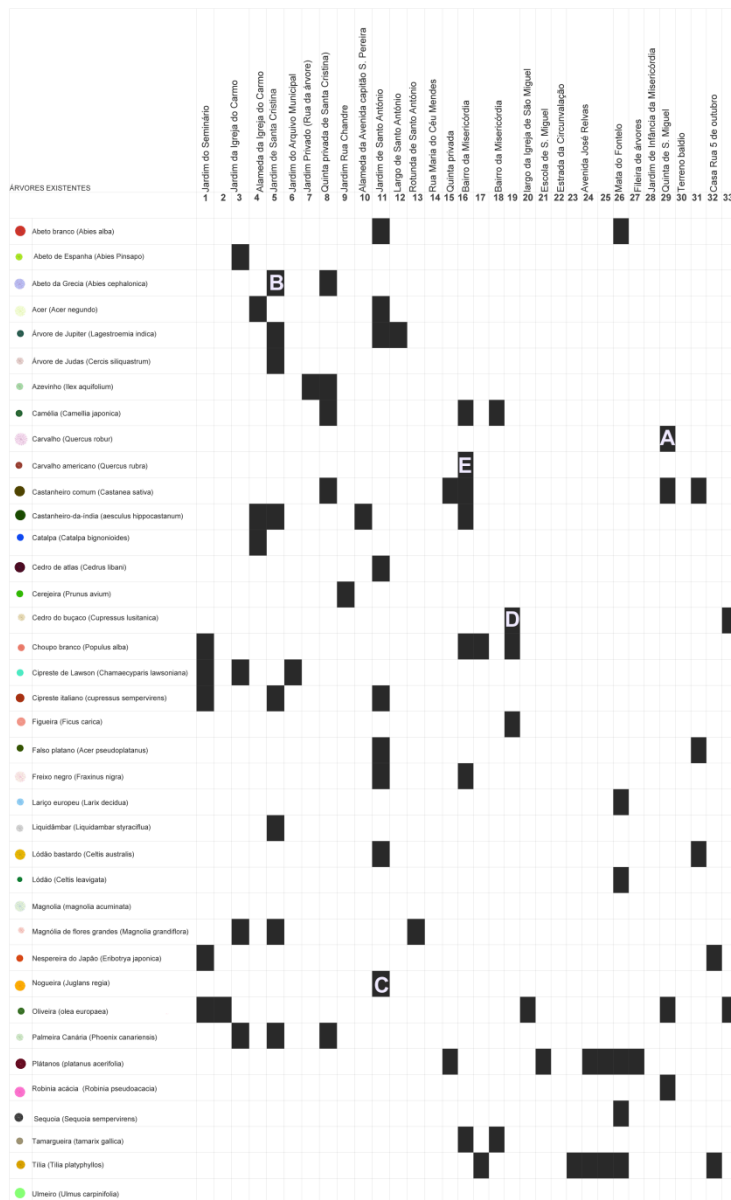


Figura em anexo1 | Fonte: (Autor)

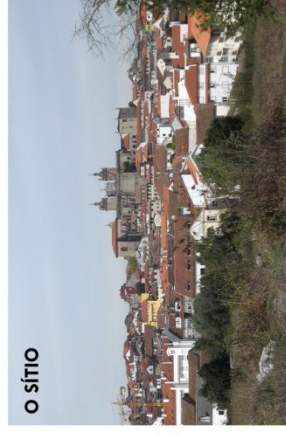
- **Painéis** (1º e 2º Semestre, respectivamente)

Acessibilidade Urbana em Viseu

SÍNTESE DA ANÁLISE DE INTERVENÇÃO

Análise do terreno

- Potencialidades do terreno
- Vistas
- Pontos fracos
- Orientação Solar



o sítio



A PROPOSTA



Proposta

- I. Preservação das vistas
 - vistas do local
 - aproveitadas para o local
 - e através do local
- I. Facultar a circulação pedonal e automóvel
- II. Rede viária
 - Coesão do Sistema Urbano-relação com espaço envolvente



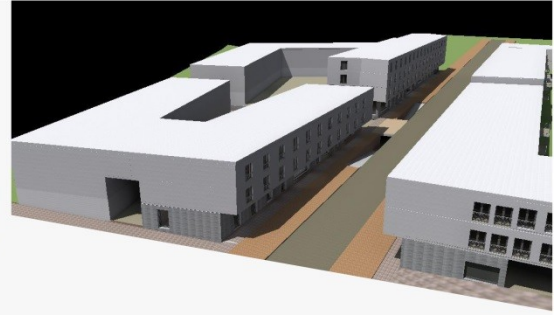
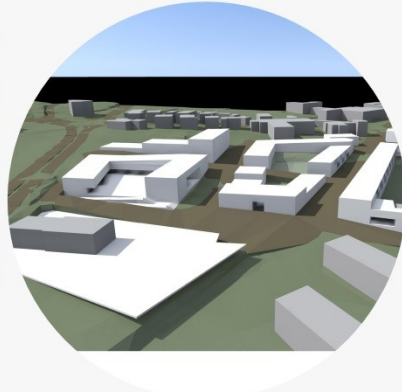
PLANTA 1/2000



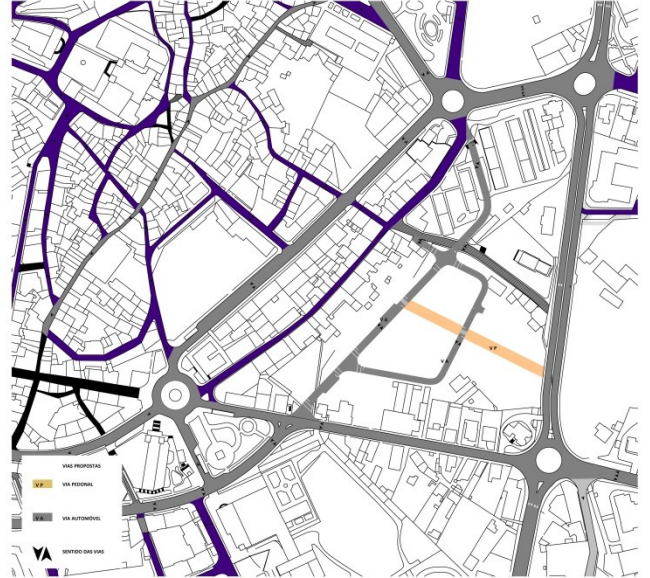
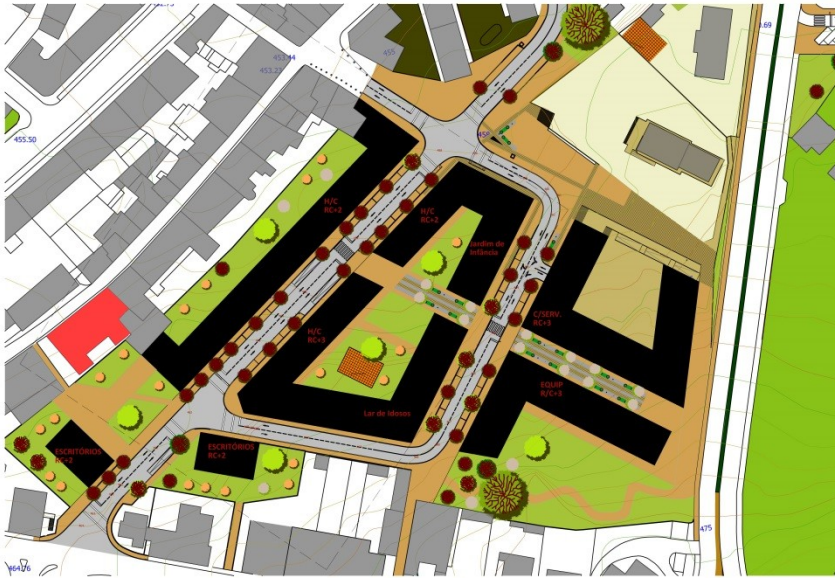
Acessibilidade Urbana em Viseu

LOCALIZAÇÃO IMPLANTAÇÃO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

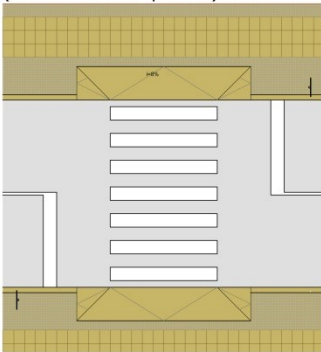


PERSPECTIVAS 3D DA PROPOSTA



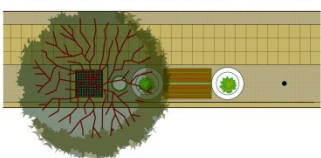
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO esc.: 1/1000

PAVIMENTOS EM PASSEIOS (rebaixamento do passeio)



PLANTA ESC.: 1/100

(corredores de mobiliário urbano)



PLANTA ESC.: 1/100



ALÇADO ESC.: 1/100



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO esc.: 1/500

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA / C.R.V. PÓLO DE VISEU-ARQUITECTURA
(2º ANO DO Mestrado)
PROJECTO INTEGRADO DE RENOVACÃO, 2º SEMESTRE 2012/2013
ALUNO: José Massa, Nº6010
DOCENTES: Prof. Arq. Gonçalo Byrne, Arq. António Carvalho

Acessibilidade Urbana em Viseu

DESENHOS GERAIS

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT



ALÇADO NOROESTE Esc.: 1/300



ALÇADO NORTE Esc.: 1/300



ALÇADO SUDOESTE Esc.: 1/300



PLANTA DO RÉ-DO-CHÃO (DIFERENTES NÍVEIS) Esc.: 1/300

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA / C.R.V. PÓLO DE VISEU-ARQUITECTURA
(2º ANO DO MESTRADO)
PROJECTO INTEGRADO DE RENOVACÃO, 2º SEMESTRE 2012/2013

ALUNO: José Massa, Nº6010

DOCENTES: Prof. Arq. Gonçalo Byrne, Arq. António Carvalho



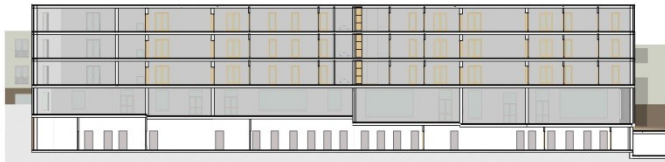
60° 50° 16/07/2013

01 02 03 04

Acessibilidade Urbana em Viseu

O EDIFÍCIO

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO
GRAPHISOFT

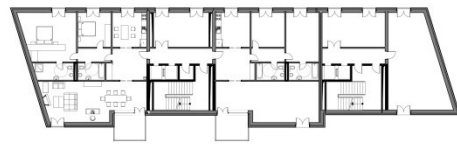
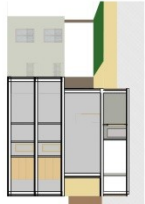
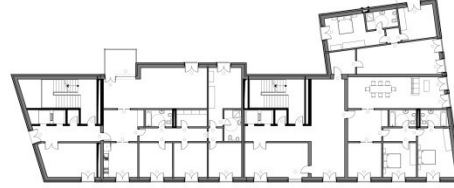


CORTE LONGITUDINAL (PARCIAL) Esc.: 1/300

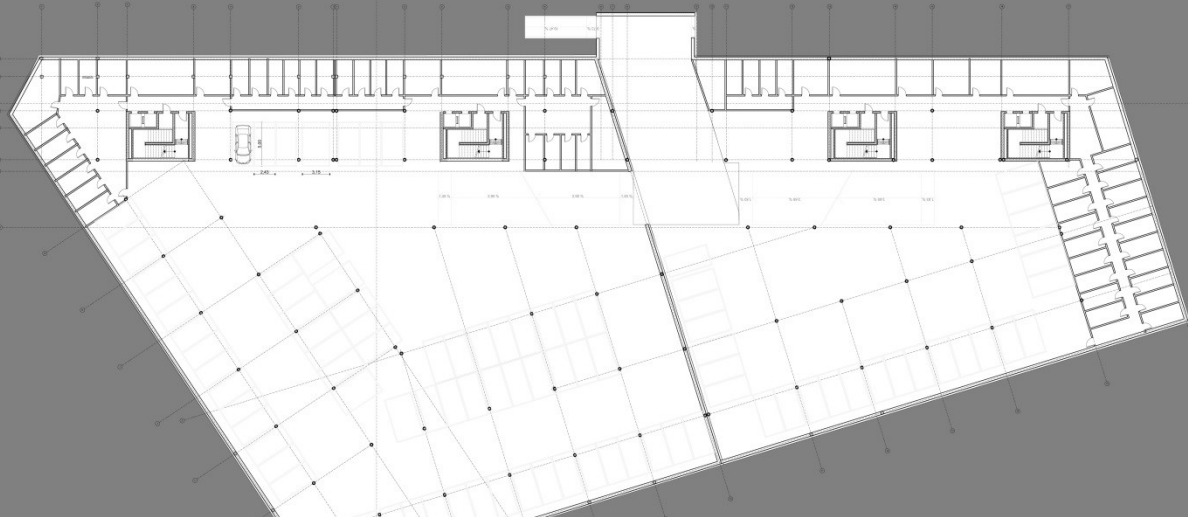
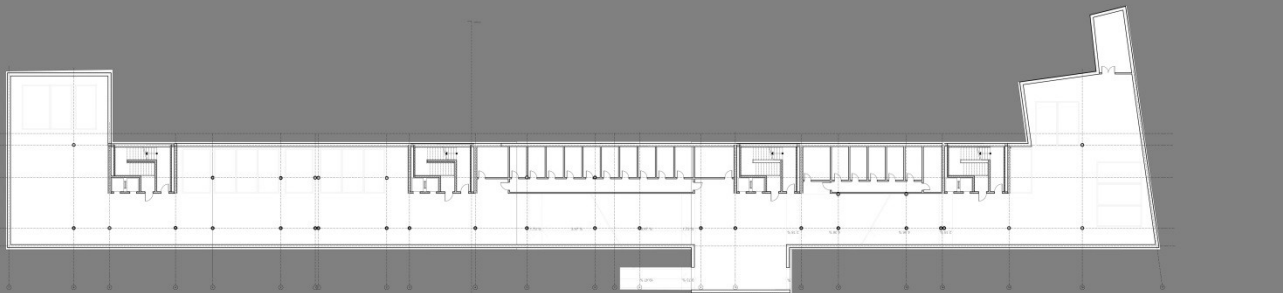
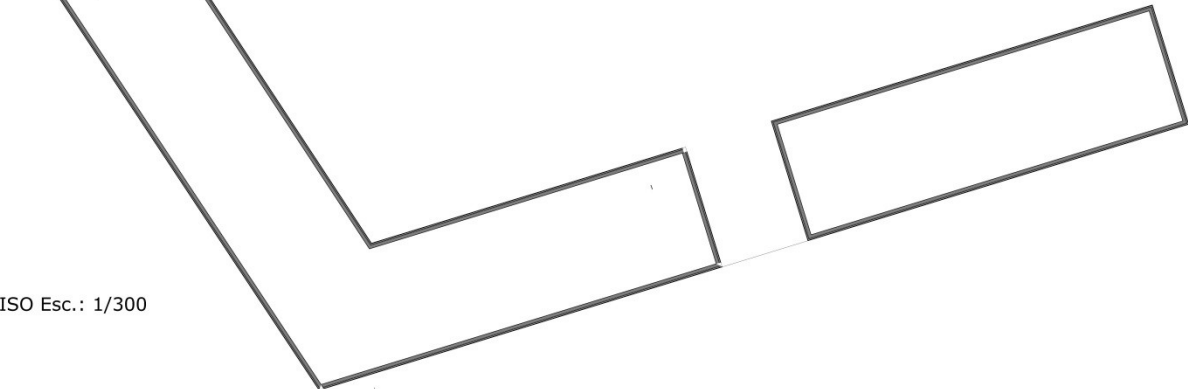


CORTE TRANSVERSAL (PARCIAL) Esc.: 1/200

CORTE TRANSVERSAL Esc.: 1/300



PLANTA DO 1º PISO Esc.: 1/300



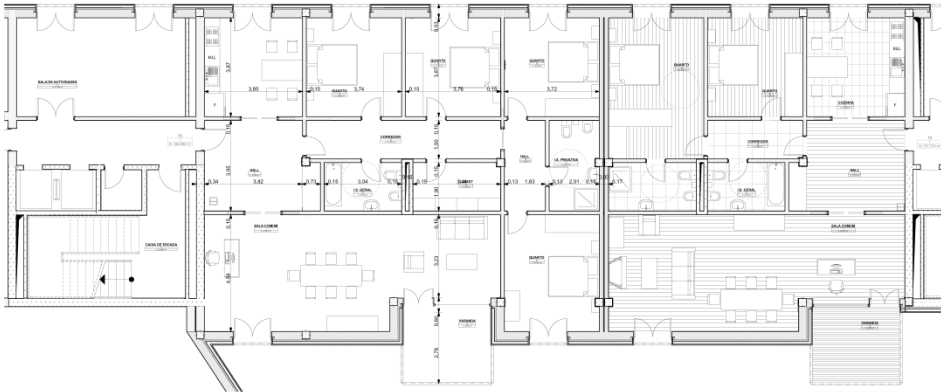
PLANTA DO PISO -1 (Cave) Esc.: 1/300



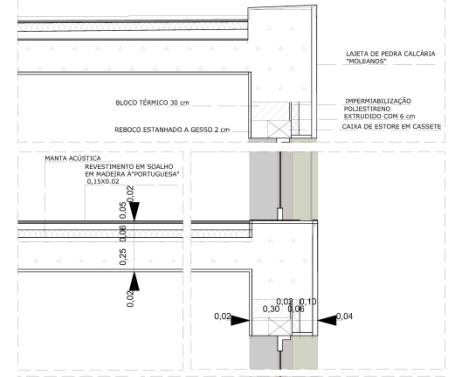


ALÇADO NOROESTE Esc.: 1/100

A- Lajetas de pedra de Ardósia
B- Lajetas de calcário Moleanos



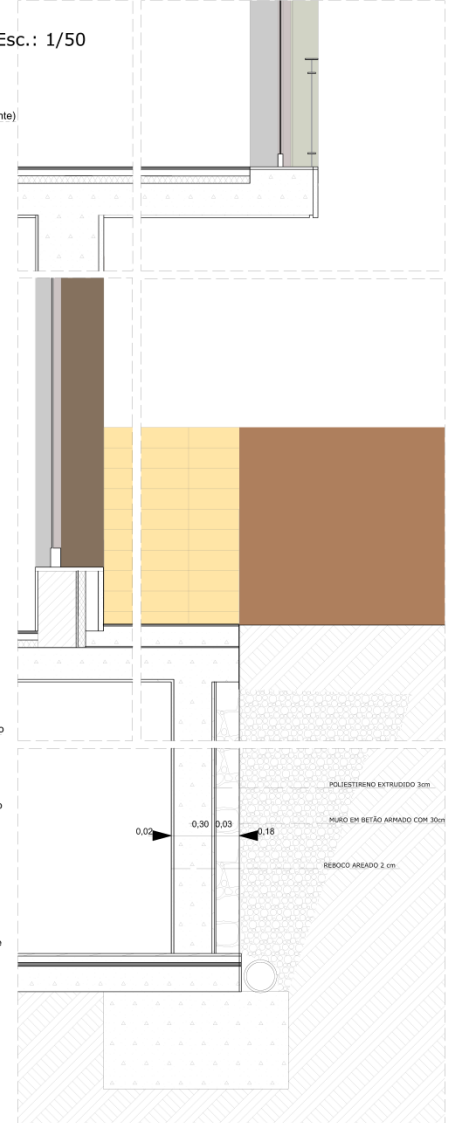
PORMENORES CONSTRUTIVOS Esc.: 1/20



PLANTA DOS FOGOS (T2 E T4) Esc.: 1/100



CORTE VERTICAL DA FACHADA Esc.: 1/50



PLANTA DO FOGO T2 Esc.: 1/50